

Memórias do Baobá



Copyright © 2022, Luiz Fernando Soares Pereira & Miriã Lúcia Luiz (org.).

Copyright © 2022, Editora Milfontes.

Rua Carijós, 720, Lj. 01, Ed. Delta Center, Jardim da Penha, Vitória, ES, 29.060-700.

Compra direta e fale conosco: <https://editoramilfontes.com.br>

editor@editoramilfontes.com.br

Brasil

Editor Chefe

Prof. Dr. Bruno César Nascimento

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU) • Prof.^ª. Dr.^ª. Aline Trigueiro (UFES) • Prof. Dr. André Ricardo Vasco Valle Pereira (UFES) • Prof. Dr. Anthony Pereira (King's College, Reino Unido) • Prof. Dr. Antônio Leal Oliveira (UVV) • Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP) • Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS) • Prof. Dr. Arthur Octávio de Melo Araújo (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Catherine Reginensi (UENF) • Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM) • Cilmar Franceschetto (Arquivo Público do Estado do ES) • Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG) • Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS) • Prof. Dr. Edson Maciel Junior (UFES) • Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto) • Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP) • Prof. Dr.^ª. Flavia Nico Vasconcelos (UVV) • Dr.^ª. Flavia Ribeiro Botechia (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Fernanda Mussalim (UFU) • Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University) • Prof.^ª. Dr.^ª. Helena Miranda Mollo (UFOP) • Prof. Dr. Heraldo Ferreira Borges (Mackenzie) • Prof.^ª. Dr.^ª. Janice Gusmão (PMS-Gestão) • Prof. Dr. João Pedro Silva Nunes (Universidade Nova de Lisboa, Portugal) • Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES) • Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS) • Prof.^ª. Dr.^ª. Karina Anhezini (UNESP - Franca) • Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão (IFES-Cariacica) • Prof.^ª. Dr.^ª. Lucia Bogus (PUC/SP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Luciana Nemer (UFF) • Prof. Dr. Márcio Seligmann-Silva (UNICAMP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Beatriz Nader (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Cristina Dadalto (UFES) • Prof.^ª. Dr.^ª. Marina Temudo (Tropical Research Institute, Portugal) • Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP) • Prof.^ª. Dr.^ª. Marta Zorzal e Silva (UFES) • Prof. Dr. Nelson Camatta Moreira (EDV) • Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV) • Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Jr. (IUPERJ) • Prof. Dr. Paulo Roberto Neves da Costa (UFPR) • Prof. Dr. Rafael Cerqueira do Nascimento (IFES-Guarapari) • Prof.^ª. Dr.^ª. Rebeca Gontijo (UFRRJ) • Prof. Dr. Renato de Almeida Andrade (UFES) • Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR) • Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros (UFES) • Prof.^ª. Me. Sátina Priscila Pimenta Mello (Multivix/ Estácio) • Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman (UFES) • Prof. Dr. Timothy Power (University of Oxford, Reino Unido) • Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP) • Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Valdei Lopes de Araujo (UFOP) • Prof. Dr. Vitor de Angelo (UVV) • Prof.^ª. Dr.^ª. Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires) • Prof.^ª. Dr.^ª. Zaira Bomfante dos Santos (CEUNES - UFES) • Prof. Dr. Wilberth Claython Ferreira Salgueiro (UFES) • Prof. Dr. William Berger (UFES) • Prof.^ª. Dra. Adriana Pereira Campos (UFES) • Prof.^ª. Dra. Carla Noura Teixeira (UNAMA) • Prof. Dr. Carlos Garriga (Universidad del Pais Vasco, Esp) • Prof. Dr. Claudio Jannotti da Rocha (UFES) • Prof. Dr. Claudio Madureira (UFES) • Prof. Dr. Daniel Mitidiero (UFRGS) • Prof. Dr. Edilton Meireles de Oliveira Santos (UFBA) • Prof. Dr. Gilberto Stürmer (PUC/RS) • Prof. Dr. Juliano Heinen (FMP) • Prof. Dr. Leonardo Carneiro da Cunha (UFPE) • Prof. Dr. Marco Antônio Rodrigues (UERJ) • Prof. Dr. Márcio Cammarosano (PUC/SP) • Prof.^ª. Dra. Mariana Ribeiro Santiago (UNIMAR) • Prof. Dr. Platon Teixeira de Azevedo Neto (UFG) • Prof. Dr. Ricardo José de Britto Pereira (UDF) • Prof.^ª. Dra. Viviane Coelho de Sellos-Koerr (UNICURITIBA)

Luiz Fernando Soares Pereira
Miriã Lúcia Luiz
(Organizadores)

Memórias do Baobá

Cultura e ancestralidade no ensino de História



Editora Milfontes
Vitória, 2022

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

Revisão

De responsabilidade exclusiva dos organizadores

Capa

Imagem da capa: *Baobá*.

Autora: *Louyse Rosa Lacerda*.

Semíramis Aguiar de Oliveira Louzada - *aspectos*

Projeto Gráfico e Editoração

Weverton Bragança do Amaral

Impressão e Acabamento

GM Gráfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Memórias do Baobá : cultura e ancestralidade no ensino de história / organização Luiz Fernando Soares Pereira, Miriã Lúcia Luiz. -- 1. ed. -- Vitória, ES : Editora Milfontes, 2022.

ISBN 978-65-5389-019-0

1. Ancestralidade 2. Cultura 3. História - Estudo e ensino 4. Memórias
I. Pereira, Luiz Fernando Soares. II. Luiz, Miriã Lúcia.

CDD 907

22-116602

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Sumário

Prefácio	9
<i>Miriã Lúcia Luiz</i>	
Apresentação	13
<i>Os organizadores</i>	
Capítulo 1	19
O ensino de história da África através da oficina: uma realidade, diversas possibilidades	
<i>Luiz Fernando Soares Pereira</i>	
Capítulo 2	37
A relação das culturas com a natureza no Brasil: saberes e práticas que nos constituíram	
<i>Letícia Martins Calheiros & Luiz Fernando Soares Pereira</i>	
Capítulo 3	61
O guardião da memória: o Baobá na cultura africana	
<i>Letícia Martins Calheiros</i>	
Capítulo 4	83
Como a árvore que lhe fornece sombra: notas sobre a historiografia da África e a Oralidade Africana	
<i>Thaynan Bandeira</i>	
Capítulo 5	103
Da África ao Brasil: Griots contemporâneos em diáspora pelo tempo	
<i>Thiago Santana N. Alberto</i>	

Capítulo 6..... 123

ERA UMA VEZ (...) ou ao redor do Baobá conta-se uma história

Louyse Rosa Lacerda

Autores..... 139





Prefácio

Os *griots*, na tradição africana - reconhecidos como os guardiões da memória - narravam suas histórias rodeados de ouvintes. Ao viajarem pelos povoados, contavam e cantavam a história ancestral dos povos visitados. Eram consideradas pessoas sábias, além de alegres e comunicativas. Nas guerras, eram poupados pelos próprios inimigos, porque a morte de um *griot* correspondia à queima de uma biblioteca inteira. Como destacou Thiago Santana N. Alberto, autor de um dos textos que compõem esta obra, a escrita é também uma voz, por isso, reconheço que as vozes que se fizeram presentes na escrita deste livro, estão narrando memórias, saberes, vivências e aprendizados e assumem o lugar de quem mantém vivas as memórias de um tempo e de uma experiência compartilhada.

Na escrita de um livro, há um movimento comunicacional, no qual há a expectativa de um diálogo íntimo e intenso, em que autores e leitores compartilham memórias, experiências e vivenciam as potencialidades de comungar uma narrativa viva, pelo olhar de quem narra, pelas mãos de quem escreve, pelas palavras de quem registra e pela leitura e imaginação de quem lê e escuta.

Como parte desse processo de escrita e compartilhamento, recebi o convite para prefaciar esta obra, o que produziu em mim sensações distintas: a primeira foi de surpresa, uma agradável surpresa, com gosto de rememoração, pois os autores, egressos do curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo, vivenciaram as experiências aqui compartilhadas em uma disciplina que construímos juntos/as, no ano de 2018, por meio de diálogos internos, mas também em articulação com a escola que nos acolheu.

A segunda sensação se constitui em um desafio, pois, o convite à leitura de uma obra é de profunda responsabilidade. Assim, em meio a essas múltiplas sensações e emoções, busco expressar, em breves linhas, o que o leitor encontrará ao longo destas páginas. São histórias narradas por sujeitos que não apenas estão dizendo sobre a ancestralidade, os *griots*, o baobá e todas as riquezas culturais que povoam o continente africano e que permeiam as vivências do povo brasileiro. Os autores falam a partir de um lugar de quem pesquisou, aprendeu e ensinou a história africana e afro-brasileira. Assim, contam histórias de si e dos outros, nossas histórias, vividas e construídas coletivamente. É disso que trata este livro.

Analogamente às vivências tematizando as Histórias e Culturas africanas e afro-brasileiras, as experiências aqui visibilizadas revelam um movimento formativo multilateral, pois envolveu sujeitos em diferentes momentos de formação: estudantes da educação básica; cursistas da graduação em História; professores em exercício na Educação Básica; professor do Ensino Superior e estudante da Pós-graduação. Constituiu-se, portanto, em espaço formativo e auto-formativo, pois, conforme António Nóvoa, os professores, formados ou em formação, ao trabalharem questões conceituais, também tematizam sobre si próprios, em um movimento de auto-reflexão e de auto-análise.

Retomando o convite que recebi para participar da composição desta obra, estendo-o a todos e todas que desejam conhecer a história do Baobá e de sua importância para as culturas africanas tradicionais; o papel da oralidade, da narrativa e da memória para a passagem dos saberes e das histórias de geração em geração. Ao terem contato com

Luiz F. S. Pereira & Miriã Lúcia Luiz (Org.)

esta produção, ao abrirem o livro, ao folhear suas páginas, sintam-se sentados em volta de uma fogueira, na companhia dos *griots* - como na tradição africana ou na contemporaneidade, em suas diversas configurações -, acolhidos e aquecidos pelas chamas que emanam de cada narrativa aqui produzida.

Miriã Lúcia Luiz



Apresentação

O livro que o leitor tem em mãos, intitulado *Memórias do Baobá: cultura e ancestralidade no ensino de História*, reúne pesquisas e relatos elaborados por integrantes de uma turma do curso de História da Universidade Federal do Espírito Santo, a partir da experiência vivenciada durante a realização da oficina pedagógica tematizando a história da África, em uma escola da rede municipal de Vitória-ES, como parte do programa da disciplina *Teoria e Prática do Ensino de História*, que compõe a *Prática como Componente Curricular do Projeto Pedagógico do Curso de História* (2009), ministrada pela Prof^a. Dr^a. Miriã Lúcia Luiz, no ano de 2018. Os textos aqui reunidos foram elencados e organizados a fim de apresentar a contribuição dos estudantes da turma, hoje egressos do curso, em um mesmo sentido: aprofundar e discutir os temas contemplados na intervenção pedagógica do referido ano, na interlocução com alternativas didáticas para novas práticas e projetos.

Os capítulos buscam evidenciar os modos como os conteúdos foram mobilizados e apontam para abordagens futuras, tornando-se, desse modo, um material de apoio para professores e professoras da Educação Básica e alunos de cursos de licenciatura

em História ou em áreas afins. É também um convite a todos aqueles que anseiam por uma experiência de leitura com temas que nos permitam refletir e ampliar o conhecimento que temos das nossas origens culturais.

O presente livro apresenta um percurso pensado e organizado para que o leitor consiga visualizar os elementos constituintes da oficina pedagógica, evidenciando os conteúdos e os percursos metodológicos que embasaram a sua realização. A obra se constitui em um material que possibilitará ao leitor entender o processo de planejamento e de realização de uma oficina pedagógica sobre a história da África, tendo contato com estudos e pesquisas acerca das temáticas que foram abordadas. É um trabalho que pretende contribuir para a compreensão de aspectos da cultura africana e de sua importância para a história brasileira, bem como no resgate e na manutenção da memória, no sentido de garantir a permanência de práticas e ensinamentos que podem ser passados de geração em geração.

Nosso livro se inicia com o capítulo de Luiz Fernando Soares Pereira, intitulado *O ensino de história da África através da oficina: uma realidade, diversas possibilidades*, no qual explica ao leitor como foi o processo de elaboração da oficina, desde o diagnóstico com a turma, a elaboração das atividades e os dois dias de aplicação da dinâmica pedagógica com os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental. De forma didática, demonstra os caminhos percorridos pelo grupo, ao mesmo tempo que é um guia introdutório para os docentes que queiram aplicar a oficina (ou parte dela) com seus estudantes. Demonstra como os capítulos subsequentes podem ser utilizados como um aporte teórico na preparação da oficina e no planejamento das aulas, levando em consideração que cada realidade escolar terá uma experiência diferente de acordo com suas possibilidades, propondo, assim, um ensino-aprendizagem mais reflexivo e abrangente.

No segundo capítulo, Leticia Martins Calheiros e Luiz Fernando Soares Pereira, abordam, de forma introdutória, a relação do ser humano com a natureza, passando por tópicos importantes do referido assunto: como ela se deu e se dá no Brasil a partir das

contribuições culturais e históricas de povos que constituíram o país, desde os indígenas, os portugueses e os africanos trazidos durante o período da escravidão. Por fim, a relação atual dos brasileiros com a fauna e a flora do local em que estão inseridos, pois, sendo fruto e herdeiros desses três povos, possuem diferentes características e práticas que ora preservam e ora destroem os recursos naturais que têm acesso.

Adiante, no terceiro capítulo, denominado *O guardião da memória: o Baobá na cultura africana*, Letícia Martins Calheiros aborda alguns aspectos muito caros à oficina e ao nosso livro: o Baobá, desde a mitologia e os símbolos que circundam a árvore até os seus usos e significados. A autora apresenta as informações mais gerais acerca do tema, bem como o caráter biológico e geográfico; traz o aspecto cultural e religioso como eixos importantes no que tange ao baobá. A árvore é trabalhada a partir da sua ligação com a memória, a oralidade e a ancestralidade africanas. O capítulo possui uma reflexão pertinente a respeito da representação e o papel que o baobá ocupa nas religiões de matrizes africanas e como essas raízes são valiosas para a construção de uma identidade afro-brasileira.

Thaynan Phellipe da Rocha Bandeira, no quarto capítulo com o título *Como a árvore que lhe fornece sombra: notas sobre a história da África e a Oralidade Africana*, apresenta provocações acerca da posição que a oralidade ocupa em partes do continente africano, principalmente no que se refere à figura dos *griots* e de sua importância para uma produção histórica. Além disso, sublinha elementos da história e historiografia africana, sobretudo no que se refere às transformações no modo de se fazer história desde a década de quarenta do século XX. Ao demonstrar que a oralidade na História Africana desempenha não só um papel organizador, mas também vital para a preservação da memória e das histórias, o autor buscou articular a história falada ao cotidiano dos alunos e de suas referências mais próximas, seus familiares mais velhos, suas referências musicais e culturais, entendendo que a história da África está conectada com a História do Brasil e com a nossa história.

No quinto capítulo intitulado *Da África ao Brasil: Griots contemporâneos em diáspora pelo tempo*, Thiago Santana Nascimento

Alberto, ao transportar a figura africana do *griot* para o Brasil, busca expandir a imaginação a respeito dele, como africano, idoso, aldeão, sentado, de túnica, fala cansada e contando histórias. Assim, o autor destaca o que é ser *griot*, sua importância e, principalmente, da sua arte no ambiente em que se insere. Trata, ainda, de como ele sobrevive mesmo com o movimento diaspórico, assumindo na contemporaneidade, feições e atuações em campos diversos, como na literatura, como Carolina Maria de Jesus, Abdias Nascimento e Solano Trindade e no campo musical, como Nelson Sargento. O autor buscou, com a sua narrativa, explicitar o entendimento de que as personalidades elencadas no campo musical e literário, de forma intencional ou indireta, adentram à lógica *griot*, dada a sua contribuição aos vários aspectos que perpassam a negritude, tanto por processos de crítica ao racismo, quanto pelo aporte teórico e científico.

O capítulo de encerramento *ERA UMA VEZ (...) ou ao redor do Baobá conta-se uma história*, de Louyse Rosa Lacerda, aborda as possibilidades de se trabalhar com narrativas míticas no ensino de História, buscando apontar a contação de histórias em sala de aula como uma alternativa relevante para o processo de ensino-aprendizagem. Para tanto, a autora relata a experiência vivenciada na oficina com uma turma do 6º ano do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de Vitória, buscando demonstrar como o uso dessa prática possibilita, além do entendimento teórico dos conteúdos da disciplina História, mais especificamente a história da África, uma conexão emocional e simbólica, que também é relevante ao ensino. Assim, ficou evidenciado que trabalhar com essas narrativas fantásticas, auxilia no desenvolvimento da criatividade e, por fim, mostram-se como elementos decisivos na construção de identificação e na promoção de sentimentos de pertencimento.

Ao tematizar elementos das histórias e das culturas africanas e afro-brasileiras, ganha centralidade a possibilidade de refletirmos sobre os conhecimentos que construímos ao longo de nossa trajetória de vida e de formação acerca do continente africano. Em articulação

aos aspectos políticos, econômicos e sociais, esta obra evidencia abordagens que permitem aproximações das experiências culturais de diferentes povos situados no território africano e brasileiro, cujas heranças foram trazidas, criadas e recriadas, buscando destacar aspectos como o papel da oralidade, dos tradicionais e contemporâneos contadores de história, da relação estreita dos sujeitos com a natureza, a importância do Baobá para a passagem dos saberes e das histórias de geração em geração.

As narrativas que compõem esta obra apresentam ao leitor experiências vivenciadas no interior de uma escola, mas que incorporam saberes e conhecimentos que transcendem, em termos espaço-temporais, essa delimitação física, pois durante esse projeto de intervenção, conviveram referências de diversos povos e países africanos, de saberes produzidos em diferentes estados brasileiros e, especialmente, partiram dos contextos de vida e dos conhecimentos prévios dos estudantes da Educação Básica. Com isso posto, esperamos que cada um e cada uma a quem for oportunizado ler este livro, encontre em suas páginas elementos que lhes permitam se aproximar das histórias e culturas africanas e afro-brasileiras, de modo a permitir o reconhecimento e a formação de suas identidades na relação com esses saberes e práticas tradicionalmente constituídos e ressignificados na contemporaneidade.

Os organizadores

CAPÍTULO I

“A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos, cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado.”

Paulo Freire. Pedagogia da Autonomia, 2019.

O ensino de história da África através da oficina: uma realidade, diversas possibilidades

Luiz Fernando Soares Pereira

O ensino de história é um campo amplo e rico de possibilidades e experiências que se renova a cada tentativa de torná-lo mais dinâmico, na busca por um método que leve em conta a realidade e as particularidades dos indivíduos. A didática, através da qual se fundamenta o desejo de que o conteúdo seja aprendido pela turma e substanciado na vida de cada educando, necessita de reformulações cotidianas, precisa ser constituída a partir da relação única entre professores(as) e alunos(as), pois não se trata de uma via imutável e de um modo concreto rumo ao saber, se constrói, porém, em uma dinâmica contínua de ensino-aprendizagem que se modifica de acordo com cada especificidade. Com base em tal premissa, a realização da oficina de história da África buscou direcionar as pesquisas acadêmicas e os estudos previamente elaborados, a fim de uma melhor exposição e compartilhamento com os estudantes do 6º ano, de uma escola da Prefeitura Municipal de Vitória-ES.

Neste capítulo pretendo introduzir o leitor na experiência que tivemos em elaborar, pesquisar e realizar a Oficina de História da África, realizada no ano de 2018. Abordarei de forma explicativa e detalhada os passos dados naquele momento, suas etapas e suas possibilidades. O intuito do presente texto é servir de guia

introdutório para o leitor, a fim de i) apresentar a nossa organização no referido trabalho docente; ii) demonstrar como conseguimos realizar a oficina de forma exitosa e construtiva no espaço escolar; iii) informar e orientar como os temas abordados nas dinâmicas e trazidos nos capítulos posteriores podem ser utilizados pelos leitores deste livro, em oportunidades futuras, através de sugestões e direcionamentos que ambicionam instruir todos os que aceitarem a proposta, no caminho de um ensino-aprendizagem mais reflexivo e abrangente.

Em suma, no presente capítulo abordarei como utilizamos os diagnósticos e as observações feitas a partir daquela determinada turma para elaborar as atividades. Me proponho a indicar a maneira com que cada capítulo seguinte poderá ser utilizado como uma fonte de pesquisa para a realização da oficina proposta.

A oficina

Para pensarmos além da obrigatoriedade legal estabelecida pela lei nº 10.639/2003, que consiste em garantir o ensino de história e cultura afro-brasileira e africanas em todas as escolas do país, partimos da vocação ética de trabalhar o ensino das múltiplas culturas africanas que constituíram e constituem o Brasil – haja vista a importância e a necessidade da abordagem de temas relacionados à identidade e a ancestralidade dos cidadãos brasileiros -, nos legando a variedade cultural que presenciamos na sociedade atual e, portanto, em sala de aula.¹ Atrelado a essas duas “obrigações” sociais e pedagógicas, faz-se pertinente o uso indiscriminado dos temas referentes a África e a sua herança étnica e cultural aos povos do Brasil, proporcionando ao aluno identificar na aula um espaço possível para se reconhecer como resultado de um processo histórico entre distintos povos, no qual a presença africana é visível e substancial. É preciso, sobretudo, que o educando se sinta agente da história e da cultura, através do

¹ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorracionais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004, p. 16-19.

reconhecimento da presença africana em nossa constituição e em nosso país.

Art. 1^ª A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1^º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2^º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

[...]

‘Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.’²

A proposta da Oficina teve como tema *A escrita da história do continente africano e a constituição da identidade afro-brasileira a partir da oralidade dos Griots do passado e da contemporaneidade*. Para isso, iniciamos um processo de elaboração de atividades e conteúdos que possibilitasse aos alunos se sentirem parte da história, ou seja, desde o início, tínhamos a intenção de estimular o reconhecimento da identidade dos mesmos com o assunto, não pela forma, mas pelo seu significado, a fim de refletirmos a respeito da diversidade histórico-cultural do continente africano e relacionar o conteúdo exposto em sala com a constituição da identidade do povo brasileiro. Esse era o principal objetivo da dinâmica, seguido de: *i) Entender como se constituiu a relação do ser humano com a natureza; ii) Identificar a importância dos griots na escrita da*

² BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 22 jul. 2021.

história africana; iii) Compreender o Baobá como um elemento de suma importância para a cultura africana.

Ao todo, a realização da Oficina contou com três dias, sendo o primeiro para fazermos um diagnóstico/conhecer a turma. Dia que extraímos informações importantes para pensar e elaborar as atividades propostas para os demais momentos. Tais dados nos permitiram traçar o perfil daquele 6º ano e, a partir deles, nos aproximamos, em alguma medida, da realidade dos alunos e pudemos refletir as possibilidades metodológicas. Com base na conversa inicial e das respostas diagnósticas, conseguimos conhecê-los mais como indivíduos, e a turma como um coletivo. Compartilhamos então, pensamentos que possuíamos a respeito do mundo; as relações entre as pessoas que vivem em comunidade; como cada um de nós é responsável pelo mundo em que vivemos, a exemplo da utilização consciente dos recursos naturais que possuímos; a preservação do nosso meio ambiente; a vivência harmônica e respeitosa entre nossos colegas de turma e de trabalho; nossa identificação com o outro e nosso respeito pelas diferenças.

A oficina proporcionou momentos de aprendizado cultural, histórico e intelectual, mas também reflexões éticas, perpassando valores humanos essenciais à convivência em sociedade, temas que são transversais na prática do ensino de História.³ Exploramos também a riqueza do continente africano e como ele é importante, sendo considerado o berço da humanidade, abrangendo vários reinos e feitos - em suma, a sua contribuição para a história da humanidade -, desconstruindo o estereótipo de continente homogêneo e pobre, amaldiçoado e renegado pelo mundo, uma imagem incorreta que se deu a partir da interferência dos europeus no território, desde o século XV.⁴

3 BRASIL. Ministério da Educação. *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Propostas de Práticas de Implementação*. Brasília, DF, 2019, p. 6. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

4 Cf. ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos; TEIXEIRA, Paulo Eduardo. O uso de imagens para o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira e a questão do racismo no Brasil. *Educare et Educare: revista de Educação*, Cascavel, v. 5, n. 9, p. 222, jan./jun. 2010.

O perfil da turma

Antes de elaborar as atividades da oficina, tivemos uma aula, no dia 4 de outubro, dedicada ao momento de conhecer os alunos, com isso, elaboramos e aplicamos um questionário⁵ a fim de traçar o perfil da turma, a opinião de cada estudante a respeito de certos temas cotidianos, da identidade e sobre a disciplina de História. Tais respostas foram essenciais na formulação das dinâmicas que realizamos nos dois dias posteriores de oficina. Evidente que professores que eventualmente queiram utilizar este livro para a aplicação da Oficina de História da África, já têm informações básicas de suas turmas. Nós fizemos o questionário por se tratar de um contexto que não conhecíamos, no entanto, vale salientar que algumas questões são importantes para o docente saber ainda mais a respeito de seus alunos.

Ficamos responsáveis pelo 6º ano, em uma sala com 25 alunos e alunas⁶ (presentes nos dias de oficina), sendo que desse total 4% tinha 10 anos de idade; 16% possuía 11 anos; 52% estava com 13 anos; 24% respondeu ter 13 anos; e 4% disse 14 anos. Com as idades variando entre 10 e 14 anos, não há muita diferença de faixa etária - trata-se de alunos na pré-adolescência - ainda que cada idade seja uma distinção diante das demais. O objetivo de tal pergunta foi obter dados como: alunos repetentes ou com um nível de aprendizagem aquém em relação aos demais estudantes da turma; adiantados e o percentual em idade escolar regular. Outra importante informação para a nossa oficina foi a que obtivemos a partir da pergunta de autodeclaração de cor, as respostas são variadas, de acordo com as opções disponíveis: parda, 44%; preta, 24%; cor branca, 16%; indígena, 12%; oriental, 4%. Tal questão foi de suma relevância, pois colaboraram para a nossa abordagem a respeito da identidade e do reconhecimento. Somando pretos e pardos, tem-se 68% daquela sala: 17 alunos. Uma porcentagem relativa e proporcionalmente maior do que as últimas

⁵ O questionário não possui espaço para identificação, assim os alunos ficam mais à vontade para opinar.

⁶ Como estou utilizando dados através da porcentagem, informo que o cálculo foi feito com base no número 25 como 100%, correspondente ao total de alunos(as) em sala. Sendo assim, a cada aluno tem-se 4% da turma.

pesquisas do IBGE, onde 9,4% se declararam de cor preta e 46,8%, parda⁷. Pretos e pardos permanecem sendo, quando somados - assim como em nosso levantamento - a maioria da população.

Para elaborar nossas dinâmicas, sugerir atividades e conversar com os alunos, uma questão foi muito importante para nós: qual atividade de lazer realizam fora da escola, podendo assinalar mais de uma opção. Dentre as alternativas, filme foi marcado por 44% dos alunos; livros e textos, por 12%; novelas, 8%, músicas obteve 52% do total de alunos; fotografias teve 16%; pinturas e desenhos, o percentual de 32% e a alternativa produção de artefatos e brinquedos foi marcado por 16%. Havia também a possibilidade de escreverem outras atividades, assim, nas fichas, futebol e internet apareceram com 8% cada um; poemas e jogos foram anotados por 4% dos estudantes. Ao abordá-los a respeito da disciplina História, em um questionário contendo todas as disciplinas e algumas alternativas, obtivemos a informação que 64% afirmaram ter mais facilidade com a matéria; ninguém marcou a opção de maior dificuldade. No que tange à afinidade, 52% grifou História como a de maior simpatia e somente 4% disse ter menor ligação com a disciplina. Quando perguntados acerca da importância das disciplinas, 56% defenderam que História está entre as mais importantes; em contraponto, 12% a apontaram como uma das menos necessárias.

Os alunos que moram no mesmo bairro da escola somam 24%, contra 76% que residem em outra localidade, precisando se deslocar de um bairro a outro para frequentar as aulas. Tal diferença dinamiza mais a contribuição dos educandos a respeito do conhecimento cotidiano, como práticas e tradições locais, uma vez que vêm de pontos diferentes da região. A turma em questão demonstrou que a maioria se sente à vontade no ambiente escolar, somando 92%; apenas 8% diz não ficar à vontade no local em que estuda. Em pergunta semelhante, indagamos se os alunos se sentem estranhos durante o tempo que passam estudando, responderam não, a maior

⁷ IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

parte, somando 88%; restando apenas 12% que marcaram a opção sim. Conclui-se que, a partir das duas perguntas, a maior parte dos discentes daquela turma específica se sente bem e à vontade na instituição de ensino que frequentam.

Como afirma Libâneo, o ambiente escolar precisa ser visto como um espaço educativo e não exclusivamente burocrático. Necessita, portanto, de práticas de ensino-aprendizagem que sejam verdadeiramente reavaliados, a fim de motivar e promover o desenvolvimento de professores e alunos.⁸ Caminhando com tal premissa, nosso diagnóstico serviu de base para pensarmos uma gama de atividades a serem organizadas e desenvolvidas para os educandos, buscando a ampliação da participação dos mesmos, revelando-os como parte da construção da história e do conteúdo de cada aula, interligando esses dois atores na dinâmica educacional.

Organização e elaboração das atividades

Dividimos o roteiro em duas partes: o dia 22 e o dia 29 do mês de novembro, despendendo quatro horas de cada data para a realização da oficina. No primeiro dia (22/11), reservamos para uma acolhida e organização dos alunos, os pedindo para que se sentassem em um grande círculo na sala, para assim criar um ambiente/clima aconchegante para a metodologia utilizada ao longo da aula. No primeiro momento, sugerimos uma pergunta/reflexão aos alunos: “Em forma de duas ou três palavras, responda à seguinte pergunta: como você se relaciona com a África?”. A resposta podia ser compartilhada, sobretudo por nós professores que também nos propomos a responder. Depois perguntamos se eles conheciam o personagem Kiriku,⁹ falamos um pouco a respeito da história do menino e o que ele vivencia no filme; além disso lemos o conto

8 LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013, p. 217.

9 Sugestão de filme a ser passado previamente para a turma: *KIRIKU E A FEITICEIRA*. Direção: Michel Ocelot. Roteiro: Michel Ocelot. Música: Youssou N'dour. Edição: Dominique Lefèvre. França: France 3 Cinema, 1998. 74 min. Animação, son., color. Dublagem brasileira: Álamo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q4luNCxQ-gs>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

História das Histórias,¹⁰ para falar da tradição oral africana. Aqui, três temas¹¹ são trazidos à conversa: i) Relação do ser humano com a natureza; ii) O Baobá na cultura africana; iii) O *griot* e a escrita da história da África.

No segundo momento pedimos para escreverem em um papel as referências que eles tinham da cultura africana e que estão presentes na brasileira. Trouxemos uma árvore feita de papelão¹² que nós montamos anteriormente - representando um Baobá -, para que os alunos pudessem depositar suas folhas com as respostas dentro da primeira parte (base) do tronco ou aos pés da árvore. Como a atividade não pede que eles coloquem seus nomes, sorteamos algumas respostas para lermos. Os próprios estudantes podem participar desse momento de ler essas referências que os colegas veem como influência africana na nossa cultura.

No segundo momento - ainda no dia 22/11 - ocorrido após o recreio, trabalhamos de forma compartilhada alguns exemplos de *griots* modernos: aquelas pessoas mais velhas e com saber cultural e tradicional herdado de forma oral, adquiridos de gerações passadas. Nesse momento muitos relatos surgem por parte dos alunos, cabe aos professores reger e explicar se tais personagens possuem características semelhantes a de um(a) *griot*. Em seguida, colocamos a segunda parte do baobá sobre a base, voltamos à primeira pergunta, feita no começo da aula, reformulando-a: “A partir das discussões e reflexões que tivemos durante o dia, como vocês se entendem inseridos na cultura africana?”. As respostas podem ser lidas e depois podem ser depositadas dentro da segunda parte da árvore, proporcionando um espaço de discussão e reflexão após as

¹⁰ Texto adaptado, presente no Anexo I, disponibilizado no link e QR Code presentes no final deste capítulo.

¹¹ Todos os referidos temas estão expostos nos capítulos seguintes do presente livro, para consulta e embasamento teórico.

¹² A árvore pode ser montada também em parceria com os alunos. Ela consiste em uma estrutura oca de papelão (ou algum outro material) com mais ou menos 2 metros, podendo variar o tamanho de acordo com as possibilidades de cada escola e turma; a árvore é dividida em três partes iguais: uma base; uma parte que ficará no meio e uma terceira parte em cima. Os galhos e folhas ficam a critério de elaboração e decoração, podendo ser longos ou curtos; cheios ou vazios na folhagem. Cf. esquema explicativo disponível no anexo II

falas. Ao final, passamos uma atividade para casa - que pode ser iniciada em sala - com o seguinte enunciado: “A partir do que foi discutido, produzam algum material para ser pendurado nos galhos, externando em forma de poesia, música, desenho, etc., um pouco da identidade afro-brasileira”. As produções poderão ser continuadas em casa e finalizadas em sala no próximo dia da oficina.

No segundo dia (29/11), continuamos e finalizamos as produções artísticas e culturais dos alunos e professores; encaixamos a terceira parte do baobá, seus galhos e folhas no topo. Assim as produções são penduradas por barbantes nos galhos da árvore, finalizando-o para exposição a fim de que toda a escola possa visitar a instalação e ver as produções que foram elaboradas. O professor pode produzir um pequeno texto,¹³ resumindo os conteúdos trabalhados, para que os educandos colem no caderno da disciplina. Com o baobá montado, é importante explicar os seus usos, o seu significado e a sua importância para as comunidades africanas, desde os tempos antigos até a contemporaneidade. Finalizando as produções, faz-se uma avaliação da experiência que tiveram, com comentários e questionamentos, demonstrando o que acharam da oficina. Explica-se como funcionará a exposição, seja ela no pátio, na sala ou em outro espaço disposto.

Dessa maneira, as oficinas pedagógicas possibilitam uma compreensão da realidade de cada aluno, sem fugir dos conteúdos a serem abordados durante a dinâmica. Há um intercâmbio de experiências, no qual o saber não se formula somente no resultado final, mas sim no processo de ensino-aprendizagem.¹⁴ O principal objetivo é a construção do conhecimento, de forma coletiva e colaborativa, envolvendo professores e alunos. Os conteúdos ensinados necessitam de assimilação; não podem ser estranhos, distantes, com linguagem que os estudantes não conseguem

¹³ O Anexo III, intitulado *Memórias de Baobá: história e ancestralidade*, é uma sugestão - poderá ser copiado e distribuído aos alunos. Disponibilizado no link presente no final deste capítulo.

¹⁴ MONTEIRO, Heloíza Ribeiro de Sena; FARIAS, Patrícia Pilar *et al.* *A importância das oficinas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem*. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br>. Acesso em: 20 jul. 2021, p. 2.

acompanhar; no caminho de possibilitar a compreensão da realidade em que vivem, e partindo dela, em direção a um horizonte mais amplo, do país e do mundo. Isso não significa que a escola deva se limitar aos assuntos locais e da comunidade, no entanto, é necessário que parta desse saber prévio para que o educando tenha condições de avançar na descoberta de outras culturas e povos. Trata-se de uma defesa do conteúdo como algo vivo, dinâmico, redescoberto e reconstruído pelos próprios alunos, revelando-os como sujeitos da própria educação e da própria história.¹⁵

A relação dos temas abordados

Em trabalho publicado no ano de 2019, Miriã Lúcia Luiz e Paula F. de Freitas Faria,¹⁶ chamaram atenção para um momento quase imperceptível no último dia da nossa oficina: após a montagem do Baobá, no momento de exposição para toda a escola, uma estudante do 6º ano, que havia participado das nossas aulas, foi consertar uma folha A4, que estava caindo do galho por conta dos ventos; no momento em que as professoras olharam para a árvore, a aluna logo se explicou dizendo que aquele era um poema que ela havia escrito e pendurado - a atividade final da oficina - e que foi a turma dela que ajudou a fazer o baobá. As docentes disseram que estava tudo bem e que ela podia verificar se havia mais alguma produção se descolando.¹⁷

[...] passamos a refletir sobre o sentimento de pertencimento que aquela estudante demonstrou ao referir-se ao produto final da sua turma. Optamos, assim, por concluir este texto com novas provocações: seria uma pista de que essa estudante estivesse se sentindo representada naquela produção coletiva, o Baobá? Seu

¹⁵ PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. *Filosofia e História da Educação*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985, p. 254-255.

¹⁶ A professora Paula F. F. Faria, na data da Oficina, realizava estágio docência supervisionado pela Prof^a. Dr^a. Miriã Lúcia Luiz, então acompanhou e participou das atividades desenvolvidas por nós graduandos de História e pelos alunos do Ensino Fundamental.

¹⁷ LUIZ, Miriã Luzia; FARIA, Paula Florinda de Freitas. Experiências formativas entre escola e universidade: saberes e práticas africanas em foco. In: LUIZ, Miriã Luzia et al. *O Ensino de História na formação de professores: experiências com as escolas*. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2021, p. 141.

poema teria relação com a História e Cultura Africana e Afro-brasileira? Houve alguma mudança no modo de essa estudante negra se auto afirmar como afro-brasileira a partir desses momentos de reflexão e produção mediados pelos licenciandos durante a proposta de intervenção?¹⁸

Objetivamos - grosso modo - criar um sentimento de pertencimento com aquele baobá que produzimos, pois ele se tornou o resultado de uma longa atividade que envolveu reconhecimento, cuidado, respeito e identidade. Por tais circunstâncias, os alunos se dedicaram a cuidar e a zelar pelo objeto que a partir do término da dinâmica passou a pertencê-los, mais que isso, fazia parte deles, como algo criado por eles; contendo algo deles: suas produções, suas opiniões, reflexões acerca do tema trabalhado e de suas vivências. Os assuntos abordados na oficina possuem relação intrínseca com as questões que elaboramos durante as aulas, o que reaparece no questionamento das professoras. São temas que nos dedicamos a abordar e estamos nos propondo a trazer nos capítulos que se seguem neste presente livro.

A importância da África na constituição da História do Brasil e dos brasileiros é um ponto de suma relevância na abordagem, apontando como somos diversos e como o continente está diretamente ligado a nós, através da história e da cultura; da mesma forma, são influências permanentes no que tange a relação do ser humano com a natureza, sendo necessário refletirmos a respeito de como se deu essa troca de experiências, desde os indígenas brasileiros, os africanos e os portugueses nos séculos XVI, culminando no Brasil atual e na nossa ligação com o meio em que vivemos. O centro do nosso trabalho foi um grande baobá de mais ou menos dois metros de altura e, nosso objetivo era verdadeiramente chamar atenção e dispor os alunos em volta da árvore, provocando reflexões a respeito da significância do baobá e da figura dos *griots* para a África, e, como essas pessoas de sabedoria ancestral se manifestam e estão presentes nos dias atuais. Por fim, elencamos também como os mitos e as lendas têm muito a contribuir para o ensino de História, sobretudo ao falarmos de tradição oral e saberes populares.

¹⁸ LUIZ, Miriã Luzia; FARIA, Paula Florinda de Freitas. Experiências formativas entre escola e universidade... *Op. cit.*, p. 142.

À guisa de conclusão

Com as referidas informações contidas no presente capítulo, o professor/leitor tem em mãos uma breve explicação a respeito dos passos que foram dados na elaboração da oficina de história da África que o nosso grupo - à época graduandos em História - realizou. Desde as anotações diagnósticas; as atividades propostas; os debates e as trocas de reflexões, busquei expor e demonstrar durante o presente texto. Tomando como um convite à realizações futuras, o capítulo se propôs a abordar uma experiência exitosa e trabalhosa; dar importância à construção dos saberes coletivos; proporcionar uma visão do que foi experienciado naquela oportunidade; e, sobretudo, sugerir que a oficina seja reproduzida - ressignificada, repensada e adaptada - futuramente a partir da leitura deste e dos demais capítulos, cuja principal tarefa é auxiliar o profissional da educação, dando base teórica à nossa proposta didática.

É importante ressaltar que a nossa experiência se deu com base em uma realidade específica, logo, as realizações futuras dependerão das particularidades inerentes à escola, à turma, ao espaço, aos profissionais e aos materiais utilizados para a sua feitura. Cabe salientar, todavia, que a cada nova - e diferente - realidade, adapta-se e cria-se possibilidades didáticas e reflexivas, tornando o conteúdo da oficina cada vez mais acessível e dinâmico. Em uma prática pedagógica como essa, o objetivo não é “deixar os alunos sem conteúdo para estudar”, como ouvimos diversas vezes no ambiente escolar, pelo contrário, a defesa é na direção da oficina como uma forma de aplicar o conteúdo teórico de maneira construtiva e coletiva, bem como a montagem da árvore de papelão e as reflexões em torno do tema; entendemos ser importante que o conteúdo e a disciplina História faça sentido para a realidade e a vida de cada estudante, para isso é necessário que haja espaço para que eles se expressem, se identifiquem e se reconheçam no que está sendo abordado pelos professores.

De acordo com o capítulo que aqui se finaliza, podemos

concluir que variando a realidade e as possibilidades, a proposta permanece viva e adaptável, crescendo e mudando de acordo com os integrantes de sua realização, a oficina, portanto, é esse Baobá cujos galhos se expandem e se multiplicam a cada realização.

Referências:

Filme:

KIRIKU e a Feiticeira. Direção: Michel Ocelot. Roteiro: Michel Ocelot. Música: Youssou N'dour. Edição: Dominique Lefèvre. França: France 3 Cinema, 1998. 74 min. Animação. son., color. Dublagem brasileira: Álamo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q4LuNCxQ-gs>>. Acesso em: 18 ago. 2021.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EF_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 22 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorracionais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. *Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Propostas de Práticas de Implementação*. Brasília, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 59. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/>>

livio1707_informativo.pdf>. Acesso em 24 jul. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

LUIZ, Miriã Luzia; FARIA, Paula Florinda de Freitas. Experiências formativas entre escola e universidade: saberes e práticas africanas em foco. In: LUIZ, Miriã Luzia [et al.] *O Ensino de História na formação de professores: experiências com as escolas*. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2021, p. 120-144.

MONTEIRO, Heloíza Ribeiro de Sena; FARIAS, Patrícia Pilar et al. *A importância das oficinas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem*. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. *Filosofia e História da Educação*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1985.

ROIZ, Diogo da Silva; SANTOS, Jonas Rafael dos; TEIXEIRA, Paulo Eduardo. O uso de imagens para o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira e a questão do racismo no Brasil. *Educare et Educare: revista de Educação*, Cascavel, v. 5, n. 9, p. 210-230, jan./jun. 2010.

ANEXOS

Os anexos deste capítulo estão disponíveis de forma virtual, juntamente com fotos e demais documentos que possam contribuir para uma melhor compreensão e aplicação da oficina realizada em 2018 e proposta no presente livro. Para acessar basta apontar o celular com o leitor de QR Code para o código abaixo para ser direcionado ao site criado para expor o material da oficina e do livro:



O site também poderá ser acessado pelo link:
livrobaoba.wixsite.com/website

CAPÍTULO 2

*“Sem folha não tem sonho
Sem folha não tem festa
Sem folha não tem vida
Sem folha não tem nada”*

Ildásio Tavares & Geronimo S. Duarte. Salve as Folhas, 1988.

A relação das culturas com a natureza no Brasil: saberes e práticas que nos constituíram

Letícia Martins Calheiros¹

Luiz Fernando Soares Pereira²

O presente capítulo apresenta uma breve reflexão acerca da relação que o ser humano estabeleceu com a natureza no Brasil no decorrer dos anos, a partir da chegada dos portugueses e sua visão mercantilista dos recursos naturais, em contraste com as comunidades indígenas que aqui estavam e já possuíam uma prática distinta dos europeus, além da posterior contribuição de alguns povos africanos - e suas formas de tratar a natureza e a terra através da religiosidade e do sentido que o meio ambiente possui para eles - trazidos para serem escravizados a partir do século XVI. Nosso objetivo é apontar algumas heranças que possuímos advindas desses três povos que há séculos constituem o povo brasileiro e que legaram-nos diferentes práticas de preservação e uso dos recursos naturais que dispomos no país. São distinções

¹ Professora de História da rede municipal de ensino da Serra, no Espírito Santo. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em Ensino Religioso pela Unifatecie. Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela UFES.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista de Mestrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduado em Licenciatura e Bacharelado em História pela UFES. Membro do Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS/UFES).

e semelhanças que podem nos ajudar na reflexão a respeito de nosso contexto atual de relação indivíduo e natureza como sujeitos ativos, objetivando repensar nossos hábitos macro e micro sociais a respeito do lugar onde habitamos e os modos como podemos resgatar ensinamentos que nos auxiliam na busca por um presente e um futuro mais sustentáveis.

São povos e sociedades que não serão analisados como homogêneos, tampouco comparativamente, mas exporemos algumas das práticas que ocorreram em solo brasileiro a partir da interação deles entre si e com a natureza, seja através de passagens históricas ou de depoimentos atuais que resgatam a visão de alguns povos que nos deram origem.

Desde antes da chegada dos portugueses ao Brasil, os povos indígenas que aqui habitavam, já possuíam uma forte ligação com a terra, sobretudo com as florestas, de tal modo que para eles a natureza constituía-se de elementos vivos e que seus antepassados faziam parte dessa natureza. Os africanos trazidos para o Brasil com o objetivo perverso da escravidão, já possuíam uma conexão ancestral, social e religiosa com a terra e o meio ambiente, dando embasamento para suas crenças, suas religiões e o sentido objetivo e subjetivo de suas vidas. Os portugueses que aqui chegaram desde o século XV, viam os recursos naturais com um grande potencial comercial, o que deixou uma enorme marca na tradição e na cultura brasileira. Muitas práticas e visões unem e separam o pensamento desses três povos. Desde a extração do pau-brasil no século XVI no Brasil, pelos portugueses, até os tempos atuais, muita história se passou e muita reflexão se fez/faz necessária.

A natureza como parte de nós; nós como parte da natureza

Os povos indígenas que compõem o Brasil e as Américas são diversos, desde a chegada dos europeus ao continente. A nossa proposta não é de reduzi-los e generalizar suas relações com a natureza, mas trazer alguns exemplos que possam esboçar e

exemplificar as práticas de preservação das quais algumas lideranças indígenas atuais reivindicam a sua manutenção, visando suas práticas ancestrais. Os povos mencionados e as citações trazidas, possuem o objetivo de indicar algumas referências e comunidades importantes, sem a intenção de torná-los genéricos ou simplificar suas práticas, que variam de localidade para localidade, mas que preservam o mesmo método de subsistência e a cultura de respeito e cuidado com o meio em que vivem. O que podemos afirmar previamente é que para os diferentes grupos indígenas a natureza não é uma fonte de lucro econômico.

Como ressaltou Darcy Ribeiro, desde o período colonial, mesmo com a mistura entre indígenas e portugueses, a característica marcante da relação dos primeiros com a natureza se realçava “[...] pelo modo como moravam, pelo que comiam, por sua visão do mundo e pelo idioma que falavam”,³ além da “adaptação à natureza”⁴ e da “sobrevivência das antigas tradições”.⁵ São questões de suma importância para o estudo das práticas que permaneceram na maior parte das tribos e de seus descendentes, pois ao longo dos séculos, a tecnologia do chamado, por Darcy Ribeiro, de “Brasil Rústico”, foi e continua sendo basicamente indígena,⁶ pois sua principal marca é a subsistência, através do cultivo e na preparação da mandioca (macaxeira ou aipim), do milho, da abóbora e das batatas, e demais plantas, além das técnicas de caça e pesca.⁷

As culturas indígenas são diversas e a natureza recebe um importante destaque. Assim como os povos africanos que aqui habitaram posteriormente, as distintas comunidades indígenas possuem uma intrínseca relação de pertencimento com a natureza. Eles se veem como uma parte dela, uma extensão de sua forma. “Estudos etnográficos revelam que as sociedades relativamente autônomas [...] têm relações de profunda familiaridade com o meio

3 RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 121.

4 *Ibidem*.

5 *Ibidem*.

6 *Ibidem*, p. 123.

7 *Ibidem*.

ambiente”,⁸ de onde usufruem e suprem suas necessidades. Dessa maneira, o meio ambiente não faz parte apenas da cultura e do modo de viver desses grupos, mas de sua essência e existência.

Pela diversidade cultural e étnica indígena, é necessário salientar que buscamos pontos em comum entre os grupos estudados e ativos nas representações políticas e sociais, bem como seus ensinamentos e a permanência de suas práticas ao longo dos anos. Dessa maneira, é preciso reafirmar que cada comunidade possui suas próprias crenças, símbolos e ritos, e o que se pretende no presente texto é refletir como esses pontos se interligam com a natureza e promovem a integração entre o elemento humano e o natural, se tornando um componente único, vivendo em harmonia e respeito mútuos.

A relação existente entre os indígenas brasileiros e a natureza, a partir do local onde vivem, é vinculada ao afeto e se dá através de um significado que está intrinsecamente relacionado com o sagrado. Além disso, algumas comunidades veem a natureza como uma espécie de “grande mãe”, onde está contida suas lembranças e memórias, vivências e a construção de sua história. Essa convivência pode nos inspirar a termos uma vida mais sustentável e harmônica com o meio ambiente. Isso inclui o respeito com a terra, a nutrição física (alimentar) e espiritual que essas sociedades têm com o local, de forma que haja equilíbrio, ao contrário das nossas experiências e práticas.⁹

Vale trazer para a reflexão falas de lideranças indígenas que lutam para preservar áreas ameaçadas, pois são relatos que demonstram como eles possuem uma visão íntima e personificada acerca da natureza. A líder da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (Copime), Marcivana Sateré-Mawé,

8 SOUZA, Ana Hilda Carvalho *et al.* A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental: uma revisão da literatura. *Destques Acadêmicos*, Lajedo, v. 7, n. 2, p. 89, 2015.

9 Cf. REDAÇÃO PENSAMENTO VERDE. *Como os índios convivem com a natureza e suas lições para uma vida sustentável*. 2013. Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/indios-convivem-natureza-liceos-vida-sustentavel/>. Acesso em: 5 set. 2021.

demonstra, com sua fala, não apenas o cuidado que seu povo tem com o meio ambiente, mas também a forma como eles aprenderam tais conhecimentos. São ensinamentos passados de geração em geração:

A terra é mãe, uma anciã cheia de sabedoria que precisamos escutar para que viva ainda muitos anos. Precisamos parar e considerar as marcas do tempo neste rosto sofrido como sinais de que muitas coisas não estão bem. [...] Minha mãe me ensinou a respeitar a ‘mãe’ da mata, pois ela tem seu tempo de descanso para recompor as energias, para fertilizar o solo e dar vida novamente a outras vidas. Tudo na mata tem vida e respira, e é dessa forma que temos que sentir e ver a natureza.¹⁰

Uma representante indígena de Porto Velho, Val Massaka Karitiana, defende a natureza como se defendesse a uma parente ou amiga muito próxima, há em sua fala a presença da personificação da natureza, como uma verdadeira mãe que cuida e auxilia seu povo. Não só há a pregação da defesa, mas o respeito devido a um ser que auxilia seus “filhos” e proporciona a eles um espaço acolhedor para que possam manter suas tradições, costumes, cultura e prover materiais para sua alimentação, vestimenta e moradia.

A gente é apenas guardião da floresta, porque a floresta é a nossa mãe, tanto mãe terra, quanto mãe natureza. Mãe porque a natureza para nós é muito importante, porque ela que nos alimenta, é dela que nós tiramos nossas medicinas tradicionais e temos um respeito muito grande pela natureza, pois ela transmite algo muito positivo e dependemos dela pra [sic] manter nossas tradições culturais, e para nossa sobrevivência também.¹¹

Para as populações indígenas citadas, suas produções são basicamente voltadas à subsistência. Há uma sólida dependência dos recursos naturais renováveis, dos quais provém seu modo de vida. Assim, dentro de sua organização cultural, a natureza representa para estes indivíduos, muito além do que uma forma de subsistência, mas sim a vida social, que está ligada,

¹⁰ SATERÉ-MAWÉ, Marcivana, *apud* COSTA, William. Mãe Natureza: indígenas enaltecem papel de mãe que a Floresta Amazônica exerce sobre a população. *Portal Amazônia*, 2020. Disponível em: <https://portalamazonia.com/noticias/mae-natureza-indigenas-enaltecem-papel-de-mae-que-a-floresta-amazonica-exerce-sobre-a-populacao>. Acesso em: 5 set. 2021.

¹¹ KARITIANA, Val Massaka, *apud* COSTA, William. Mãe Natureza... *Op. cit.*

necessariamente, aos lugares de crenças e conhecimentos existentes em suas comunidades; além de uma relação histórica. Eles possuem um caráter de territorialidade cultural bastante consolidado, pois mesmo etnias que “[...] apresentam algumas atualizações em sua cultura ainda mantêm fortes valores e laços com a terra”.¹²

Para muitos povos indígenas existe uma máxima que é a sacralização do território que habitam, além da memória, pois “[...] o retorno a espaços que foram habitados por seus antepassados significa a potencialização de aspectos de sua identidade étnica”.¹³ São fatores que explicam o motivo dos indígenas não se relacionarem com a natureza de forma predatória. Algo que pôde se verificar através do conflito de visões com a chegada e interferência dos portugueses no Brasil a partir dos séculos XV e XVI.

“Navegar é preciso; viver não é preciso”¹⁴

Adentrando no processo de expansão do continente europeu e a formação do mercantilismo (pré-capitalismo), é possível observar que muitas transformações ocorreram na Europa a partir do século XV. Elas foram, principalmente, de caráter político, econômico e do pensamento intelectual. Essas mudanças estão intrinsecamente relacionadas à ação do ser humano na natureza.

Por volta do século XIV, a paisagem do continente europeu começou a modificar-se, saindo de um cenário de vastidão selvagem com um pequeno contingente de aldeias que viviam isoladas e um limitado convívio com o exterior. Passou a ter um clima mais ameno, coincidindo com uma notável explosão populacional, o que gerou uma necessidade de maior produção de alimentos.

¹² SOUZA, Ana Hilda Carvalho *et al.* A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental... *Op. cit.*, p. 89.

¹³ RONCAGLIO, Cynthia. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 19, n. 19, p. 113, jan/jun. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/14517/10888>. Acesso em: 2 set. 2021.

¹⁴ “Navegar é preciso; viver não é preciso”. Frase retirada do poema de Fernando Pessoa. Cf. PESSOA, Fernando. *Navegar é preciso*. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jp000001.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2021.

Em relação às transformações econômicas é necessário salientar que nos períodos da antiguidade grega e da Idade Medieval as ocupações de caráter econômico ganharam valor considerável na busca por instrumentos para alcançar o bem comum, já os ideais de ética e justiça (Platão) ou de felicidade (Aristóteles), ocuparam uma importância secundária. Porém, muitas foram as transformações que ocorreram nesse período, como o surgimento do Mercantilismo, no qual a economia se sofisticou, angariando em torno de si um conjunto de doutrinas. A partir disso, a economia passou a ter uma grande importância naquelas sociedades.¹⁵

Um grande acontecimento desse período e que muito influenciou a economia na Europa é o conhecido momento das Grandes Navegações, as “descobertas” de novos mundos, que impulsionaram o comércio em todo o continente europeu.

Este é o cenário em que a Europa se consolidou como econômica e militarmente superior. Havia por parte dos colonizadores o interesse de estabelecer uma ordem evolutiva ou hierárquica entre ‘eles e os outros’ seres humanos. [...] Assim foi que usurparam de sociedades milenares a faculdade de se autodeterminar, de decidir sobre seu futuro, sobre suas vidas, costumes e crenças de uma forma radical, ou seja, promovendo modificações profundas nos alicerces destes modos de pensar e viver.¹⁶

Assim, observa-se que os alicerces do pensamento, da visão, da cultura e da teologia europeia - que se distinguem de algumas sociedades nas Américas, na África e no Oriente -, corroboram para a sedimentação de uma noção do ser humano como centro do universo, em que toda a natureza está a sua disposição e passível de dominação. Porém, em meados do século XVIII iniciou-se na Grã-Bretanha a Revolução Industrial, que foi a segunda Grande mudança na história da humanidade. Essa transformação constituiu-se fundamentalmente na exploração dos estoques de combustíveis fósseis presentes na natureza. Dessa maneira, o domínio de

¹⁵ MENDES, Ana Stela Vieira. A relação homem-natureza através dos tempos: a necessidade da visão transdisciplinar como fundamento do direito ambiental. In: Encontro Nacional do CONPEDI 2010, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: CONPEDI, 2010, p. 1632-1633. Disponível em: <https://bitly.com/g8VvZ>. Acesso em: 15 ago. 2021.

¹⁶ *Ibidem*, p. 1633.

técnicas e a criação de instrumentos para modificação da natureza, popularizou-se a máxima de que o desenvolvimento tecnológico estava intrinsecamente ligado ao progresso. Conforme verificado, o eficaz processo de crescimento da indústria modificou para sempre o futuro da humanidade. Sobre isso, o historiador Eric Hobsbawm afirma que o referido período, foi um marco, em que pela primeira vez na história da humanidade, os homens se tornaram capazes de multiplicar de maneira rápida mercadorias e serviços.¹⁷

Ao chegarem no território e se atentarem para o potencial exploratório de matéria-prima - inicialmente do pau-brasil, utilizados na tintura de roupas na Europa -, os portugueses se empenharam na utilização da mão de obra indígena no processo de derrubada e transporte das árvores. No decorrer dos últimos anos estudos têm apontado para uma relevante importância da mão de obra indígena no modo de produção colonial português no Brasil. Ressalta-se a especial atenção para como a “[...] exploração do trabalho escravo indígena desempenhou papel-chave nos processos de acumulação interna”,¹⁸ principalmente nos tempos em que “[...] as elites coloniais em formação ainda não detinham liquidez efetiva para se aventurar no crescente mercado de escravos africanos”.¹⁹ A maior parte desse trabalho de escravização dos grupos indígenas correspondia ao seu uso, na exploração e extração da fauna e da flora do Brasil, sobretudo a segunda. Em parte se deve ao conhecimento que os indígenas possuíam acerca das plantas, das árvores e dos animais presentes nas matas e florestas brasileiras. Assim, devido a sua intrínseca relação com a natureza, os indígenas foram utilizados pelos colonizadores como fonte de informação, além do trabalho braçal. Como ressalta Francisco Cancela:

[...] não era apenas a força motriz dos índios que interessava aos colonos, mas também o domínio de conhecimentos botânicos que se tornaram fundamentais para a exploração destes recursos

¹⁷ HOBBSAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Trad. Marcus Penchel e Maria L. Teixeira. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 50.

¹⁸ CANCELA, Francisco. O trabalho dos índios numa “terra muito destituída de escravos”: políticas indigenistas e políticas indígenas na antiga capitania de porto seguro (1763-1808). *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 514, 2014.

¹⁹ *Ibidem*, p. 515.

naturais, sobretudo nos aspectos relacionados ao ciclo natural das florestas, às qualidades específicas de cada espécie e à própria habilidade da vida nas matas.²⁰

Durante o período colonial, os portugueses não só utilizaram-se, de maneira intensiva, dos recursos naturais, como também do conhecimento indígena a respeito da natureza e de sua mão de obra para garantir maior eficiência na atividade. O índio era visto, sobretudo pelos padres, como “[...] almas racionais mas transviadas, postas em corpos livres, mas carentes de vigilância”,²¹ aparentemente indivíduos que faziam parte da natureza recentemente desbravada, entretanto, como estavam sendo integrados - gradativa e compulsivamente - às organizações lusitanas, “[...] deveriam trabalhar para seu sustento e para fazer próspera a comunidade”.²²

Na maioria das vilas, principalmente da capitania de Porto Seguro, os principais serviços prestados pelos indígenas era o de extração de madeiras e o seu transporte. Dentro das atividades desempenhadas pelos índios resulta-se uma diversidade de produtos, “[...] tais como as toras de madeiras de lei destinadas à construção civil e naval, os tabuados produzidos para a fabricação das caixas de açúcar e, por fim, as cordas, estopas e cabos”.²³ Todas elas muito importantes para a economia colonial. Além disso, a comercialização da árvore do pau-brasil foi uma das principais atividades econômicas desenvolvidas pelos europeus em seus primeiros anos de contato com o que hoje são as terras brasileiras. Da parte interna da planta se aproveitava um material na produção de corantes, os quais as manufaturas têxteis europeias utilizavam para tingir tecidos.²⁴ Como bem ressalta Josemara Salles Lima, “[...] a exploração do pau tintorial continuou ativa durante todo o período colonial. Ainda na segunda

20 CANCELA, Francisco. O trabalho dos índios numa “terra muito destituída de escravos”... *Op. cit.*, p. 527.

21 RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro...* *Op. cit.*, p. 104.

22 *Ibidem.*

23 *Ibidem.*

24 LIMA, Josemara Salles. *Pau-Brasil: os diferentes significados dos discursos para a sua conservação, nos séculos XIX e .* Dissertação (Mestrado). Curso de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009, p. 14.

metade do século XIX aparecia com destaque nas exportações”.²⁵ Em suma, foram práticas que consistiam em uma relação lucrativa, sob o ponto de vista comercial, para os portugueses, e desarmoniosa para a natureza.

Na Europa a relação entre indivíduo e natureza se deteriorava cada vez mais, a partir da visão de superioridade do primeiro em relação à segunda. “Aprofundaram-se também, as desigualdades e as crueldades também entre os próprios homens”.²⁶ O mundo moderno se deparou, após a Revolução Industrial e a ascensão do capitalismo, com uma ideia de predação em relação à natureza. Os indivíduos passaram a não se ver mais como parte do meio ambiente, mas a enxergá-lo - nos termos do capitalismo - como matéria-prima, como um produto. Com isso, os problemas sócio-ambientais se tornaram cada vez mais evidentes e preocupantes.

Os avanços tecnológicos são muito importantes para a humanidade e para a vida em sociedade. Os portugueses, assim, contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento de atividades econômicas no Brasil, no entanto, os meios utilizados para a extração de matéria-prima, como a mão de obra escravizada de indígenas e, posteriormente, africanos, foram traumáticas e desequilibradas, sob o ponto de vista ambiental. Herdamos, de tais práticas mercantis portuguesas e sua exploração econômica no país, uma visão de que a relação do ser humano com a natureza se dá a partir do domínio do primeiro sobre a segunda, sem a necessidade do equilíbrio entre desenvolvimento e preservação. Quanto mais a tecnologia se inova, mais a natureza sofre com o uso desordenado e pouco sustentável dos seres humanos e seu modo de vida já enraizado em nossa cultura, com as indústrias e fábricas produzindo mais do que a comunidade local e global é capaz de consumir; mais do que a natureza é capaz de suportar, findando na situação atual do Brasil e do mundo.

²⁵ Cf. LIMA, Josemara Salles. *Pau-Brasil... Op. cit.*

²⁶ MENDES, Ana Stela Vieira. *A relação homem-natureza através dos tempos... Op. cit.*, p. 1634.

Religar o ser humano com a natureza

A questão acerca da relação entre o ser humano e a natureza dentro da cultura africana adquire um significado e uma importância especial, pois ela está intimamente relacionada com a vida, a forma de viver e enxergar dos africanos. De maneira cultural e religiosa, através dos ensinamentos dos povos africanos que aqui viveram, a natureza pode ser compreendida como uma extensão da nossa própria existência. Ressaltamos previamente que o continente africano é vasto em suas dimensões geográficas e étnicas, abriga países, culturas, religiões e hábitos distintos, há nele uma diversidade muito grande dentro de seus povos, histórias e práticas. Ao trazer os africanos para o debate, buscamos abordar a contribuição dos povos que foram trazidos para o Brasil - desde a colonização até o império - para a cultura brasileira, seja através das comunidades que se estabeleceram aqui ou a partir de sua expressão cultural e religiosa, envolvendo a natureza e o cuidado com o meio em que viveram e compartilharam saberes ancestrais.

Com o estabelecimento das atividades mercantis, os portugueses trabalharam para aumentar a mão de obra antes exclusivamente indígena, dando início a um processo de tráfico intercontinental. No decorrer de três séculos de tráfico negreiro no Atlântico, houve uma oscilação considerável de escravizados embarcados no Oeste (10% do total), no Centro-Oeste (com 73%) e no Sudeste (correspondendo a 17%) da África para o Brasil. A maior parcela deriva da colônia portuguesa em Angola, localizada, portanto, no Centro-Oeste africano.²⁷ Em levantamento mais detalhado, Darcy Ribeiro traz alguns nomes dos referidos grupos e suas localidades:

os negros do Brasil trazidos principalmente da costa ocidental africana. Arthur Ramos (1940, 1942, 1946), prosseguindo os estudos de Nina Rodrigues (1939, 1945), distingue, quanto aos tipos culturais, três grandes grupos. O primeiro, das culturas

²⁷ ZORZETTO, Ricardo. A África nos genes do povo brasileiro: análise de dna revela regiões que mais alimentaram o tráfico de escravos para o país. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 134, p. 38, abr. 2007. Atualizado em 3 de set. de 2020. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2020/09/036-041_pesquisa-perfilgen.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

sudanesas, é representado, principalmente, pelos grupos Yoruba - chamados nagô -, pelos Dahomey - designados geralmente como gegê - e pelos Fanti-Ashanti - conhecidos como mircas -, além de muitos representantes de grupos menores da Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta e Costa do Marfim. O segundo grupo trouxe ao Brasil culturas africanas islamizadas, principalmente os Peuhl, os Mandinga e os Haussa, do norte da Nigéria, identificados na Bahia como negros malé e no Rio de Janeiro como negros alufá. O terceiro grupo cultural africano era integrado por tribos Bantu, do grupo congo-angolês, provenientes da área hoje compreendida pela Angola e a 'Contra Costa', que corresponde ao atual território de Moçambique'.²⁸

Tais grupos trazidos - principalmente da costa ocidental da África - foram capturados, misturados a outros grupos e amontoados em porões de navios negreiros, entretanto distinguiam-se pois falavam dialetos e línguas distintas, uma vez que o continente era, como hoje o é, uma vasta e rica extensão territorial, com várias línguas, culturas e religiões, fatores que não permite uma homogeneização destes indivíduos, embora a escravidão tenha sido imposta a todos eles.²⁹ Ainda que tais características muitas vezes os separavam e os afastavam, com o decorrer dos anos, seus ensinamentos foram passados de maneira gradativa a seus descendentes, dando sentido espiritual a sua existência terrena através de crenças e práticas que eram comuns durante a escravidão e que se mantiveram a partir de saberes religiosos que se difundiram, se adaptaram e permaneceram no Brasil atual.

A Cosmologia Africana acredita que todo o Universo está interligado, existindo uma interdependência entre os seres e a natureza. Dessa maneira, o ser humano inserido nessa tradição também se identifica como um integrante do Universo e, assim, “[...] estabelece uma relação profunda com a natureza através dos ritos e rituais específicos”.³⁰ É importante salientar que junto com este contexto está a dimensão religiosa que se encontra intimamente ligada à relação participativa entre os seres humanos e o meio ambiente. E é dentro desta dinâmica que o

28 RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro... Op. cit.*, p. 113-114.

29 *Ibidem*, p. 114-115.

30 DOMINGOS, Luis Tomas. A visão africana em relação à natureza. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 3, n. 9, p. 1, jan. 2011.

Africano-Banto preserva a sua existência com o ser Supremo, *Nzambi*, (Deus), *Bazimu* (os espíritos), *Banthu* (os seres humanos, homens.), *Pinhama*, (os animais), os vegetais, os minerais, etc., para o seu equilíbrio, e harmonia na Natureza e no Universo. A estrutura de cada ser, sua organização constituem uma unidade que é parte total da unidade da natureza e consequentemente do Cosmos.³¹

De tal modo, a religião africana - que fora trazida e difundida em determinados locais do Brasil - possui substancial influência na concepção de integralização do ser humano com a natureza. Tais crenças defendem que o ser humano faz parte da irmandade e que todos devem viver em harmonia. Domingos explica que: “estar isolado, na sociedade Africana, é estar morto”.³² Além disso, o africano se vê em consonância não apenas com os vivos, mas também com os que já partiram. Portanto, “[...] a religião tradicional africana é destinada a manter as relações com os ancestrais, as entidades que existem na natureza, os *Orixás*”.³³ Tal forma de pensar se realiza em uma relação dinâmica e participativa do africano com Deus, os espíritos, os seres humanos, os vegetais, os animais e os fenômenos e objetos.

Uma segunda relação que tal religiosidade africana possui nessa vinculação dual entre os seres humanos e a natureza se dá através dos usos de elementos naturais em seus cultos e rituais, principalmente nos Terreiros.³⁴ Podemos destacar que, além das religiões de matrizes africanas que se encontram no meio urbano, as comunidades tradicionais e os povos indígenas, “[...] buscam uma relação se não simbiótica, atenciosa para com a natureza”.³⁵

31 DOMINGOS, Luis Tomas. A visão africana em relação à natureza... *Op. cit.*, p. 1.

32 *Ibidem*, p. 3.

33 *Ibidem*, p. 3.

34 O Terreiro dentro das religiões de matrizes africanas possui um significado não apenas territorial, que é o local onde os rituais e cultos acontecem, mas representa identidade, pertencimento da cultura africana. Cf. MOREIRA, Morgana Arreguy Corrêa. *Simbologia do terreiro 3 poderes: Ouro Preto-MG*. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020.

35 SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaráyí: uma etnografia acerca da presença do Baobá no Ilê Axé Opô Aganju, Bahia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016, p. 60.

As árvores e folhas possuem um importante papel litúrgico no Candomblé, existe uma máxima que afirma que “[...] sem folha não há orixá” e, conseqüentemente, não tem Candomblé. A natureza, em suas várias manifestações e por ocupar o lugar máximo na expressão da comunhão entre o ser humano e a natureza, “[...] à luz dessa máxima, revela-se como razão de ser do próprio Candomblé”.³⁶ A música *Salvem as folhas*, expressa a preocupação com a natureza e traz a essencialidade das folhas, na qual Aroni é um espírito que protege e mora na floresta, é ele que detém os conhecimentos sobre as folhas e as plantas.³⁷ Indicamos essa canção como uma pertinente fonte de reflexão, exemplificando tal abordagem:

Sem folha não tem sonho
Sem folha não tem vida
Sem folha não tem nada
Quem é você e o que faz por aqui
Eu guardo a luz das estrelas
A alma de cada folha
Sou Aroni
Cosi euê
Cosi orixá
Euê ô
Euê ô orixá
Sem folha não tem sonho
Sem folha não tem festa
Sem folha não tem vida
Sem folha não tem nada
Eu guardo a luz das estrelas
A alma de cada folha
Sou Aroni.³⁸

36 SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaràyí... Op. cit.*

37 D'OSOGIYAN, Fernando. Aroni, A Divindade que Mora no Âmagô da Floresta. *CANDOMBLÉ: o Mundo dos Orixás*, 2015. Disponível em: <https://ocandomble.com/2015/01/08/aroni-a-divindade-que-mora-no-amago-da-floresta/>. Acesso em: 4 set. 2021.

38 TAVARES, Ildásio; DUARTE, Geronimo Santana. *Salve as Folhas*. 1988. Intérprete:

Há uma influência que possui origem nos terreiros brasileiros,³⁹ principalmente no Candomblé e na Umbanda, onde, a flora assume um lugar de suma importância, pois os afro-brasileiros buscam resgatar a sua ancestralidade por meio de seu vínculo e comunhão com a natureza, que foram, em grande parte, perdidos com a escravização dos povos africanos em sua travessia do Atlântico. Como afirma Ricardo Zorzetto,⁴⁰ pesquisas mais recentes apontam que no decorrer de pouco mais de trezentos anos de tráfico negreiro, a região da África Ocidental forneceu um número superior de escravizados do que apontava os estudos anteriores. Zorzetto também salienta que as novas pesquisas, principalmente no campo da genética, “[...] confirmaram que foram três as regiões da África – a Oeste, a Centro-Oeste e a Sudeste – que mais exportaram mão-de-obra africana para o país até 1850”,⁴¹ período anterior à assinatura da Lei Eusébio de Queiroz (Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850).⁴²

Ensinamentos africanos destacam a dependência da vida humana com a natureza. Dessa forma, “[...] a finalidade da existência do homem na Cosmovisão africana está estabelecida no Universo e é influenciada pela ordem dos seres na natureza”.⁴³ Assim, essa dita finalidade é totalmente independente da ação humana, de seus desejos ou aspirações. Um dos alicerces da maneira de viver dos povos africanos trazidos para o Brasil é a comunhão com o meio em que se habita. São ensinamentos cuja essência pode nos ajudar a religar a nossa existência terrena, com nossos hábitos e concepções, à natureza.

BETHÂNIA, Maria. In: BETHÂNIA, Maria. *Brasileirinho*. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2003. 1 CD, faixa 1.

39 Os terreiros são os locais sagrados utilizados para a celebração de cultos e ritos nas religiões afro-brasileiras, como a Umbanda e o Candomblé.

40 ZORZETTO, Ricardo. A África nos genes do povo brasileiro: análise de dna revela regiões que mais alimentaram o tráfico de escravos para o país. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 134, p. 36-41, 2007. Atualizado em 3 de set. de 2020, p. 38

41 *Ibidem.*, p. 38.

42 Lei que proibia o tráfico de escravizados para o Brasil.

43 DOMINGOS, Luis Tomas. A visão africana em relação à natureza. *Revista Brasileira de História das Religiões... Op. cit.*, p.2.

Há na cultura africana a ideia de que é essencial uma relação harmônica entre o ser humano e a natureza, consistindo em manter um equilíbrio no Universo a partir do momento em que as duas partes se encontram em harmonia e comunhão. Por meio de relações que não se dêem de maneira estritamente técnica, mas estéticas; “[...] não relações do homem conquistador da natureza; mas sim relações de respeito recíproco, de participação e de complementaridade”.⁴⁴

A realidade e os desafios do Brasil atual

É notório que a situação atual do país e do mundo com relação à preservação dos recursos naturais e o cuidado com os usos do espaço em que se vive, é bastante problemática. Como vimos, tanto os indígenas quanto os africanos possuem uma ligação com a natureza que envolve tanto o aspecto de subsistência como o caráter sagrado, no Brasil, como em vários outros países, essa conexão sacralizada não existe de forma majoritária, na verdade ela pode ser verificada em comunidades alternativas e em atitudes e modos de vida individuais, de pessoas que escolhem ter uma conexão maior com o meio ambiente.

O fato de vermos a natureza apenas como um espaço capaz de nos fornecer matéria-prima a ser extraída e comercializada - sem a preocupação com a sustentabilidade - demonstra qual foi, dentre os três povos que nos deram origem, a cultura que mais nos influenciou: a ocidental. O modo de enxergar a vida e de dar sentido a ela, desde os hábitos cotidianos de cada indivíduo até os planos para o futuro do país, influenciam na forma como nós estamos utilizando os recursos naturais que nos são dispostos pela natureza. Continuamos com a ideia de que somos mestres e senhores da natureza, donos do destino de todos os recursos, como se não houvesse finitude na Terra e nem sentido ter uma dinâmica de preservação, essas práticas nos trouxe avanços tecnológicos e científicos, mas também nos colocou em uma situação delicada, ao pôr em risco toda a biosfera.⁴⁵

⁴⁴ *Ibidem.*

⁴⁵ BOFF, Leonardo. *Semana no meio-ambiente: garantir o futuro da vida e da Terra.*

Embora o assunto passe despercebido pela maior parte das religiões ocidentais, sobretudo o Cristianismo (majoritário no Brasil), líderes religiosos como o Papa Francisco, em sua carta encíclica *Laudato Si'* chama atenção para a importância de revertermos essa realidade e alterarmos nossas práticas e políticas, rumo a uma vida mais sustentável e harmônica.⁴⁶ Outro líder religioso, é o brasileiro Leonardo Boff, teólogo, filósofo, humanista e um dos escritores mais preocupados com a causa ambiental, se ocupando - através de palestras e livros - com um alerta a respeito da nossa atual situação e da importância de nos educarmos ambientalmente. São duas figuras dentre várias outras que lutam na contramão do sistema religioso ocidental que pouco se debruça a respeito de questões tão importantes à humanidade presente e futura.

Os problemas relacionados ao meio-ambiente são vários e seus estragos são vastos, desde a poluição do ar (gerando riscos à saúde),⁴⁷ a poluição de rios e mares (causando a morte de espécies marinhas e prejudicando o trabalho de pescadores), as queimadas que aumentam cada vez mais em nosso país, somando-se ao desmatamento desenfreado da Amazônia⁴⁸ (ocasionado perdas irreparáveis para o bioma brasileiro, além de colocar em risco todo o ecossistema mundial), o tratamento de esgoto adequado (mais da metade da população brasileira não possui sistema de coleta e tratamento de esgoto em suas residências),⁴⁹ até as questões mais básicas como desperdício de água e lixos jogados nas ruas e calçadas das cidades. São questões macro, que dependem de projeto e atenção do Estado, e micro, que podem ser resolvidas com a consciência ambiental e cidadã dos indivíduos.

Leonardo Boff, 2019. Disponível em: <<https://leonardoboff.org/2019/06/07/semana-no-meio-ambiente-garantir-o-futuro-da-vida-e-da-terra/>>. Acesso em: 5 set. 2021.

46 Cf. FRANCISCO. *Laudato Si'*: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

47 SANT'ANNA, André; ALENCAR, Ane; ARAÚJO, Carmen *et al.* *O estado da qualidade do ar no Brasil*. São Paulo: Wri Brasil, 2021, p. 9-10.

48 Cf. ESCOBAR, Herton. Desmatamento na Amazônia dispara de novo em 2020. *Jornal da USP*, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazonia-dispara-de-novo-em-2020/>. Acesso em: 5 de set. 2021.

49 Cf. 57% dos brasileiros não possuem rede de coleta e tratamento de esgoto. *Cidades Inteligentes*, 2017. Disponível em: <http://ci.eco.br/57-dos-brasileiros-nao-possuem-rede-de-coleta-e-tratamento-de-esgoto/>. Acesso em: 5 set. 2021.

Um uso correto e sustentável dos recursos naturais deve também visar o futuro das novas gerações, pois se compreendermos que a Terra é uma grande casa, uma “Casa Comum”,⁵⁰ podemos visualizar melhor o estado em que se encontra o lugar em que habitamos e dividimos com diversas outras pessoas e espécies de seres vivos. Uma vida consciente deve implicar, necessariamente, em saber os limites necessários para uma existência dinâmica, sustentável e mais preocupada com os recursos que dispomos e que temos o dever de preservá-los e utilizá-los com sabedoria.

Considerações finais

Nossa situação atual nos faz refletir a respeito da forma como nós brasileiros temos nos relacionado com a natureza e os recursos que dela nos servimos. Vimos que apesar de três povos com culturas distintas terem dado, historicamente, origem ao povo brasileiro, nossas práticas e hábitos, escolhas e políticas ambientais, modelo de desenvolvimento insustentável e ignorância ambiental, tem se assemelhado mais ao legado que os portugueses (europeus) nos deixou, bem como a relação predatório dos bens naturais que nosso país possui.

Os indígenas e africanos, que serviram de base para a constituição do país, possuem uma relação sagrada com a natureza, com o espaço que habitam e de onde retiram sua subsistência, vendo-a como uma entidade viva e que deve ser respeitada e preservada, segundo os principais ensinamentos religiosos e ancestrais, todo indivíduo é uma extensão da natureza. O objetivo da nossa oficina pedagógica⁵¹ e deste presente livro caminhou e caminha na direção de retomarmos o nosso lado africano e indígena no que tange a relação harmônica com o meio ambiente. Sabemos que os

⁵⁰ BOFF, Leonardo. *Semana no meio-ambiente... Op. cit.*

⁵¹ A oficina pedagógica foi realizada em 2018, em uma turma do sexto ano, de uma escola de Ensino Fundamental, no Município de Vitória/ES. Nela abordamos temas relacionados ao estudo da história da África e como o Brasil possui relações históricas com o continente. Através da reflexão acerca da identidade, da memória e da ancestralidade, pensamos juntos a respeito das heranças culturais, sociais e religiosas que nos ligam aos africanos.

avanços tecnológicos e científicos nos são bastante importantes e devemos valorizá-los, são frutos do desenvolvimento e grande parte deles advém do ocidente, no entanto, não podemos abandonar a preservação da *Casa Comum* em que vivemos.

Refletimos a respeito de temas importantes que devem ser considerados em sala de aula no ensino de História, um deles é nos questionar sobre como temos preservado os recursos naturais para as futuras gerações? As respostas dos alunos e professores precisam ser construtivas e reflexivas, no sentido de que a produção de conhecimento seja coletiva. Acreditamos também que a conscientização e a formação de cidadãos mais responsáveis tem um lugar muito importante dentro da sala de aula, sobretudo ao questionarmos as influências que cada povo exerceu e permanece exercendo sobre nossas vidas. Este capítulo foi um convite à reflexão do nosso passado, do nosso presente e do futuro que queremos.

Referências:

Música:

TAVARES, Ildásio; DUARTE, Geronimo Santana. Salve as Folhas. 1988. Intérprete: BETHÂNIA, Maria. In: BETHÂNIA, Maria. *Brasileirinho*. Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 2003. 1 CD, faixa 1.

Bibliografias:

BOFF, Leonardo. *Semana no meio-ambiente: garantir o futuro da vida e da Terra*. texto disponibilizado em 7 de junho de 2019. In: Leonardo Boff. Disponível em: <<https://leonardoboff.org/2019/06/07/semana-no-meio-ambiente-garantir-o-futuro-da-vida-e-da-terra/>>. Acesso em: 5 set. 2021.

CIDADES INTELIGENTES. *57% dos brasileiros não possuem rede de coleta e tratamento de esgoto*. 2017. Disponível em: <<http://ci.eco.br/57-dos-brasileiros-nao-possuem-rede-de-coleta-e-tratamento-de-esgoto/>>. Acesso em: 5 set. 2021.

CANCELA, Francisco. O trabalho dos índios numa “terra muito destituída de escravos”: políticas indigenistas e políticas indígenas na antiga capitania de porto seguro (1763-1808). *História (São Paulo)*, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 514-539, 2014.

COSTA, William. *Mãe Natureza: indígenas enaltecem papel de mãe que a Floresta*

Amazônica exerce sobre a população. Texto disponibilizado em 28 de setembro de 2020. In: Portal Amazônia. Disponível em: <<https://portalamazonia.com/noticias/mae-natureza-indigenas-enaltecem-papel-de-mae-que-a-floresta-amazonica-exerce-sobre-a-populacao>>. Acesso em 5 set. 2021.

DOMINGOS, Luis Tomas. A visão africana em relação à natureza. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 3, n. 9, p. I-II, jan. 2011.

D'OSOGIYAN, Fernando. *Aroni, A Divindade que Mora no Amago da Floresta*. Texto disponibilizado em 8 de janeiro de 2015. In: CANDOMBLÉ: O Mundo dos Orixás. Disponível em: <<https://ocandomble.com/2015/01/08/aroni-a-divindade-que-mora-no-amago-da-floresta/>>. Acesso em: 4 set. 2021.

ESCOBAR, Herton. *Desmatamento na Amazônia dispara de novo em 2020*. Texto disponibilizado em 7 de agosto de 2020. In: Jornal da USP. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazonia-dispara-de-novo-em-2020/>>. Acesso em: 5 de set. 2021.

FRANCISCO. *Carta encíclica "Laudato Si"*: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções: 1789-1848*. Trad. Marcus Penchel e Maria L. Teixeira. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LIMA, Josemara Salles. *Pau-Brasil: os diferentes significados dos discursos para a sua conservação, nos séculos XIX e XX*. 2009. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MENDES, Ana Stela Vieira. A relação indivíduo-natureza através dos tempos: a necessidade da visão transdisciplinar como fundamento do direito ambiental. In: Encontro Nacional do CONPEDI, 19., 2010, Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: CONPEDI, 2010. p. 1628-1642. Disponível em: <<https://bityli.com/g8VvZ>>. Acesso em: 15 ago. 2021.

MOREIRA, Morgana Arreguy Corrêa. *Simbologia do terreiro: conexão entre o espaço e a mitologia das religiões afro-brasileiras: uma análise do terreiro 3 poderes: Ouro Preto-MG*. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020.

PESSOA, Fernando. *Navegar é preciso*. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/jp000001.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

REDAÇÃO PENSAMENTO VERDE. *Como os índios convivem com a natureza e suas lições para uma vida sustentável*. 2013. Disponível em: <<https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/indios-convivem-natureza-licoes-vida-sustentavel/>>. Acesso em: 5 set. 2021.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RONCAGLIO, Cynthia. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, v. 19, n. 19, p. 111-128, jan/jun. 2009. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/14517/10888>>. Acesso em: 2 set. 2021.

SANT'ANNA, André; ALENCAR, Ane; ARAÚJO, Carmen et al. *O estado da qualidade do ar no Brasil*. São Paulo: Wri Brasil, 2021.

SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osê no reino de Obaráyí: uma etnografia acerca da presença do Baobá no Ilê Axé Opô Aganju, Bahia*. 2016. 283 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, Ana Hilda Carvalho et al. A relação dos indígenas com a natureza como contribuição à sustentabilidade ambiental: uma revisão da literatura. *Destques Acadêmicos*, Lajedo, v. 7, n. 2, p. 88-95, 2015.

ZORZETTO, Ricardo. A África nos genes do povo brasileiro: análise de dna revela regiões que mais alimentaram o tráfico de escravos para o país. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 134, p. 36-41, 2007. Atualizado em 3 de set. de 2020.

CAPÍTULO 3

*“Sou baobá yle axé / Aqui permaneço de pé! / Brotei no
berço da saudade / A negra mãe da humanidade / Raiz
que no ventre aflora / O caule que chora clamando
amor / Seiva é o sangue da vida / Que foi corrompida
pelo invasor”*

Gabriel Chocolate. *Baobá, a árvore da vida*, 2018

O guardião da memória:

o Baobá na cultura africana

Letícia Martins Calheiros

O Baobá, além de ser uma árvore nativa da África, é considerado um símbolo do continente africano. Ele transcende à sua condição biológica e, além de sua pluralidade de usos para os diversos povos, é guardião da memória, ancestralidade e cultura africana. Possui ainda uma profunda ligação com a vida, com a morte e com os espíritos. É um ser cheio de histórias em que sua forma física interliga o mundo material e o mundo sobrenatural. Essa árvore simboliza todos os valores da cultura africana. Todas as principais simbologias dessa cultura encontram significado na figura desse vegetal milenar. Além disso, possui uma intensa e marcante representatividade religiosa, cultural e botânica para os povos tradicionais da África.

Como coluna vertebral da oficina, o Baobá possui um significado muito importante para o nosso trabalho. Por isso, objetivo tratar dos elementos que utilizamos para a construção de nossas aulas. Dessa forma, abordarei alguns aspectos que são de suma importância quando o assunto é o estudo dessa árvore. Muitas são as questões, mitologias e símbolos que permeiam sua figura. Neste texto, trabalharei as informações gerais de cunho biológico e geográfico do Baobá, além dos mitos que permeiam o seu surgimento. Um ponto muito importante, e que perpassa toda a construção da ideia dessa árvore, é a memória e a sua ligação com a oralidade e

a ancestralidade africana. Dissertarei acerca dos principais eixos desses temas, visando propiciar a compreensão dessas dimensões do Baobá. Outro tema caro a sua representação é o papel que ele ocupa nas religiões de matrizes africanas, principalmente no Candomblé. Para encerrar, tentarei demonstrar de que maneira o Brasil recebeu essa forte influência da representação cultural e religiosa do Baobá e como ela é utilizada nas ações afirmativas, no resgate e na construção de uma identidade afro-brasileira.

O verde como protagonista: identidade do baobá

O nome científico do Baobá é *Adansonia digitata*. O termo faz referência ao francês Michel Adanson, que foi o primeiro a classificar a árvore. Essa atribuição só ocorreu no século XVIII, bastante tempo após os registros que atestavam a presença do vegetal na África, logo no início do século XVI e já era, com toda certeza, conhecido pelos seres humanos há milhares de anos.¹

Essa árvore se popularizou no mundo todo sob o nome de Baobá. Ele se desenvolve principalmente em regiões secas, onde é comum a escavação do tronco para utilizá-lo para o armazenamento de água ou como abrigos temporários. Na Austrália, por exemplo, existe uma espécie de Baobá, conhecida como árvore-garrafa, cujo caule consegue armazenar até cento e vinte mil litros de água. Sendo assim, a árvore do Baobá é comum a praticamente todas as áreas da savana africana, com exceção dos territórios de deserto como ao Norte do Saara, do Kalahari ao Sul, além do extremo Norte e das áreas onde as florestas tropicais africanas são predominantes.²

Apesar de ser símbolo do continente africano, o Baobá também possui algumas espécies originárias da Austrália e de Madagascar. Entre elas a *Adansonia digitata*, da África Central e Sul da África – é a que uso como base –; a *Adansonia gregorii* (ou

¹ Cf. SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaráyí: uma etnografia acerca da presença do Baobá no Ilé Axé Opó Aganju, Bahia*. Dissertação (Mestrado). Curso de Antropologia, Departamento de Antropologia e Museologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

² *Ibidem*.

Andosonia gibbosa), do Nordeste da Austrália; *Adansonia grandidieri*; *Adansonia madagascariensis*, *Adansonia perrieri*, *Adansonia rubrostipa* (ou *Adansonia fony*) e *Adansonia suarezensis*, de Madagascar.³

Essa árvore se encontra presente em quase todo o território africano, com exceção das áreas desérticas. Apesar da pluralidade de dialetos e culturas da África, o Baobá é conhecido por todos. Em alguns locais recebe um nome distinto, mas sempre contendo o mesmo significado e representando a mesma coisa. Na Angola, ele é chamado de *Imbondeiro*. No dialeto kimbundo, que também é falado no país, é denominado *Mbondo*. Nos dialetos de Moçambique, por exemplo, é chamado de *Imbondeiro*, no português – que é a língua oficial do país –; de *Ximuo*, no Changana; *Ximuio*, no Machope; *Nonde*, no Makonde; e *Mulapa*, no Makua. Esses são apenas alguns exemplos dos diversos nomes que são atribuídos a ele.⁴

A árvore do Baobá é nativa do continente africano e pertence à família das malváceas, sendo parente dos hibiscos e da malva. É pertencente ao reino *Plantae* e é da classe das *Magnoliopsida*. Seu tronco é em forma de cone e pode medir até nove metros de diâmetro e chegar a trinta metros de altura. Suas folhas mais novas são comestíveis e podem ser utilizadas na área medicinal. Ele produz um fruto, que leva o nome de múcua. Esse fruto tem uma polpa agridoce e seca, e isto significa que é adocicado, mas ligeiramente ácido. A partir dele é possível produzir uma bebida refrescante. Além disso, a fibra da casca do Baobá pode ser usada na fabricação de roupas, instrumentos musicais e cordas. De forma geral, ele floresce apenas uma noite durante o ano, e isso ocorre entre os meses de maio e agosto. Durante essas poucas horas em que suas flores permanecem abertas, os usuários de néctar noturno, como morcegos, realizam o trabalho de polinização da planta.

O Baobá possui um formato bastante peculiar. É constituído por uma abundância de galhos que são sustentados por um largo e extenso tronco oco, onde, segundo as histórias, armazena os corpos de seus

³ Cf. VASCONCELOS, Gilberto J. S. *Mapa dos Baobás do Brasil*. 2011. Disponível em: <https://issuu.com/biomaurbano/docs/baobasdobrasil>. Acesso em: 09 jul. 2021.

⁴ *Ibidem*.

*griots*⁵ após a sua morte, quando ela absorve todo o conhecimento daquele ancião e o transfere para o próximo. Existe até uma lenda árabe que explica o seu formato: segundo ela, o Baobá seria uma árvore muito esnobe, por isso, os deuses o teriam arrancado e o colocado na terra novamente de cabeça para baixo, assim, as suas raízes ficaram para cima, por isso o seu formato.⁶

A árvore é considerada uma das mais úteis da África, justamente por ser fonte de alimento, por meio de suas folhas e frutos⁷; de água, pela sua grande capacidade de armazenamento do líquido; de cura, pela utilização de suas folhas e frutos nos tratamentos medicinais – seu fruto possui propriedades anti-inflamatórias, antipiréticas e analgésicas –; de memória, por guardar por gerações a história da comunidade e do povo local onde ela se encontra; além do uso de sua casca na fabricação de roupas e objetos.

Em relação a religião, o Baobá é visto como uma divindade e entidade. Da perspectiva social, a árvore é tida como um local de encontros culturais e artísticos. Em suma, dela pode-se aproveitar tudo. Por isso, entre os diversos adjetivos que lhe são atribuídos, um dos mais significativos é o de “árvore-mãe”. Ela recebe essa denominação não apenas por abrigar e alimentar os seres humanos, estejam eles vivos ou mortos, mas também por acolher animais, lendas e mitos. Sacia e cura a todos que lhe buscam sejam animais ou humanos. O Baobá é considerado uma das árvores mais antigas

⁵ Segundo o dicionário é uma pessoa pertencente a um grupo profissional de depositários da tradição de oralidade africana, atuante nas funções de poeta, cantor, contador de histórias e músico, a quem são regularmente atribuídos poderes sobrenaturais. A figura do *Griot* será melhor desenvolvida no próximo capítulo.

⁶ Cf. VOCÊ sabe o que é Baobá? conheça esta impressionante árvore africana. *Pensamento verde*, 2014. Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/voce-sabe-o-que-e-baoba-conheca-esta-impressionante-arvore-africana/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

⁷ O fruto do Baobá é rico em vitamina C, seis vezes mais que a laranja; possui duas vezes mais cálcio que o leite e uma abundância de vitamina B, além de magnésio, ferro, antioxidantes e fósforo. O seu interior pode ser usado como ingrediente para diversos alimentos, molhos e compotas. Criada em 1999, a Baobad Fruit Senegal foi a pioneira em transformar o fruto do Baobá em uma gama de materiais para ser utilizado nas indústrias de alimentos, bebidas e cosméticos. Seguindo esses passos, a União Europeia aprovou, em julho de 2008, o uso deste fruto como ingrediente alimentar nas fábricas do continente. Hoje o fruto do Baobá rompeu as fronteiras do continente africano e está presente não apenas nas indústrias europeias, mas nas norte-americanas também.

do planeta, e pode viver mais de mil anos. Ele é, dessa forma, uma árvore que transcende o tempo. É testemunha, vê e ouve tudo, guarda histórias e memórias.

Memória e Oralidade: a importância do Baobá na cultura africana

Falar de Baobá é falar de memória. Ele é a representação das memórias e histórias de um povo, de uma localidade, de uma geração – ou mais de uma. Para o moçambicano Mia Couto, o Baobá não se trata apenas de um ser biológico, mas, na verdade, de um “cruzado de histórias”.⁸ E essas histórias possuem como depositário o Baobá, que armazena todas elas ao longo dos anos, décadas e até séculos e as transmite para a figura do *Griot*, que irá contá-las para a sua comunidade de origem. Assim, além de um representante da memória, o Baobá também se encontra intimamente relacionado à oralidade desse povo.

Diferente da visão ocidental da história, que por muito tempo esteve intrinsecamente conectada às fontes escritas, a história africana, relacionada a sua cultura, se mostra singular ao fazer uso da oralidade. A História Oral surge, então, como instrumento significativo na construção de uma história da África. Assim, para compreender a característica da memória que está presente na figura do Baobá, primeiramente é preciso entender a relação dos africanos com a cultura oral e a ligação dela com a memória desse povo.

O valor da oralidade para a cultura africana

As fontes orais estão na base do fazer historiográfico mais antigo, mas também da forma mais recente de fazer história. Os primeiros historiadores, ou seja, aqueles que eram profissionais no fazer da história, foram os depositários das tradições e histórias das sociedades ágrafas. No continente europeu, até o século XVIII, “[...] os testemunhos orais gozaram de um reconhecido

8 SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaráyí: uma etnografia acerca da presença do Baobá no Ilé Axé Opô Aganju, Bahia*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016, p. 24.

prestígio que desaparecia com o desenvolvimento da história acadêmica profissional que se produziu durante o século XIX”.⁹ Até esse período não havia uma divisão explícita entre a História e as demais ciências sociais, no sentido de dividir o papel de cada uma dentro da produção do conhecimento. Apenas a partir dos estudos dos medievalistas acerca das fontes manuscritas latinas, juntamente com a especialização universitária que houve na Alemanha, ocorreu essa mudança. Assim, os antropólogos ficaram responsáveis pelo serviço de campo, os sociólogos pelas entrevistas e os historiadores com os manuscritos. “Esse processo culminará com o advento de uma espécie de lei que, grosso modo, diria o seguinte: sem documentos (escritos), não há história”.¹⁰ Essa ideia só mudou a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, onde, não apenas na Europa, mas na Ásia e na África, classes sociais ou grupos nacionais que ganharam posições de poder foram os que não possuíam – ou, se tinham, era irrisória – a história escrita.

Apesar da ideia bastante difundida, principalmente no Brasil, de que a história na África era apenas oral e que a sua construção por meio das fontes escritas era uma característica das sociedades europeias – e isso era sinônimo de civilidade, ou seja, os europeus eram civilizados pois a história realizada por eles era escrita e os africanos, não civilizados, pois não possuíam escrita e, assim, suas tradições eram apenas passadas de pais para filhos através da contagem de histórias –, é uma ideia totalmente errônea e carregada de racismo em relação aos povos africanos. Isso porque, como veremos, eles possuíam escrita, e, ao contrário dos europeus, faziam uso da história de ambas as maneiras: escrita e oral.

A criação de textos, manuscritos e adaptação de escritos já existia na África antes de ser difundida no continente europeu. Dessa maneira, a utilização da escrita é um fenômeno histórico que ocorre em todo o território africano desde tempos remotos. Isso significa que eles não eram ágrafos, que a oralidade, na

⁹ GARRIDO, Joan del Alcàzan i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 34, set./ago. 1993.

¹⁰ *Ibidem*, p. 35.

verdade, é uma questão de ancestralidade que transcende à sua cultura e aos seus valores sociais. Sendo assim, a oralidade para os africanos é uma escolha, e isso não os faz menos civilizados que os europeus, que ainda possuem a escrita como a sua principal forma de passar a sua história. Dessa forma, a oralidade para os africanos possui um valor social, é vista como uma concepção de mundo singular dessa cultura em particular. Esse valor social advém das visões filosóficas e sociais de alicerce da cultura da África. Para compreender essa ideia, é necessário de antemão entender o valor que a palavra possui dentro dessa sociedade: a singularidade dessa cultura se encontra dentro do reconhecimento da importância da palavra e da oralidade na vida social.

Ao observar o conjunto de valores sociais africanos, que são: a organização do poder; a localidade, a terra e a produção; os seres humanos; as famílias; a passagem da morte; a comunidade; a força essencial; os seres da natureza; a ancestralidade e a palavra. É possível perceber que essas noções compõem os elementos que dão significado ao Baobá. Dentro da organização do poder podemos identificar a figura do *griot* como detentor de um poder delegado a ele de possuidor do saber ancestral de passar para os seus contemporâneos os ensinamentos, as histórias e os valores de seu povo. O valor social da localidade se encontra na importância que eles atribuíam ao ambiente de origem e à história daquele lugar, relacionando-se com o local em que eram passadas essas histórias: em volta do Baobá.

Essa mesma ideia segue em relação aos valores da terra e da produção, tudo para eles possuía um significado especial e era muito valioso, especialmente os frutos da natureza. A relação dos povos africanos – bastante parecida com a dos povos indígenas – é de respeito e valorização da natureza, entendendo-a com uma extensão do próprio ser humano. Essa ligação dos africanos com a natureza está intensamente presente na relação deles com o Baobá, porque ele é visto não apenas como uma árvore, um elemento da natureza, mas também como uma fonte de alimento, sabedoria, poder, ancestralidade e memória. A família e a comunidade são sinônimos de união, eles se reúnem todos ao pé do Baobá para ouvir

a sua história, a história que eles possuem em comum. Há, assim, companheirismo e unidade dentro desses valores. O Baobá também era fonte de força, possuía os valores de seus antepassados e de seus *Griots*, que, ao morrerem, eram depositados dentro do tronco da árvore que absorvia todos os seus conhecimentos, sabedoria e força e eram repassados para o seu sucessor. E, por último, mas não menos importante, a ancestralidade e o poder da palavra, da oralidade, que são marcas fundamentais da cultura africana e são essenciais para a compreensão do papel do Baobá nessa cultura.

Sendo assim, o Baobá é uma figura cara para a cultura africana justamente por conta do valor que é atribuído à oralidade. É o símbolo físico do local e da importância da cultura falada, além de representar os valores sociais desse povo. Deste modo, a ideia de que o povo africano é um povo oral não advém da inexistência da escrita no passado do continente, como é vista por grande parte da sociedade, pelo contrário: “[...] a oralidade é mantida com igual força social mesmo nas sociedades africanas que criaram escritas e outras formas simbólicas gráficas de comunicação”.¹¹ Portanto, a existência nas culturas africanas da oralidade não significa a ausência da escrita ou de civilidade.

O valor da memória presente no Baobá

Pollak assegura que a memória coletiva é composta pelos acontecimentos “vividos por tabela”, que são experienciados pelo “grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer”.¹² Segundo o autor, “[...] essa identificação com um passado comum mesmo sem tê-lo vivido, ocorre [...] por meio da socialização política ou histórica”.¹³ Em um contexto africano, uma das formas dessa socialização se dá por meio da figura do Baobá, que transmite o conhecimento adquirido ao longo de sua experiência histórica naquela comunidade para o *Griot*, o qual repassa essas experiências

¹¹ CUNHA JUNIOR, Henrique. O ETÍOPE: uma escrita africana. *Educação gráfica*, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.educacaoografica.inf.br/artigos/o-etiope-uma-escrita-africana>>. Acesso em: 07 jul. 2021, p. 2.

¹² SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaráyí...* Op. cit., p. 36.

¹³ *Ibidem*.

aos seus conterrâneos. Assim, essa transmissão de histórias, saberes e tradições ocorre, mesmo sem a vivência desse passado, por meio da memória. Esse vegetal seria então “[...] a única parte visível que o tempo conserva de comunidades desaparecidas”.¹⁴ Algumas dessas árvores são os únicos resquícios que sobram desses grupos e povoamentos.

Os Baobás são guardiões da memória e a eles são atribuídas três funções: territorialidade, contenção e consciência histórica, sendo que essas máximas não se excluem. A primeira delas é responsável por abarcar a energia espiritual – seja ela boa ou má – que algumas árvores concentram, enquanto refúgio e lar de poderosos espíritos. A segunda função está relacionada a questão da territorialidade, remetendo-se aos limites geográficos sagrados, ou seja, ela é o local onde se realizam atividades espirituais ou bruxarias clandestinas em menor grau e onde as atividades espirituais públicas podem ser regradadas ou observadas por toda a comunidade. A terceira função diz respeito à consciência histórica do vegetal: significa que a árvore “[...] representa evidência material de um acontecimento histórico, como a fundação da comunidade, que se atrela à identidade comunitária”.¹⁵ Um exemplo é que “[...] a árvore ali é o único resquício visível de uma comunidade que, no passado, provavelmente, já era socialmente subalternizada, resultando, portanto, de um esquecimento pela memória oficial”.¹⁶

Essas três funções – territorialidade, contenção e consciência histórica – mantêm uma relação entre si e isso ocorre por dois fatores, que são responsáveis por essa união: transcurso temporal e investimento humano. Isso porque, essas árvores *a priori* não possuem esse *status* de sacralidade, mas ele é adquirido a partir do papel que ela ocupa dentro de uma determinada sociedade ou grupo social no qual ela se encontra inserida. Então, é o investimento humano, através dos rituais, que delimita o papel que esse elemento, aqui o Baobá, irá possuir. Essas árvores antigas

¹⁴ SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaráyí...* Op. cit., p. 62.

¹⁵ *Ibidem*, p. 65.

¹⁶ *Ibidem*, p. 65.

e que, nesse caso, possuem uma longevidade, são importantes, pois possuem uma relação com a atividade humana passada. Dessa maneira, as experiências históricas e noções de identidade grupal são rememoradas a partir da associação entre antigas comunidades e velhas árvores.

Deste modo, os Baobás “[...] agregam valor patrimonial em duas frentes: a biológica e a cultural, pelo papel que assumem junto àquilo que podemos considerar – na sua mais ampla concepção do termo – meio ambiente local”.¹⁷ Assim,

sob a copa do Baobá se reúne o conselho dos anciãos, atuam os contadores de história, as pessoas fofocam e os namorados se encontram. A árvore é o palco de acertos e desacertos, onde as pessoas se unem e se separam. Seja lá o que for, o Baobá testemunha tudo o que de importante acontece na aldeia. Cenário por excelência dos eventos marcantes da comunidade, o Baobá se torna eixo da vida social. Exatamente por isso ele é, acima de tudo, a árvore da aldeia.¹⁸

Dessa maneira, muito mais que uma simples árvore, “[...] o Baobá é, por excelência, o guardião de sentidos e significados endossados pelos povos da África”¹⁹ também “pelas suas sociedades e culturas, seus modos de ser, suas aspirações, expectativas de vida e religiosidade”,²⁰ além de sua memória, que é construída coletivamente ao redor e por meio dele.

Tronco e raízes do Baobá: os mitos como explicações cósmicas

Diversos são os mitos que permeiam a existência do Baobá. Muitos deles se encontram relacionados às questões religiosas: “os mitos e o pensamento mágico-religioso yorubá têm na simbologia da árvore um de seus temas recorrentes”.²¹ Assim, em sua cosmologia,

17 SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaràyí...* Op. cit., p. 66.

18 WALDMAN, Maurício. O Baobá na paisagem africana: singularidades de uma conjugação entre natural e artificial. *Revista do Centro de Estudos Africanos*, São Paulo, n. esp., p. 3, 2012.

19 WALDMAN, Maurício. O Baobá na paisagem africana... Op. cit., p. 3.

20 *Ibidem*.

21 GELEDÉS. *Baobá: árvore símbolo fundamental das culturas africanas tradicionais*. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/baoba-arvore-simbolo-fundamental-das>>

essa árvore passa a existir como um princípio da conexão entre o mundo material e o mundo sobrenatural. Dessa maneira, o Baobá está relacionado a “ìgbá ì wà ñù – o tempo quando a existência sobreveio – e numerosos mitos começam pela fórmula ‘numa época em que o homem adorava árvores’[...]”.²²

Uma das versões difundidas desse mito cósmico assegura que foi por meio do “Òpó-orun-oún-àiyé – o pilar que une o mundo transcendente ao imanente – que os deuses primordiais chegaram ao local onde deveriam proceder o início do processo de criação do espaço material”.²³ Este pilar, que muitas vezes é representado ou pela árvore ou por seu tronco, é uma figura de criação, de princípio de todas as coisas, um artefato de conexão entre a multiplicidade dos mundos. Que frequentemente recebe a denominação de “Árvore do Mundo”, em que sua função consiste em suprimir as distintas regiões do cosmo. Há também alguns mitos de criação e um deles afirma que “[...] para cada ser humano modelado (a matéria primordial era o barro) por Orisala criava-se simultaneamente uma árvore”.²⁴ Em Cuba, por exemplo, existe um costume que solicita aos turistas antes de retornarem para sua origem que plantem uma árvore, para que permaneçam simbolicamente no país.

Além dos mitos e cosmologias, algumas lendas também são atribuídas à existência do Baobá. Uma delas afirma que no momento da criação do mundo, Deus deu a cada animal uma semente de árvore. Porém, o babuíno, muito conhecido por sua preguiça, ao receber seu presente, ao invés de plantá-lo, como foi sugerido pelo criador, simplesmente lançou as sementes na terra. Assim, a árvore que se originou delas nasceu ao contrário. Então, o Baobá teria nascido com as raízes para cima no lugar de seus galhos. Outra lenda assegura que o Baobá reinava por todo o continente africano, mas ele era uma árvore tão soberba que os deuses se irritaram e o colocou de cabeça para baixo em forma de castigo. Sendo assim, a

culturas-africanas-tradicionais/>. Acesso em: 05 abr. 2021.

²² *Ibidem.*

²³ *Ibidem.*

²⁴ *Ibidem.*

lenda relata que, quem comer de seus frutos será amaldiçoado com a morte pela boca de um leão.

Através desse aspecto sobrenatural que permeia a existência do Baobá, com os seus mitos e lendas, é possível observar como o papel atribuído a ele na sociedade africana perpassa o biológico e adentra aos campos da crença, da religiosidade e do divino.

Importância sagrada: a religiosidade do Baobá

Os povos africanos, de uma maneira geral, possuem em sua cultura uma ligação forte com a natureza. Assim, “as comunidades tradicionais, povos indígenas e, mesmo as religiões de matrizes africanas que se encontram inseridas no meio urbano buscam uma relação, se não simbiótica, atenciosa para com a natureza”²⁵. Para algumas religiões de origem africana a árvore do Baobá é considerada uma divindade, carrega consigo uma noção de sagrado, pois essas religiões possuem uma relação intrínseca com a natureza. Sendo assim, a flora assume um lugar de importância e prestígio sagrados nos cultos afro-brasileiros e o Baobá “possui um espaço que lhe é assegurado no *locus* botânico do Candomblé”²⁶. Dessa maneira, ele se torna um “instrumento de reafirmação”,²⁷ possuindo um caráter de conexão com o continente africano e com a ancestralidade.

Apesar de seu caráter de sacralidade, o Baobá não é o deus em si. Porque “para tornar-se sagrada, é preciso cumprir os rituais para que o deus encarne na planta. Após as oferendas e sacrifícios, a árvore deixa de ser um simples vegetal e passa a ser a morada-templo do deus *Iròkò*”²⁸. Ao tornar-se um local santo, precisa ser ornamentado como tal, utilizando grandes lenços confeccionados com panos brancos que são amarrados em seus galhos. Nas suas raízes são colocadas oferendas,

25 SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaràyi...* Op. cit., p. 60.

26 *Ibidem*, p. 24.

27 *Ibidem*.

28 GELEDÉS. *Baobá: árvore símbolo fundamental das culturas africanas tradicionais*. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/baoba-arvore-simbolo-fundamental-das-culturas-africanas-tradicionais/>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

como alimentos, recipientes de água e sacrifícios votivos; enfim, tudo o que seja sagrado. Há alguns relatos de que quando a árvore é cortada a terra sangra, por ali estar o próprio deus no vegetal. Assim, ele seria um meio de comunicação e transporte dos deuses:

a árvore simbolizada, o tronco ereto e viril – membro fecundante da terra e do céu, elo, cordão umbilical entre o orum e o aiê, na concepção restrita yorubá –, marca espaços públicos dos Candomblés mais antigos e tradicionais. Alguns espaços privados são também sinalizados com o mastro, poste, tronco rememorizador da árvore geral e fundadora da vida. É o elo entre o céu e a terra [...] por onde vêm os orixás, voduns e inquices aos terreiros.²⁹

Há ainda a relação do Baobá com a vida e a morte, ou melhor, a renovação da vida. As almas das filhas-de-santo ao falecerem iriam habitar os ramos da árvore e, assim, elas se desatariam dos galhos para habitar o ventre de outras mulheres e dar continuidade, então, ao ciclo de reencarnação acreditado pela cultura africana. Essa crença na reencarnação é bastante comum dentro do Candomblé³⁰ e nada tem relacionado com a reencarnação espírita pregada por Allan Kardec³¹ que ocorre por meio da evolução do espírito. Desse modo, a árvore cumpre um papel de conexão entre o território da existência humana e do campo sagrado, que é a morada dos deuses. Assim, dentro da concepção do Candomblé e yorubá elas desempenham uma significativa importância no procedimento de equilíbrio da coletividade e de manutenção da vida.

As religiões de matrizes africanas também possuem uma máxima que afirma que “sem folhas, não há orixás”.³² Isso demonstra a relevante função litúrgica que as folhas assumem nessas crenças,

29 SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaráyí... Op. cit.*

30 O Candomblé é uma religião afrobrasileira que se desenvolveu no Brasil a partir da chegada dos escravizados africanos. Ele não é composto de um único culto religioso, mas de uma série de cultos estreitamente desenvolvidos, muito parecido com outras religiões, inclusive possui elementos do catolicismo. É dividido em “nações” e em cada região do Brasil pode possuir uma nomenclatura diferente. Essa denominação de Candomblé é mais utilizada no estado da Bahia.

31 Foi um codificador, sistematizador e propagador da Doutrina Espírita. É muito conhecido por ser um dos grandes nomes da religião espírita, onde possui uma vertente com o seu nome. Sua doutrina é de base filosófica e científica em que acredita na evolução espiritual constante por meio das reencarnações.

32 SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaráyí... Op. cit.*, p. 60.

principalmente no Candomblé, além do fato de o culto aos vegetais possuir uma presença de destaque em seus rituais, pois, “[...] é a natureza, em suas diversas manifestações, por ser a expressão máxima dessa comunhão, que, à luz dessa máxima, revela-se como razão de ser do próprio Candomblé”.³³ Corroborando com essa ideia, a autora Odete Vasconcelos assegura que, “[...] os saberes religiosos de várias correntes místicas, inclusive, do *Xangô*, constroem teorias para conferir poderes, identificar o invisível e sacralizar seres e objetos, dentre eles, os vegetais”.³⁴

No contexto brasileiro, principalmente no estado da Bahia, as árvores do Baobá são bastante presentes nos Terreiros³⁵ – eles são conhecidos como guardiões do verde, pela extensa preservação da flora que há nesses locais –, justamente por conta da ideia de ressurgir no território brasileiro a cultura africana, os valores africanos e tudo o que foi perdido ao longo dos séculos devido a escravização do continente africano. Essa presença se faz com a ideia de conservar “[...] uma África que não mais existe além-mar”.³⁶ Muitas vezes o plantio do Baobá nos terreiros está atrelado aos atos cerimoniais de algum orixá específico ligado ao panteão daquela casa religiosa.

Sendo assim, “[...] o protagonismo conferido ao verde pelo Candomblé resulta de um legado conferido por uma África onde, em tempos atuais, apesar das pressões do mundo moderno, as árvores ainda persistem como importantes figuras sociais”.³⁷

33 SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaràyí... Op. cit.*

34 VASCONCELOS, *apud* SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaràyí... Op. cit.*, p. 61, grifo da autora.

35 O Terreiro dentro das religiões de matrizes africanas possui um significado não apenas territorial, que é o local onde os rituais e cultos acontecem, mas representa identidade, pertencimento da cultura africana. Cf. MOREIRA, Morgana Arreguy Corrêa. *Simbologia do terreiro: conexão entre o espaço e a mitologia das religiões afro-brasileiras. Uma análise do terreiro 3 poderes - Ouro Preto - MG. Monografia (Especialização). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020, p. 36.*

36 SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaràyí... Op. cit.*, p. 36.

37 *Ibidem*, p. 61.

Frutos do Baobá: suas ramificações na cultura brasileira

No Brasil, há poucas amostras de Baobá, se comparadas ao continente africano. Existem algumas diferentes histórias acerca da sua chegada ao nosso país. Alguns afirmam que ele chegou no século XVII, com Maurício de Nassau – um holandês que governou as terras do Recife no período em que elas pertenciam à Holanda – com o intuito de fazerem parte de seu jardim botânico particular. Outros relatos asseguram que essas árvores teriam sido trazidas por sacerdotes africanos e plantadas em terras brasileiras para cultos e rituais de sua religião, pelo fato de os praticantes do Candomblé considerarem o Baobá como sagrado.

Atualmente, existem onze Baobás no Rio Grande do Norte e dezesseis no estado de Pernambuco. Acredita-se que o Baobá que se encontra na Praça da República, localizada no centro de Recife, foi utilizado como referência para o autor francês Antoine de Saint-Exupéry – em sua visita à cidade – a escrever sua obra mundialmente conhecida, *O Pequeno Príncipe* (1952). Nela o protagonista do livro estava constantemente preocupado com os frutos do Baobá que ameaçavam ocupar todo o asteroide em que ele vivia.³⁸ Ainda em Pernambuco, na Vila de Nossa Senhora do Ó, na cidade de Ipojuca, existe um Baobá com quinze metros de circunferência e há afirmações de que ele possui mais de trezentos e cinquenta anos de vida. Além disso, a árvore com maior circunferência do Brasil, com 17,40 metros, se localiza também no estado Pernambucano, mais precisamente na cidade de Recife. Por isso, o estado é considerado o reduto dos Baobás, pela sua presença marcante na localidade.

Apesar da grande quantidade deste símbolo da cultura africana em Pernambuco, outros estados do Brasil possuem exemplares de destaque dessa árvore. Podemos citar o Mato Grosso do Sul, especificamente a capital Cuiabá; temos também o estado do Rio de Janeiro, com as cidades do Rio de Janeiro e Quissamã; no Rio Grande do Norte, as cidades de Macaíba, Nísia, Ipanguaçu, Assú

³⁸ Cf. SAINT-EXUPÉRY, Antoine. *O Pequeno Príncipe*. Trad. Ferreira Gullar. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2015, p. 20-23.

– esse município possui, inclusive, nove Baobás centenários – e a cidade de Natal.

No Brasil, a árvore do Baobá é plantada como uma ação assertiva, que possui como objetivo reafirmar “[...] a importância da reparação através da preservação do patrimônio cultural e ambiental afro-brasileiros”.³⁹ Além da sua presença marcante nas diversas cidades do Brasil, por conta de sua extensão, essa árvore, em muitos desses locais possui um significado especial, muitas vezes ligado à questão religiosa e ao sentimento de pertencimento desses lugares e comunidades que habitam ao seu redor.⁴⁰ Para algumas comunidades, o Baobá possui um significado tão especial que chegou a ser tombado como patrimônio natural para que seja preservado.

Quando se planta um Baobá no Brasil está trazendo toda uma história e resgatando a ancestralidade e memória de pessoas negras que no Brasil foram transformadas em pessoas escravizadas. Esse plantio também precisa ter um olhar para o futuro. É um apontamento para que o presente e o futuro precisem ser sem injustiça, desigualdade racial e racismo.⁴¹

(in)Conclusões e possíveis usos e abordagens

Compreender o papel e notoriedade do Baobá na cultura africana é de suma importância para os assuntos relacionados à memória, ancestralidade, cultura e o fazer da história da África. Dessa maneira, o texto acima objetivou alcançar minimamente cada um desses campos para facilitar a busca teórica do professor, entendendo a extensão do assunto. Por isso, abaixo realizarei uma sucinta explicação de como o Baobá foi utilizado na nossa oficina. Lembrando que é apenas uma ideia de como ele pode ser trabalhado na sala de aula, pois existem diversos e infinitos aspectos e dimensões que podem ser utilizados para trabalhar a cultura, a memória, a ancestralidade e a oralidade dos povos africanos. O texto também objetivou contribuir com a fomentação de ideias para os seus usos.

39 SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaràyl...* Op. cit., p. 37.

40 Cf. MIGLIANI, Felipe. *João Gordo, o baobá da resistência*. 2020. Disponível em: <www.felipemicglianicom.wpcomstaging.com>. Acesso em: 05 abr. 2021.

41 MIGLIANI, Felipe. *João Gordo...* Op. cit.

Nosso trabalho, intitulado *Oficina de História da África*, foi realizado no ano de 2018, como proposta de avaliação da disciplina Teoria e Prática do Ensino de História presente no currículo do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Espírito Santo, sob a orientação da prof^a. Dr^a. Miriã Lúcia Luiz. O desenvolvimento da oficina ocorreu com alunos do 6º ano de uma escola da Prefeitura Municipal de Vitória-ES. Todo o processo aconteceu durante três encontros com a turma como já explicitado e detalhado no primeiro capítulo do presente livro.

Assim como dentro da cultura e dos valores sociais tradicionais da África, no decorrer da oficina o Baobá foi o personagem central de nossa explanação acerca da memória e da ancestralidade dos povos africanos. Previamente, construímos – utilizando um papelão bastante resistente – o seu largo tronco dividindo-o em três partes iguais. Levamos para a oficina os três pedaços ainda separados e ao longo de nossa explanação, fomos construindo o Baobá com as crianças. Após a primeira explicação sobre a árvore e o seu significado para a cultura africana, entregamos pedaços de papéis para que os alunos colocassem narrativas produzidas a partir de suas memórias, e elas seriam depositadas dentro da primeira parte sem que ninguém as visse. Em um segundo momento, montamos a segunda parte, e foi solicitado que eles criassem desenhos, músicas, poemas, e outros, que representassem os *Griots* contemporâneos. Essas criações dos alunos foram fixadas nos troncos da árvore e penduradas nos galhos do Baobá representando os seus frutos, que se desenvolveram a partir daquelas aulas, uma espécie de compartilhamento das produções.

Aquele Baobá foi, na verdade, ressignificado: uma representação do Baobá africano e toda a simbologia, mas com a especificidade de ser construído na coletividade da sala de aula. Assim como o Baobá pertence à sua comunidade, a nossa árvore pertencia ao nosso grupo e aos nossos alunos, que, em parceria, construíram a nossa história, a história daqueles dias que passamos juntos. Ela foi colocada dentro do Baobá para que ele, de fato, se tornasse um guardião de memórias, da nossa memória, criada em nossa pequena comunidade.

Referências:

Música:

GIGANTE, Rafael; POETA, Amaro; CHOCOLATE, Gabriel *et al.* *Baobá, a árvore da vida*. Intérprete: Gabriel Chocolate. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/gabriel-chocolate/baoba-a-rvore-da-vida/>>. Acesso em: 6 set. 2021.

Bibliografias:

CUNHA JUNIOR, Henrique. *O Etiópe: uma escrita africana*. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.educacaografica.inf.br/artigos/o-etiope-uma-escrita-africana>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

GARRIDO, Joan del Alcàzan i. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 33-54, set./ago. 1993.

GELEDÉS. *Baobá: árvore símbolo fundamental das culturas africanas tradicionais*. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/baoba-arvore-simbolo-fundamental-das-culturas-africanas-tradicionais/>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MIGLIANI, Felipe. *João Gordo, o baobá da resistência*. 2020. Disponível em: <www.felipemicglianicom.wpcomstaging.com>. Acesso em: 05 abr. 2021.

MOREIRA, Morgana Arreguy Corrêa. *Simbologia do terreiro: conexão entre o espaço e a mitologia das religiões afro-brasileiras. Uma análise do terreiro 3 poderes - Ouro Preto - MG*. 2020. 130 f. Monografia (Especialização) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2020.

MUSEU AFRO BRASILEIRO (São Paulo). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. *Candomblé*. s.d. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/indice-biografico/manifestacoes-culturais/candomble>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

PENSAMENTO VERDE. *Você sabe o que é Baobá?* conheça esta impressionante árvore africana. Conheça esta impressionante árvore africana. 2014. Disponível em: <<https://www.pensamentoverde.com.br/meio-ambiente/voce-sabe-o-que-e-baoba-conheca-esta-impressionante-arvore-africana/>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

SANTOS, Fernando Batista dos. *Igi Osè no reino de Obaràyi: uma etnografia acerca da presença do Baobá no Ilê Axé Opô Aganju, Bahia*. 2016. 283 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Departamento de Antropologia e Museologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

UNIÃO ESPÍRITA MINEIRA. *Allan Kardec*. Disponível em: <<https://www.uemmg.org.br/allan-kardec>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

VASCONCELOS, Gilberto J. S. *Mapa dos Baobás do Brasil*. 2011. Disponível em: <<https://issuu.com/biomaurbano/docs/baobasdobrasil>>. Acesso em: 09 jul. 2021.

PRIBERAM dicionário. *Griot*. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/griot>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

WALDMAN, Maurício. O Baobá na paisagem africana: singularidades de uma conjugação entre natural e artificial. *Revista do Centro de Estudos Africanos*, São Paulo, n. esp., p. 223-235, ago. 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/102638/100902>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

CAPÍTULO 4

“É, pois, nas sociedades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte”

Amadou Hampâté Bâ. *A tradição viva*, 2010.

Como a árvore que lhe fornece sombra: notas sobre a historiografia da África e a Oralidade Africana

Thaynan Bandeira¹

Em 2018, ao receber a proposta de avaliação da disciplina de Teoria e Prática do Ensino de História, ministrada pela professora Dr^a. Miriã Lúcia Luiz, o sentimento foi de empolgação, normal para professores em pleno processo de formação. Cheios de expectativa por projetos, materiais de ensino e sala de aula, o receio veio junto à elaboração da oficina. Embora a temática não seja realmente nova em vista do caminho extenso traçado desde 2003 com a aprovação e implementação da lei 10639/03², há de se admitir que ainda existe uma longa estrada a se percorrer em relação ao Ensino de História e cultura africana e afro-brasileira no Brasil.

¹ Professor de História da rede municipal de ensino no município de Serra, no Espírito Santo. Graduado em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

² Importante considerar também a aprovação e implementação da lei 11645/08 de março de 2008. Sobre estes tópicos ver: SILVA, Marcos Antonio Batista da; RIBEIRO, Maria Sílvia. Diversidade cultural nas políticas públicas: uma análise das Leis 10.639/03 e 11.645/08. *Revista Exitus*, Santarém, v. 9, n. 5, p. 77–109, dez. 2019; ROCHA, Aristeu Castilhos da. Introdução das leis nº10.639/2003 e nº 11.645/08 e suas implicações para o ensino de história e para a educação. In: XIV Seminário Internacional de Educação no Mercosul, Cruz Alta. *Anais...* Cruz Alta: Unicruz, 2012, v. 1; FERNANDES, Thais Mechler; REIS, João Carlos *et al.* Educação para as relações étnico-raciais, destinado a implementação das leis 10.639 e 11.645 no currículo escolar. In: I Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão, 1., 2018, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: UNILA, 2018. v. 1. p. 102-106.

A proposta inicial, uma oficina que conversasse com a temática de história da África, cultura e memória, nos fez refletir sobre a falta e as carências em nossa própria formação. Professores cheios de expectativa que em reuniões se perceberam despreparados. Com ideias que tinham até aquele momento pouca referência. Mas como professores empenhados e, cheio de planos, traçamos pontos de apoio e reunimos alguns, entre tantos, materiais de apoio.

Este capítulo não tem pretensão de traçar uma análise extensa de materiais de referências para o ensino de História da África e afro-brasileira³, não faria isso tão brilhantemente como muitos professores e professoras já o fazem.⁴ O que desejo aqui é pontuar um começo possível, que nos foi possível naquele momento, para desenvolver em 2018, a oficina *Memórias de Baobá: História e ancestralidade*. Nesse sentido, o que se segue são algumas provocações acerca da posição que a oralidade ocupa em partes do continente Africano, principalmente no que se refere à figura dos *griots* e de sua importância para uma produção histórica. Também trago alguns pontos acerca da história e historiografia africana, sobretudo no que se refere às transformações no modo de se fazer história desde a década de quarenta do século XX.

Centralidade da oralidade na África

A ideia de África Tradicional nos tenciona a pensar em um modo de vida e uma concepção de mundo particular. Em um primeiro contato, ao provocar os alunos e alunas do 6º ano, com a pergunta “O que é África?” ou “O que vem à sua cabeça quando pensa em África?” recebemos respostas diversas, desde falas que revelam a produção de significados sobre o continente, como pobreza, doença e fome

3 Em vista da proposta de produzir textos que servissem como manual de apoio, optei por privilegiar textos mais curtos com o objetivo de otimizar o contato e a utilização deste livro como material didático.

4 Sobre este tópico sugiro os textos: OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 421-461, 2003; *Idem*. Lições sobre a África: abordagens da história africana nos livros didáticos brasileiros. *Revista de história*, São Paulo, v. 1, n. 161, p. 213-244, 2009; *Idem*. A história africana nos cursos de formação de professores: panorama, perspectivas e experiências. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 28, n. 1-3, p. 187-219, jan./dez. 2006.

- reflexo de uma produção de sentido marcada por certo racismo
- até respostas que podem ser pistas sobre quais direcionamentos e “Histórias da África” fazem parte da disciplina e são propostas nos anos de formação do ensino fundamental, a saber: Egito, pirâmides e Roma. A partir disso, a linha de construção seguida foi produzir uma narrativa sobre História Africana que atendesse a demanda de apresentar novas ideias e, ao mesmo tempo, estimular uma atividade/oficina que proporcionasse uma experiência lúdica para a turma, sem que o período da oficina fosse marcado por uma quantidade excessiva de conteúdo.

Embora constitua um grande continente, a África possui, em linhas gerais, características comuns entre as diversas organizações sociais. Um dos pontos de destaque é a relação humana com a natureza. O modo de vida comunitário dos povos africanos se desenvolveu durante séculos sob uma economia com características fortemente autárquicas e autossuficientes. Nesse sentido, a produção/difusão do conhecimento se deu de forma distinta da qual se costuma observar nas organizações sociais europeias. Na África, observa-se uma predominância da oralidade como ferramenta de entretenimento, ensino e conservação de memória e História, mas não somente isso, a oralidade parece articular e dar sentidos às coisas e aos acontecimentos. O ponto focal nesse sentido, não é a ausência da escrita - já que o contato com viajantes, comerciantes e exploradores incitaram as diversas organizações sociais no continente africano no desenvolvimento e aprendizado das línguas escritas – mas antes a não utilização dela. Um dos pontos de discussão durante a oficina, foi a partir das provocações, compreender que a oralidade, antes de se constituir enquanto uma forma primitiva de difusão do saber, é um modo culturalmente privilegiado e que engloba um arranjo complexo de religiosidade e status nas sociedades africanas.⁵

Dagoberto José Fonseca, ao tratar dos conceitos de oralidade, escrita e analfabetismo na África subsaariana, aponta que as sociedades ágrafas dessas regiões têm “[...] um profundo valor moral e

⁵ Cf. COVALSKI, Ailyn Amanda Rojas. *Os Griots na África Ocidental: memória de imigrantes africanos na cidade de Chapecó-SC*. Monografia (Graduação em História). Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017. p. 17-30.

sagrado, estando vinculada à origem divina e a forças secretas e vitais que regem todo o cotidiano social. Nessas sociedades a tradição oral molda os homens”.⁶ O analfabetismo, dessa forma, é um conceito imposto pelo estrangeiro ao continente africano e as reverberações a partir disso, são preenchidas de significados preconceituosos. A tradição oral destas sociedades projeta outros significados, mais complexos do que um simples conhecimento transmitido “boca a boca”.

Historiografia e história da África

Na dinâmica da tradição oral, a relação entre o homem e a palavra é intensa e imbuída de significados: “É, pois, nas sociedades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a Palavra é mais forte”.⁷ Essa relação que se estabelece é aprendida desde cedo nas sociedades orais, do mesmo modo há o ensinamento da habilidade de *escuta*, ou seja, escutar de forma mais profunda aquilo que é dito pelos mais velhos. Ao pensar na oficina “Memórias de baobá” esse foi um importante ponto de discussão.

A historiografia africana é marcada por grandes pontos de tensão em relação à história tradicional. Com a centralidade da tradição oral nas sociedades africanas em oposição à valorização da documentação escrita e oficial, produzir uma história da África apresentou-se um desafio que nem todos historiadores estavam dispostos a encarar. O ponto principal é que diferentemente do que se acredita, os escritos sobre o continente africano são antigos. A África como berço da humanidade fez parte dos escritos de viajantes e literatos desde a antiguidade. É verdade que boa parte destes relatos tem como ponto focal o contato com o norte da

6 FONSECA, José Dagoberto. As relações Brasil - África subsaariana: oralidade, escrita e analfabetismo. In: CHAVES, Rita *et al.* *Brasil/África: como se o mar fosse mentira*. v. 1, 1. ed. São Paulo: UNESP, 2006, p. 116.

7 HAMPATÉ BÂ, Amadou. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 182. [Coleção História geral da África, vol. 1]. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixar/historia-da-africa-volume-um.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

África, principalmente a região do Egito, há de se notar também muitos relatos de origem árabe datados entre os séculos IX e XV recuperados mais tardiamente com o fortalecimento da produção historiográfica africana.

O fato é que apesar de plurais, essas primeiras impressões do continente são mais descritivas sobre as regiões, o clima, as organizações sociais e são referentes principalmente de onde as trocas comerciais foram mais intensas, na região do Sahel sudanês, por exemplo. Esse que pode ser marcado como um primeiro momento da produção historiográfica africana tem como característica trabalhos que não chegaram a apresentar traços mais sistemáticos em relação às impressões descritas. Importante notar que a partir do século XV, com a frequência do contato europeu com o continente - principalmente missionários, viajantes e comerciantes - a produção de obras literárias foi facilitada. Percebemos, assim, que os textos ainda são utilizados como fontes pelos pesquisadores modernos são obras datadas, principalmente aqueles referentes às regiões tropicais do Baixo Zaire, Angola, vale do Zambeze e a Etiópia.⁸

A partir do século XVIII, os pesquisadores europeus voltaram-se para o continente africano, produzindo pesquisas consistentes e passíveis de serem tratados como produção historiográfica. Nesse período, em decorrência do Iluminismo⁹, a elite intelectual europeia começou a construir um consenso no qual as culturas de outras sociedades passaram a ser consideradas digressões e, por isso,

8 DIALLO; DE LIMA, Cintia Santos; Claudia Araújo. Revisitando a historiografia africana: subsídios para a disciplina História da África nas licenciaturas. *Debates em Educação*, Maceió, v. 12, n. 28, p. 268, 2020.

9 “A palavra Iluminismo vem de Esclarecimento (Aufklärung no original alemão), usada para designar a condição para que o homem, a humanidade, fosse autônomo. Isso só seria possível, afirmava o Iluminismo, se cada indivíduo pensasse por si próprio, utilizando a razão. [...] Em linhas gerais, o pensamento iluminista foi elitista e intensamente progressista. No primeiro caso, voltados para um público instruído, os filósofos queriam educar os “bons burgueses” e pouco tinham a dizer ao povo e aos trabalhadores. No segundo, a maioria dos iluministas acreditava que a história em sua constante mudança estaria sempre tendendo a mudar para melhor. [...] A razão e o progresso, dessa forma, foram elementos básicos do pensamento iluminista e influenciaram as transformações políticas e sociais entre o fim do século XVIII e o início do século XIX. [...] O Iluminismo, dessa forma, é entendido como um momento fundador da modernidade e do mundo contemporâneo, em que predominam os valores burgueses”. SILVA, Kalina Vanerlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos Históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. p 210.

não deveriam ser objeto de estudo. No que diz respeito à África, o continente foi considerado a-histórico. Essa perspectiva ganhou força no trabalho de Hegel “Filosofia da História”. O peso da concepção acerca da África que ele elaborou foi tão forte que marcou profundamente a produção historiográfica de orientação colonial que privilegiou a história dos invasores. É verdade que é necessário considerar que, durante esse período, alguns pesquisadores europeus voltaram-se para a investigação da reação à escravidão e ao tráfico atlântico de escravizados, por um lado e, de outro modo, na disputa pelos mercados africanos e as competições imperialistas.

No século XIX as discussões acerca da história como disciplina passam a acordar com a concepção de que o ofício do historiador deveria ser baseado cientificamente na análise das fontes escritas, privilegiando os documentos oficiais. Nesse cenário, a história do continente africano, muito dependente da tradição oral, dos vestígios arqueológicos e da linguística, como mais tarde se discutiu, foi deixando de ser objeto de pesquisa de historiadores. Embora não tenha servido às novas concepções da história naquele momento, observa-se que a diversidade cultural e certo exotismo no olhar imperialista despertou os interesses de antropólogos e linguistas nas sociedades africanas. Assim, eles foram os primeiros a desenvolver pesquisas de campo no continente e embora a afeição por descrever o quão “primitivas” as sociedades africanas eram¹⁰. Essa perspectiva imperialista sobre o continente parece durar até meados do século XX. Em um contexto de pós-guerra e a emergência dos movimentos sociais, o pensamento ocidental parece sair do eixo tradicional e se interessar por outros campos. As ciências humanas, em especial a História, experimentaram uma grande mudança até então. O

¹⁰ Sobre esse tema a respeito do ensino de história ver: OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino de História da África e do mundo Atlântico (1990-2005)*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/1132/1/Tese_2007_%20AndersonRibeiroOliva.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021. Sugiro também o texto: FORD, Gustavo Henrique de Araújo. *Vozes negras na história da educação: racismo, educação e movimento negro no espírito santo (1978-2002)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9775_TEXTO_TESE_GUSTAVO_HENRIQUE_ARAUJO_FORDE_versao_final.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

fenômeno dos *Annales*¹¹ fora um dos maiores representantes dessas transformações – se não o maior, certamente o mais sublinhado como tal.

A produção da historiografia africana acerca dessas transformações experimentou uma profunda transformação no que refere às possibilidades. Com a chave da multidisciplinaridade, ou seja, a aproximação entre a história, psicologia, linguística e arqueologia, propôs aos historiadores um alargamento do que era visto como fonte. África, que até então “não tinha” uma história pela carência de documentações escritas, passa a ser um campo fértil para as novas visões da história.

Como nos diz Henk Wesselin:

O desenvolvimento da história africana tem sido espetacular. [...] Os historiadores sociais, como aqueles dos *Annales* e outros, começaram a se fazer perguntas que jamais haviam feito antes e que não haviam sido mencionadas nas fontes tradicionais. Novas fontes tiveram de ser descobertas e novas técnicas desenvolvidas para reexaminar as velhas fontes sob uma nova luz.¹²

Com esse novo olhar sobre a história da África, começam a surgir nos centros de pesquisas,¹³ historiadores empenhados em produzir uma história sob um olhar de valorização das organizações sociais plurais no continente. Uma das grandes figuras dessa geração de historiadores é o senegalês Cheikh Anta Diop, com seus textos *Nações negras e cultura* (1955) e *Anterioridade das civilizações africanas* (1967), Diop repensa uma tese do século XIX sobre a origem da civilização egípcia que até então era vista como parte da antiguidade

11 Para uma leitura mais ampla: BLOCH, Marc, *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

12 WESSELING, Hank. História de Além mar. In: BURKER, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. III.

13 “Em 1948 a Grã-Bretanha empreendeu um programa de criação de centros Universitários no Sudão, Uganda, Costa do Ouro, Nigéria e, ao mesmo tempo, instaurava a categoria de leitor de História de África na Universidade de Londres, confiada ao Dr. Roland Oliver. (...) Nas colônias francesas e belgas, desenvolveu-se um processo idêntico, que culminou com a criação, em 1950, da Escola Superior de Letras de Dakar, que sete anos depois adquire o estatuto de Universidade francesa, e Louvanium, primeira Universidade do Congo-Belga, em 1954”. DIFUILA *apud* SILVA, Thiago Sterling Moreira da. *Caminhos e descaminhos da historiografia da História da África (1840-1990)*. Monografia (Graduação em História). Curso de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

helenística. Ele afirma de forma pioneira que o Egito possuía origem negra. Com isso, Diop tinha como objetivo defender a africanidade do Egito e, desse modo, da influência negra na antiguidade e em especial no mediterrâneo antigo, onde teria surgido a maior parte das civilizações europeias. Cheikh Anta Diop também usava seus textos como forma de defender e apoiar o princípio da unidade cultural africana, pois para ele os povos do continente teriam, em última instância, a mesma origem egípcia.

Diop não foi o único, mas marcou o início de um movimento que viu na transformação das ciências humanas, em especial na história, a oportunidade e a urgente necessidade de produzir narrativas acerca da história e identidade africana.¹⁴ Nesse movimento nota-se, como nos diz Anderson Oliva, uma necessidade de “[...] retornar ao passado em busca de elementos legitimadores da nova realidade e encontrar heróis fundadores e feitos maravilhosos dos novos países africanos e da própria África”.¹⁵ Nessa emergência em produzir uma identidade africana positiva que compreendesse as qualidades e a majestosa história africana, alguns conceitos importantes surgiram. O pan-africanismo e a negritude, por exemplo, são ideias que marcam vertentes importantes nas produções intelectuais e nos movimentos sociais.¹⁶ Embora importante para a positivação e pluralização dos estudos sobre a História da África, com o tempo essa geração passou a receber muitas críticas, isso porque apesar dos esforços, ela acabou por repetir os mesmos erros cometidos por abordagens anteriores. O mais notável é a desproporcionalidade das características histórico-culturais, que acabou por reproduzir o mesmo desacerto anteriormente cometido pelos europeus, ou seja, o eurocentrismo deu lugar ao afrocentrismo. O ponto central da crítica é que africanos passam a ser percebidos como vítimas dos

14 A respeito deste item ver: BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: o desafio da história regional*. Amsterdam/Brasil: SEPHIS, 2000. Em especial os capítulos 2 e 3.

15 OLIVA, Anderson Ribeiro. A historiografia da África em perspectiva. *Revista Múltipla*, Brasília, v. 10, n. 16, p. 23, jun. 2004.

16 Cf. MURYATAN, Santana Barbosa. O debate pan-africanista na revista *Présence Africaine* (1956 -1963). *História (São Paulo)*, São Bernardo do Campo, v. 38, p. 1-21, 2019; MUNANGA, Kabengele. Pan-africanismo, negritude e Teatro Experimental do Negro. *Ilha - Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 109-122, maio. 2016.

invasores, perdendo, desse modo, características fundamentais para compreender a pluralidades de histórias no continente. Ao perder o papel de agente histórico,¹⁷ os movimentos e mecanismos de resistência tão caros à conservação da memória africana, são deixados de lado e se tornam apagados, inviáveis.

Na década de 1980, uma nova seara de estudos é desenvolvida. Com o campo consolidado, mesmo sob críticas, o desafio naquele momento foi desviesar os estudos africanos e repensar os pontos caros à crítica. Exemplos importantes dessa geração atual são os historiadores John Thornton, Paul Lovejoy e Jan Vansina que caminham no sentido de questionar as máximas da primeira geração a fim de entender e produzir textos mais críticos.

Ponto relevante dos estudos africanos que passam a crescer desde a segunda metade do século XX é a valorização das fontes, Wesseling nos diz que:

A absoluta escassez de fontes proporcionou um enorme estímulo ao desenvolvimento de novas técnicas e métodos. O passado tinha de ser interrogado por outros meios. Mais uma vez, é relevante a comparação com os *Annales* e sua *nouvelle histoire*. Em ambos os casos têm sido aplicadas a arqueologia, a cartografia, a linguística e a onomástica. A antropologia também desempenhou um papel importante na história africana.¹⁸

Em especial a oralidade, tão cara aos povos Africanos, ganhou atenção especial nas discussões do campo da História. Hampaté evidencia algumas críticas ao uso da oralidade como fonte da história, ele diz que estudiosos afirmam não ser possível conferir credibilidade aos testemunhos orais, da mesma forma como são creditados os registros escritos.¹⁹ No entanto, a discussão que se trava em resposta a essa hesitação é muito semelhante ao que ocorre com o uso da História Oral, ou como o campo da História vem demonstrando para fontes escritas, a palavra seja escrita ou dita deve ser questionada enquanto fonte, ou seja, todas as fontes

¹⁷ OLIVA, Anderson Ribeiro. *A historiografia da África em perspectiva...* *Op. cit.*, p. 24.

¹⁸ WESSELING, Hank. *História de Além mar...* *Op. cit.*, p. III.

¹⁹ HAMPATÉ BÂ, Amadou. *Amkoullel, o menino fula*. 2. ed. São Paulo: Palas Athenas, 2003, p 182.

sejam orais, documentais, bibliográficas ou monumentais, devem ser questionadas, revistas e tratadas, pois, apesar das diferenças, os testemunhos escritos, orais e arquitetônicos têm origem na mesma fonte: o homem.²⁰

Parte dos esforços na produção da oficina foi demonstrar que a oralidade presente nas sociedades africanas configura verdadeiros patrimônios e sua importância não pode ser ignorada.

Oralidade e História Africana

O menino se aproximou, curioso, do ancião. Tinham dito ao garoto que era o velho mais sábio do continente africano. Passava dias sentado embaixo do grande baobá que dava sombra à savana. A árvore era seu trono e ele, o rei das terras quentes e secas.²¹

É assim, de forma poética, que a figura do *griot* pode ser descrita. Um ancião, tal como a árvore que lhe fornece sombra, é símbolo de história, de tempo e de aprendizagem. Os contadores de histórias em boa parte do continente africano têm desempenhado papel importante no que se refere à conservação da memória²². Para sujeitos nascidos no mundo da escrita e tencionados a ela desde o ensino primário, pode ser difícil compreender o valor da tradição oral. Nesse sentido, Hampaté Bâ explica em seu texto *A tradição viva*,²³ que o ato de adquirir informações através da oralidade não é tão simples quanto parece, e que envolve um árduo processo de capacitação por parte dos indivíduos que transmitem essa história e qualificam-se para serem escutados pelos seus pares.²⁴ Os responsáveis por fazer esta

20 Sobre esse tema ver: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

21 ABAD, Ernesto Rodrigues. O velho que assustava o medo. In: ABAD, Ernesto Rodrigues. *Contos Africanos*. São Paulo: Instituto Callis, 2013, p. 5.

22 BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: o desafio da história regional*. Amsterdam/Brasil: SEPHIS, 2000, p. 5-13.

23 HAMPATÉ BÂ, Amadou. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212 [Coleção História geral da África, vol. 1]. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixar/historia-da-africa-volume-um.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

24 “Segundo Mamadu Talibe Sisoxo, nosso mestre nos faz sentar em torno dele. Manda que levantemos. Quando estamos todos de pé, nos dá uma haste de milho. Então começa a falar. Recita-nos três falas (passagens). Diz-nos: esta noite, aprendam-nas. Recitem-nas

transmissão oral da história não formam uma classe homogênea e é possível discernir categorias entre os dois principais portadores da palavra: os tradicionalistas e os *griots*.

Os *griots* são os *contadores* da história, verdadeiros cronistas sociais.²⁵ A eles é concedido o “embelezamento da verdade” e eles dividem-se, segundo Hampâté, em três categorias principais: i) os músicos, que são em sua maioria compositores e cantores de músicas antigas; ii) os “embaixadores”, ligados a sujeitos e famílias nobres (neste caso eles podem inserir pontos de desavenças familiares e transmitem informações a nível mais pessoal); iii) e, finalmente, os *griots* genealogistas, historiadores ou poetas, que são mais independentes, viajantes e contam histórias de diferentes ramos. Essas categorias são diversas e diferem-se nas regiões, entretanto, é importante notar que existem diferenças nas atividades desenvolvidas por cada perfil e são essas diferenças que configuram uma pluralidade de possibilidades no que se refere ao desenho social e ao entendimento da memória africana.

Enquanto era permitido aos *griots* a poética da história contada em seus diversos modos, para os tradicionalistas (transmissores da tradição oral), faltar com a verdade não é uma opção e esta falha poderia comprometer toda sua carreira e credibilidade. Hampâté Bâ nos diz que “Na África tradicional, aquele que falta à palavra mata sua pessoa civil, religiosa e oculta. Ele se separa de si mesmo e da sociedade. Seria preferível que morresse, tanto para si próprio como para os seus”.²⁶ Os tradicionalistas podem

para si mesmos no decorrer da noite. No dia seguinte, ao levantar, os reúne e interroga sobre o que aprenderam na véspera. Vocês o recitam para ele. Depois de terminado, ele lhes dá ainda outras falas (passagens). Todo dia começamos a récita desde o início até o ponto em que paramos na véspera, e isso durante sete anos. Uma mesma fala que vocês aprendam durante sete anos não pode escapar de vocês. Nós tivemos sucessivamente durante os sete anos três mestres, mas cada um deles nos fez reaprender do começo até o fim. Esses mestres foram Tamba Waranka durante três anos, Dawda durante dois anos. Todos dois são Sissoxo. Meu pai Talibi durante dois anos. No todo, dá sete anos”. BATHILY *apud* BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: o desafio da história regional*. Amsterdam/Brasil: SEPHIS, 2000, p. 6.

25 ALMEIDA, Angélica Ferrarez de. Revista *Transversos*. “Dossiê: Áfricas: História, Literatura e Pensamento Social”. *Griôs do Senegal: memória, linguagem e poder no ofício dos mestres da palavra (1960-1980)*, v. 6, n. 6, p. 186, 2006.

26 HAMPATÉ BÂ, Amadou. *Amkoullel... Op. cit.*, p 187.

ser mestres iniciadores (que inicia seus aprendizes), pode ter uma função específica na sociedade (tecelão, artesão, ferreiro, caçador, etc) e repassar seus ensinamentos aos demais, ou pode ainda ser depositário geral da tradição oral. O status²⁷ de um *griot* é definido de muitos modos: a que família ou casta pertencem, a oratória, as articulações que são feitas entres as histórias contadas. Percebe-se, nesse sentido, que essa figura tem função pedagógica, seja de ofício ou de difusão da história da África.²⁸

Assim como os sujeitos fortemente formados e orientados na sociedade da escrita estão suscetíveis a perder seus documentos, registros e todo o seu conhecimento armazenado em seus textos, a tradição oral também está à mercê do extravio. Se por um lado o continente africano se desenvolveu socialmente de forma tão distinta do modelo europeu em relação à preservação da memória, por outro, a invasão do continente africano, com intensificação das grandes navegações, representou mudanças sérias e evidentes nas organizações sociais africanas, sobretudo na costa litorânea ocidental.

Nesse sentido, no que diz respeito à oralidade, a interferência estrangeira na tradição africana fez com que a renovação das gerações de *griots* fosse fortemente prejudicada, por um lado, em decorrência do fortalecimento da escrita como mecanismo de registro, e por outro com a escravização dos povos africanos e as estratégias de dominação e subjugação: separação dos agrupamentos

27 “Cissé diz de Wa Kamissoko que a palavra Djali, griô, constituía, em sua opinião, o mais belo título que o Manden deu a um grupo sócio-profissional, pois significava “saber discernir a verdade e saber aceitá-la custe o que custar; saber dizer a verdade em todo lugar e a todos; levar os homens a trabalhar na honra e na dignidade; contar as coisas antigas, ou seja, a história; cantar os grandes feitos dos bravos e dos justos; denunciar os vícios dos ladrões e dos tratantes; divertir o público fazendo música, cantando e dançando; celebrar as festas e as cerimônias”. BARRY, Boubacar. *Senegâmbia... Op. cit.*, p. 8.

28 Niane Djibril, na Epopéia Mandinga de Sundjata confirma esse importante papel do griô na conservação e transmissão das tradições orais. “Eu sou griô. Sou Djeli Mamadu Kuyaté, filho de Binton Kuyaté e de Djeli Kedian Kuyaté mestre na arte de falar. Há tempos imemorais os Kuyaté estão a serviço dos príncipes Keita de Mandinga. Nós somos os sacos de palavras, somos sacos que encerram os segredos muitas vezes seculares, somos a memória dos povos, pela palavra damos vida aos feitos e gestos dos reis diante das jovens gerações. Minha palavra é pura e destituída de toda mentira, é a palavra do meu pai: é a palavra do pai do meu pai”. NIANE *apud Ibidem*, p. 7.

de mesmo tronco cultural, descaracterização das práticas de preservação da memória, da religiosidade, recrutamento de jovens para servir em guerras nas colônias, práticas genocidas. Enquanto os jovens deveriam se capacitar para formar *griots*, tradicionalistas, artesãos, ferreiros e outros diversos ofícios, com o sequestro muito se perdeu.

A oralidade nas relações sociais e culturais africanas, tem como núcleo o valor da palavra, desde o mito de criação do homem e do universo. Na região do Mali, por exemplo, entre a tradição bambara, ensina-se que a Palavra (*Kuma*) é “uma força fundamental que emana do próprio Ser Supremo, *Maa Ngala*, criador de todas as coisas”.²⁹ Nessa tradição, o mestre iniciador (que ensina aos jovens seus valores e sua história) conta que o Homem (*Maa*) só surgiu na terra quando o Criador (*Maa Ngala*) sentiu falta de um interlocutor, dando à essa criação o dom da mente e da palavra e ensinando-lhe as leis que regem o universo. Essa é uma das narrativas que explica como surgiu a tradição oral, pois *Maa* ficou incumbido de passar a palavra e os ensinamentos de *Maa Ngala* aos seus descendentes e ensiná-los.

Essas narrativas, forjadas em meio ao aprendizado da tradição oral e por meio dela difundida foi, como se viu, nos últimos anos aprofundadas pelos historiadores. Estes que, embora empenhados em produzir reflexões e construções históricas com base na oralidade africana, ainda conservam certa prática em confrontar os textos escritos e os orais e, por vezes, fazem das fontes orais, apenas material de confirmação das fontes escritas. Com efeito, nós historiadores por vezes não analisamos “[...] suficientemente a lógica interna dessas fontes orais elas próprias como um outro discurso histórico que teria sido transmitido com o objetivo bastante preciso de contar a História”.³⁰

A oralidade, assim como a História Oral se aproxima do presente, depende da memória “viva” e da conexão dos vivos com o

29 HAMPATÉ BÂ, Amadou. *Amkoullel...* Op. cit., p. 183.

30 BARRY, Boubacar. *Senegâmbia...* Op. cit., p. 5.

passado.³¹ Embora muito parecidas, têm formas de funcionamento diferentes, pois a oralidade articula e sustenta uma lógica social que é da ordem da mediação entre saberes, histórias, ensinamentos e práticas.

Assim, o romancista Cheikh Hamidou Kane, escreve o *griot*:

o silêncio é sua prova. Para exprimir a raça sem escrita, eles cavaram, e até pilaram o silêncio, que permaneceu intacto, prendendo-os nas muralhas de sua massa obscura. No silêncio cavaram grutas de ritmos, relâmpagos luminosos de guitarra, profundos vales de lendas. Durante milênios, antes que o fio da escrita internamente e por todos os lados costurasse o mundo negro a si mesmo, os griôs, por meio da voz e dos instrumentos que imaginaram, foram os demiurgos que construíram esse mundo, e suas únicas testemunhas. Eles o exaltaram, encheram de dignidade, de peso, dizem, o elevaram acima de si, suspenso nos campos de batalha, preservado na glória e na tradição. Essa obra, a concluíram contra o silêncio e o esquecimento, contra o tempo destruidor. Também Farba Mási Seck, griô dos Diollobe do Fuuta Toro conhecia a força do silêncio.³²

Embora romântica, uma definição similar nos encantou ao pensar a oficina *Memórias de Baobá* para ensinar história da África. Tomando como uma das figuras que articula os saberes, o *griot*, foi um ponto de partida. Essa figura tão cara à conservação da memória africana, foi para nós muito importante ao conversar com os alunos.

Considerações Finais

Neste capítulo, busquei produzir notas acerca do caminho traçado durante a organização da oficina. Um ponto de centralidade ao projetar as atividades, se deu a partir da tentativa de aproximar e familiarizar algumas estruturas organizacionais, presentes no cotidiano brasileiro e que estão, por vezes, carentes de referências históricas. Assim, ao discutir a oralidade na História Africana percebemos conjuntamente com os alunos que ela desempenha não só um papel organizador, mas também vital para a preservação da memória e das histórias por meio dos contadores de histórias. Os *griots*

³¹ MATOS; SENNA, Júlia Silveira; Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos, *Historia*. v. 2, n. 1, p. 100, 2011.

³² BARRY, Boubacar. *Senegâmbia... Op. cit.*, p. 5.

desempenham nesse sentido a função de verdadeiros monumentos para suas comunidades e são reverenciados como figuras de referências para os grupos que fazem parte. Tendo isso em vista, o que tentamos foi articular a história falada ao cotidiano dos alunos e de suas referências mais próximas, seus familiares mais velhos, suas referências musicais e culturais. Entendo que a história da África não está desconexa com a História do Brasil, não está desconexa da nossa história.

Referências:

ABAD, Ernesto Rodrigues. O velho que assustava o medo. In: ABAD, Ernesto Rodrigues. *Contos Africanos*. São Paulo: Instituto Callis, 2013.

ALMEIDA, Angélica Ferrarez de. Revista Transversos. “Dossiê: Áfricas: História, Literatura e Pensamento Social”. *Griôs do Senegal: memória, linguagem e poder no ofício dos mestres da palavra (1960-1980)*, v. 6, n. 6, p. 185-195, 2006.

BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: o desafio da história regional*. Amsterdam/Brasil: SEPHIS, 2000.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*, 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

COVALSKI, Ailyn Amanda Rojas. *Os Griots na África Ocidental: memória de imigrantes africanos na cidade de Chapecó-SC*. Monografia (Graduação em História) - Curso de História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2017. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1474/1/COVALSKI.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

DIALLO; DE LIMA, Cintia Santos; Claudia Araújo, Revisitando a historiografia africana: subsídios para a disciplina História da África nas licenciaturas. *Debates em Educação*, Maceió, v. 12, n. 28, p. 265-288, 2020.

FORD, Gustavo Henrique de Araújo. *Vozes negras na história da educação: racismo, educação e movimento negro no espírito santo (1978-2002)*. 2007. 415 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9775_TEXTO_TESE_GUSTAVO_HENRIQUE_ARAUJO_FORDE_versao_final.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

FERNANDES Thais Mechler; REIS, João Carlos et al. Educação para as relações étnico-raciais, destinado a implementação das leis 10.639 e 11.645 no currículo escolar. In: I Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão, 1., 2018, Foz do Iguaçu. *Anais...* Foz do Iguaçu: UNILA, 2018. v. 1. p. 102-106.

Como a árvore que lhe fornece sombra

FONSECA, José Dagoberto. As relações Brasil - África subsaariana: oralidade, escrita e analfabetismo. In: CHAVES, Rita et al. *Brasil/África: como se o mar fosse mentira*. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2006. v. 1.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. Coleção História geral da África, vol. 1. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212. Disponível em: <<http://www.ammapsique.org.br/baixa/historia-da-africa-volume-um.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. *Amkoullel, o menino fula*. 2. ed. São Paulo: Palas Athenas, 2003.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1994.

MATOS; SENNA, Júlia Silveira; Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos, *Historia*, Rio Grande, v. 2, n. 1, p. 95-108, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Pan-africanismo, negritude e Teatro Experimental do Negro. *Ilha - Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 109-122, maio. 2016.

MURYATAN, Santana Barbosa. O debate pan-africanista na revista *Présence Africaine* (1956 -1963), *História (São Paulo)*, São Bernardo do Campo, v. 38, p.1-21, 2019.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nos cursos de formação de professores: panorama, perspectivas e experiências, *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 28, n. 1-3, p. 187-219, jan./dez. 2006.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. *Estudos afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 421-461, 2003.

OLIVA, Anderson Ribeiro. Lições sobre a África: abordagens da história africana nos livros didáticos brasileiros. *Revista de história*, São Paulo, v. 1, n. 161, p. 213-244, 2009.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino de História da África e do mundo Atlântico (1990-2005)*. 2007. 415 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/1132/1/Tese_2007_%20AndersonRibeiroOliva.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2021.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A historiografia da África em perspectiva. *Revista Múltipla*, Brasília, v. 10, n. 16, p. 9-40, jun. 2004.

ROCHA, Aristeu Castilhos da. Introdução das leis nº10.693/2003 e nº 11.645/08 e suas implicações para o ensino de história e para a educação. In: XIV Seminário

Internacional de Educação no Mercosul, 1., 2012, Cruz Alta. *Anais...* Cruz Alta: Unicruz, 2012. v. 1, p. 1–10.

SILVA, Thiago Stering Moreira da. *Caminhos e descaminhos da historiografia da História da África (1840- 1990)*, 2010. 49 f. Monografia (Graduação em História) - Curso de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/historia/files/2013/11/2010-Caminhos-e-descaminhos-da-historiografia-da-Hist%c3%b3ria-da-%c3%81frica-1840-.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

SILVA; SILVA. Kalina Vanerlei; Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos Históricos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009

SILVA, Marcos Antonio Batista da; RIBEIRO, Maria Sílvia. Diversidade cultural nas políticas públicas: uma análise das Leis 10.639/03 e 11.645/08. *Revista Exitus*, Santarém, v. 9, n. 5, p. 77–109, dez. 2019.

WESSELING, Hank. História de Além mar. In: BURKER, Peter. *A escrita da História: Novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 97-132.

CAPÍTULO 5

*“Onde um DJ comanda e manda, sabe o que faz /MCs
são griots, o mic é pros capaz”*

Emicida. *Ubuntu Fristaili*, 2013.

Da África ao Brasil:

Griots contemporâneos em diáspora pelo tempo

Thiago Santana N. Alberto

Talvez o verso “Onde um DJ comanda e manda, sabe o que faz / MCs são griots, o mic¹ é pros capaz”,² cantado por Emicida em *Ubuntu Fristaili* cause estranheza à primeira impressão – e falo “talvez” evitando a generalização, pois foi o efeito causado em mim – pela sua afirmação de que MCs são *griots* e mesmo que não cause de imediato, uma simples busca por imagens de um *griot* na internet já provocaria o questionamento visual pelas fotos ou animações mostrarem geralmente homens, idosos, negros, de túnica, rodeados por demais pessoas em um estilo aldeão e nunca com um microfone fazendo freestyle, ou seja, qual a semelhança para tal afirmação?

Antes de enveredar na discussão da figura do *griot* no tempo presente, é importante tecer considerações nesta etapa inicial do capítulo, acerca de um dos elementos centrais que embasará as discussões propostas neste capítulo: a oralidade. É possível encontrarmos a escrita presente em momentos entendidos como eminentes, assim que descortinamos a história ensinada enquanto fato/tempo, sendo o dealbar do mundo antigo, entendido a partir

¹ Aqui “mic” se refere a microfone.

² EMICIDA. *Ubuntu Fristaili*. Intérprete: EMICIDA. In: EMICIDA. *O Glorioso Retorno de Quem Nunca Esteve Aqui*. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2013. 1 CD, faixa 14. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pHNaBmlBQFo>. Acesso em: 11 ago. 2021.

do surgimento da grafia suméria por volta de 4000 a.E.C. e até mesmo a transição do medievo para o mundo moderno relacionado ao surgimento da imprensa e ao aumento da produção literária, mas ainda assim, não é possível dizer que ela possui magnitude em detrimento dos demais recursos de comunicação. Ouso assim dizer que a escrita é também uma voz, porém expressa em palavras, ou seja, antes de ser reportada, ela é um saber.

Este caráter meritório da grafia em relação às demais formas de análise se mantém em voga até a segunda metade do século XX, sendo perceptível desde então, reformulações no campo do saber histórico produzido:

a partir da década de 1980, registraram-se transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica. Revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares e, paralelamente, a história cultural ganhou novo impulso, ocorreu um renascimento do interesse pelo político e foram incorporados à história o estudo do contemporâneo e os debates em torno da memória.³

Essas considerações são relevantes para que consigamos entender a deslegitimação da tradição e da história das sociedades africanas, construídas sobre o pilar da oralidade na difusão de saberes. Longe de ser fortuito, esse demérito, até o século passado acerca do uso da oralidade como fonte, ocorre por conta de uma perspectiva etnocêntrica do Ocidente, ao julgar as sociedades ágrafas da parte oriental do globo terrestre como inferiores e no campo historiográfico, o embargo ocorre pela descrença na oralidade como um relato fidedigno e não equiparável à escrita.

Com relação a esse pensamento, Amadou Hampâté Bâ nos alerta que independente da forma escrita ou oral do testemunho, no fim ele é humano. Além disso, refuta essa sobreposição da escrita feita pelos estudiosos ao afirmar que as crônicas de eventos descritos, não

³ FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 174.

estão alheias de manipulação, muitas vezes eivadas por falsificações e alterações, portanto, o intuito dos testemunhos está na atribuição de valor aos indivíduos que o exprimem.⁴

Rap, samba e musicalidade *griot*

Em linhas gerais, a figura do *griot* na sociedade africana, na condição de contador de histórias, possui imensurável valor, uma vez que a ele é conferido a tarefa de reconstruir eventos e compartilhá-los, atuando como mantenedor da cultura do espaço em que está inserido, perpassando o sentido de divisão de memória e vivências, com o objetivo de preservar uma história.

São também artistas, porque apresentam singularidades próprias e são reconhecidos por tais características. Não bastando, demonstram vastas habilidades, a partir de performances, através do canto, da poesia, no teatro, na dança, entre outros, que vão contribuir para a propagação da coisa narrada.⁵ É exatamente essa característica do *griot* antigo que permite que tracemos uma relação entre ele e o *griot* contemporâneo, uma vez que a preservação de uma memória e/ ou saber através da narrativa, do canto e da escrita são artifícios utilizados por estes expoentes também nas terras brasileiras.

Nesse íterim passado e presente, podemos retomar o questionamento inicial acerca da afirmação do Emicida no tocante aos MCs serem *griots*. É possível ressignificar esse ator no tempo vigente, interconectando-o a produções artísticas, seja na música, na dança e na produção literária. Ao dissertar sobre a postura “griótica” assumida por Emicida na atualidade e considerando o rap nacional como uma manifestação artística calcada na negritude e reacionária frente aos problemas sociais da sociedade brasileira, Rafael Almeida

⁴ HAMPATÉ BÂ, Amadou. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. Coleção História geral da África, v. 1. Brasília: UNESCO, 2010, p. 168. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixar/historia-da-africa-volume-um.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

⁵ RANGEL, Patrícia Luisa Nogueira; FELIX, Idemburgo Pereira Frazão. Martinho da Vila: um *griot* na pós-modernidade. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, 19., 2015, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF...* Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2015, p. 334. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/01/027.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.

Cruz afirma que:

O griot, portanto, em uma visão mais contemporânea, pode ser interpretado como um representante social, cultural e político de identidades africanas. Através de manifestações artísticas, marcadamente a música, esses personagens resgatam uma africanidade, mas que se enquadra em questões e problemáticas atuais, já que nenhum ser humano pode fugir de seu tempo. Assim como a atuação dos griots mudou com o passar da história, as referências e os assuntos abordados também sofreram alterações, já que o contexto enfrentado pela população negra, de ascendência africana, como os afro-brasileiros, também é outro.⁶

São justamente os elementos da negritude e a narrativa de momentos ou memórias de personagens que corroboram para esse entender. Frases ao decorrer de *Ubuntu Fristaili*, como “Faz de conta que os racistas não perdem a linha” ou, “Hoje eu ligo mais quebradas do que o Google Maps, então respeite meus cabelos crespos, ok? Ok? Pronto, falei” assumem esse posto do *griot* contemporâneo, cunhando não somente uma estética própria, mas sendo também um movimento político, fazendo frente ao racismo como problema social enfrentado no Brasil atual e para além de um tom mordaz com relação à crítica social, possibilitando ao ouvinte identificar-se com o narrador, convocando-o à produção de autoestima quando exige respeito aos cabelos crespos, ou seja, há certa valorização da herança africana quando alia tempo presente e legado ancestral.

Os rappers afirmaram desde o início a condição de ‘anti-sistema’. Promoveram sobretudo a crítica à ordem social, ao racismo, à história oficial e a alienação produzida pela mídia. Construíram mecanismos culturais de intervenção por meio de práticas discursivas, musicais e estéticas que valorizaram o ‘autoconhecimento’. Organizaram não apenas ações concretas nas ruas, mas também interagiram nas escolas oficiais por intermédio de projetos específicos. Na ação concreta dos grupos, percebe-se que a educação formal não respondia a muitos dos interesses dos jovens que, somente por iniciativa própria, poderia reelaborar a ‘autoconsciência’ do processo social. Creio que a ruptura proposta pelos rappers pode ser bem compreendida se confrontada à condição juvenil na sociedade contemporânea e à construção do

6 CRUZ, Rafael Almeida. DA PELE AO DIGITAL, DO GRIOT AO MC: Emicida, um griot da contemporaneidade. *Revista do Núcleo Sankofa*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 6, set./out. 2019. Disponível em: <https://app.periodikos.com.br/article/5df13dbfoe882552ab5f734/pdf/sankofa-01-03-1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

espaço escolar como instância fundamental de socialização da juventude.⁷

Ainda no campo da música como elemento da performance *griot* na contemporaneidade e, para além do rap, podemos encontrar no samba brasileiro figuras como Nelson Sargento. Nascido Nelson Mattos em 25 de julho de 1924, utilizava o “Sargento” após o nome, dada a sua passagem pelo exército. Foi compositor, cantor, artista plástico, escritor e ator. Conheceu o samba aos dez anos no morro do Salgueiro, desfilando e tocando tamborim, sendo nessa época que a liderança do famoso Calça Larga, José Casemiro, uniu as escolas do morro, nascendo assim o Acadêmicos do Salgueiro.

Aos 12 anos, junto com sua mãe, mudou-se para o morro da Mangueira, à convite de Alfredo Português, que era um excelente letrista, um português que compunha sambas e que descobriu o talento de Nelson Sargento. Da dupla, surgiu a primeira composição de Nelson, em 1955, o samba enredo “Primavera”, também conhecido como “As Quatro Estações do Ano”, considerado um dos mais belos de todos os tempos. Ele integrou o conjunto A Voz do Morro, ao lado de Paulinho da Viola, Zé Kéti, Elton Medeiros, Jair do Cavaquinho, José da Cruz e Anescarzinho. Entre seus parceiros de composição musical, estão Cartola, Carlos Cachça, Darcy da Mangueira, João de Aquino, Pedro Amorim, Daniel Gonzaga e Rô Fonseca. Nelson Sargento compôs mais de 400 músicas em toda sua trajetória artística e lamentavelmente veio a falecer aos 96 anos de idade em 27 de maio de 2021, vítima da pandemia de Covid-19.⁸

A escolha de Sargento como uma voz *griot* contemporânea no Brasil não foi simplesmente por conta da sua idade avançada, semelhante aos *griots* tradicionais que estamos habituados a ver em imagens, mas pela força de sua voz no século passado ante ao racismo latente para com a população negra no Rio de Janeiro. Ele constrói

7 DA SILVA, José Carlos Gomes. Arte e educação: A experiência do movimento hip-hop paulistano. In: DE ANDRADE, Elaine Nunes (org.). *Rap e educação. Rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999, p. 24.

8 CONHEÇA mais sobre a vida e obra de Nelson Sargento. *Rádios EBC*, 27 maio. 2021. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/especiais/2020/07/conheca-mais-sobre-vida-e-obra-de-nelson-sargento>. Acesso em: 11 ago. 2021.

sua carreira musical entre dois momentos distintos para o samba no Brasil, em sua fase inicial, na condição de arte suburbana, forjado nos morros e malquisto pelas elites locais consumidoras de arte erudita e, em um segundo momento, abraçado por esta mesma elite, retirado dos morros e “customizado”. É exatamente esse problema que se forma com o decorrer do século XX que podemos encontrar a crítica de Nelson Sargento no samba “Agoniza, mas não morre” ao dizer que:

Samba, Inocente, pé-no-chão, A fidalguia do salão, Te abraçou,
te envolveu, Mudaram toda a sua estrutura, Te impuseram outra
cultura, E você nem percebeu, Mudaram toda a sua estrutura, Te
impuseram outra cultura, E você nem percebeu.⁹

Quando me deparo com essa parte da composição, de imediato, me recordo de outro compositor, Carlos Lyra, que em sua música *Influência do Jazz* pede para que o samba retorne ao morro de onde nasceu para pedir socorro e não sofrer mais mudanças, ou seja, de maneira análoga, Nelson Sargento se refere na estrofe a esta nova estética que o samba assume a partir do momento em que deixa de ser uma manifestação estritamente negra e subalterna para ser consumida pelos setores hegemônicos. Esta postura de enfrentamento é uma peculiaridade não somente do rap, como também do samba que desde sua origem traz em seus enredos críticas aos problemas dos sistemas vigentes até os dias de hoje, haja vista os sambas enredos das escolas dos últimos anos, não somente as campeãs com alegorias, paródias, teatralizações e melodias contendo denúncias de corrupção política.

Retomando as elucidações feitas a princípio sobre o rap e o samba como mecanismos utilizados pelos novos *griots* brasileiros, de Nelson Sargento a Emicida, que nessa condição, utilizam da fala externada em melodias a partir de uma consciência política e de agruras sociais para denunciar, recordar, enaltecer, preservar memórias e tradições, além de promover a reflexão daqueles que os

9 SARGENTO, Nelson. Agoniza mas não morre. Intérprete: Sargento, Nelson. In: SARGENTO, Nelson. *Sonho de um sambista*. São Paulo: Eldorado, 1979. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 3. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TZP_XwXOwfs. Acesso em: 11 ago. 2021.

ouvem, tal como o *griot* na África rodeados de ouvintes, os atuais possuem ao seu favor as plataformas digitais de *streaming* e os programas de televisão, tornando-se um *griot* digital que potencializa sua voz para além de sua presença no ambiente.

A poesia popular de Solano Trindade

Feitas essas elucidacões acerca da performance do *griot* no espectro musical, na contemporaneidade, podemos vê-los em trãnsito no aspecto literário também. Importante frisar que o objetivo da escrita deste capítulo não intui em reduzir o papel do *griot* africano a uma figura qualquer, mas intercambiá-la e percebê-lo mesmo que, a partir de nuances no Brasil. Como pontua Amadou Hampâté Bâ o *griot*, pode ser dividido em três segmentos: *i)* músicos e compositores, *ii)* embaixadores e cortesãos responsáveis pela mediação entre famílias em caso de desavenças e *iii)* *griots* genealogistas, historiadores ou poetas e até mesmo os três simultaneamente.¹⁰

Elencando atores que adentram essa lógica do *griot* entre passado e presente, podemos resumi-los em figuras que constroem a partir de poesias, crônicas e romances, obras vivas, mesmo que estejam em situação póstuma, suas obras ultrapassam décadas e continuam vívidas a partir dos leitores e estudiosos que as consomem, pois a escrita *griot*, bem como sua narrativa, é construída a partir da memória. Um expoente *griot* em terras brasis, mesmo que não tão reconhecido como um Jorge Amado ou Ariano Suassuna, mas que sua produção e engajamento ante aos problemas relativos à negritude no último século falam por si só é Solano Trindade (1908 – 1974).

Nascido em Recife, estudou até o segundo grau e participou, por um ano, do Curso de Desenho do Liceu de Artes e Ofícios. Quando ainda era bastante jovem, nasceu o amor de Solano pela poesia, que o fez compor seus primeiros poemas em meados de 1920.

¹⁰ HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. Coleção História geral da África, vol. 1. Brasília: UNESCO, 2010, p. 193. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixehistoria-da-africa-volume-um.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

No início da década seguinte, o poeta foi um dos organizadores e idealizadores do I Congresso Afro-Brasileiro, realizado em 1934 na cidade de Recife e liderado por Gilberto Freyre. Solano também participou em 1937 do segundo congresso Afro-Brasileiro, realizado em Salvador. O poeta passou pelo encarceramento por volta de 1940, após a publicação de um dos poemas de seu livro *Tem Gente com Fome*, momento em que foram apreendidos seus exemplares, apesar da crítica feita ser de fato uma realidade no Brasil Vargasista. Além de poeta, Trindade se envolveu nas artes cênicas juntamente com sua esposa, no decorrer da década de 1950, também como artista plástico. Faleceu aos 65 anos, no bojo da ditadura militar brasileira vítima de pneumonia e arteriosclerose.¹¹ Sobre seu legado e alcunha de “poeta do povo”, Suely Maria Bispo afirma que:

De fato, ele foi uma espécie de porta-voz do povo em geral e do negro em particular, permanecendo seu discurso sempre ao lado desses segmentos sociais, dado o evidente apelo coletivo. Nele transpareciam a sua preocupação com os problemas sociais, a valorização da cultura popular e acontecimentos históricos referentes à escravidão e à negritude.¹²

O que me leva a trazer Trindade como uma voz *griot* na contemporaneidade é devido a sua coragem e a forma como ele faz suas poesias, em tom taxativo e sem o clássico estilo poético parnasiano rebuscado ou com recursos de colocações pronominais como a ênclise. Ele é franco. Sua escrita atravessando a temática da negritude, convoca a comunidade afro-brasileira de seu tempo a reivindicar sua voz subjacente na sociedade. Um de seus poemas intitulado *Sou Negro* apresenta essa característica de denúncia presente em sua escrita, onde reconhece o passado escravista de seus antepassados e usa essa condição como resistência e busca pela liberdade:

11 Cf. SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Cultura e Economia Criativa. *Solano Trindade*. São Paulo: Museu Afro Brasil. [s. d.]. Disponível em: <http://www.museuafrobrasil.org.br/pesquisa/hist%C3%B3ria-e-mem%C3%B3ria/historia-e-memoria/2014/12/30/solano-trindade>. Acesso em: 11 ago. 2021.

12 SANTOS, Suely Maria Bispo dos. *A importância da obra de Solano Trindade no panorama da literatura brasileira: uma reflexão sobre o processo de seleção e exclusão canônicas*. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012, p. 20.

Sou negro
Meus avós foram queimados
pelo sol da África
minh'alma recebeu o batismo dos tambores
atabaques, gongôs e agogôs
Contaram-me que meus avós
vieram de Loanda
como mercadoria de baixo preço
plantaram cana pro senhor de engenho novo
e fundaram o primeiro Maracatu
Depois meu avô brigou como um danado
nas terras de Zumbi
Era valente como quê
Na capoeira ou na faca
escreveu não leu
o pau comeu
Não foi um pai João
humilde e manso
Mesmo vovó
não foi de brincadeira
Na guerra dos Malês
ela se destacou
Na minh'alma ficou
o samba
o batuque
o bamboleio
e o desejo de libertação.¹³

¹³ Cf. TRINDADE, Solano. *Sou Negro*. Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/pernambuco/solano_trindade.html. Acesso em: 23 ago. 2021.

O pensamento sem fronteiras de Abdias do Nascimento

A escolha de Abdias para elencar esse campo da escrita *griot* no Brasil, ocorre principalmente pelo legado deixado por ele, constituindo-se como um dos maiores nomes do pensamento pan-africano e temáticas da negritude, além da magnitude de sua produção intelectual a nível de Brasil e demais países. Com um arcabouço literário construído por décadas e adepto ao movimento político Pan-Africanista (elemento chave na luta anti-colonial e imperialista no continente africano no decorrer do século XX) ele, assim como Trindade, abordado de antemão, é um crítico das políticas de cerceamento da população afrodescendente nas esferas sociais.

Nascido paulista na cidade de Franca em 14 de março de 1914, Abdias podia sentir e perceber os vestígios do escravagismo, findado a pouco mais de duas décadas e guardado enquanto herança pela sociedade do início do século XX. Chamo de herança no sentido literal do termo, levando em conta o resguardo e a manutenção das políticas de segregação, amparadas pelo viés jurídico e científico, mantidas vivas pelos cidadãos pertencentes ao *status quo* da nação nas primeiras décadas do século passado. Filho de pais livres, mas de avós escravizados, Abdias conseguiu estudar na infância e cursou contabilidade na adolescência, o que permitiu que trabalhasse para ajudar na renda familiar. Após sua formação contábil no fim da década de 20, serviu ao exército e justamente nesse período adentrou-se na militância negra participando da Frente Negra Brasileira (FNB) e em seguida ao movimento integralista em ascensão, rompendo pouco depois, dada a situação de alijamento às pessoas negras dentro do movimento.

Mudando-se para o Rio de Janeiro, concluiu o curso de economia e foi nesse momento que teve um encontro maior com suas raízes negras a partir da cultura e de novos espaços que começou a frequentar, bem como sua convivência com intelectuais. Chegou a ser encarcerado após retornar de uma viagem pela América, dada a sua militância relacionada às questões raciais e, justamente em

cárcere, começou a pôr em prática sua paixão de tempos anteriores: o teatro. Em 1944, após deixar a prisão, fundou uma companhia chamada Teatro Experimental do Negro (TEM) que, para além de performances, ensinava história africana e leitura. Com o alvorecer da ditadura militar em 1964, os movimentos raciais enfrentaram massiva coibição por parte do regime, acirrada ainda mais a partir do AI-5 em 1968 que passa a proibir oficialmente a militância negra. Esse foi um fator decisivo para o exílio de Abdias nos Estados Unidos, situação adversa que ele transformou em uma ramificação de sua luta antirracista já construída no Brasil, agora em terreno estadunidense.

Quando retornou ao Brasil, fundou o IPEAFRO - Instituto de pesquisas e estudos afro-brasileiros e realizou o 3º Congresso de Cultura Negra das Américas. Em 1982, participando de suas primeiras eleições, consegue o cargo de Deputado Federal pelo Rio de Janeiro e sem perder sua essência através do embate aos problemas ligados à raça, é eleito senador em 1991, sendo o responsável por grandes projetos, a citar a oficialização do dia 20 de novembro como Dia da Consciência Negra.¹⁴ Com uma longevidade de quase um século, seus dias acabaram em 23 de maio de 2011, no Rio de Janeiro aos 97 anos, vítima de insuficiência cardíaca.

Como pontua André Luis Pereira, em sua dissertação *O pensamento intelectual de Abdias do Nascimento*, suas produções sempre foram autônomas, no que tange à adequação a norma acadêmica para os chamados intelectuais. Embora cientista, sempre buscou dialogar sua escrita com as vivências negras que o cercaram durante toda a vida, tendo consciência de seu papel e voz ativa, além de articular África e América Latina, com o objetivo de estabelecer uma requisição identitária entre os dois espaços:

Abdias do Nascimento, praticamente não utiliza em seus textos, entrevistas ou, até mesmo, em seu projeto político-intelectual, a

¹⁴ TEIXEIRA, André Ferreira. Abdias do Nascimento: Experiências e escritos para a educação étnio-racial. In: Encontro Estadual de História, Guarabira. *Anais, Guarabira*: Associação Nacional de História, Seção Paraíba, 2016, p. 171. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiiech/xviiiech/paper/viewFile/3283/2729>. Acesso em: 12 ago. 2021.

palavra intelectual para referir-se ao seu próprio trabalho. Sempre procurou se colocar como um representante da causa negra, do povo negro ou do povo afrodescendente deste país. Nesse sentido, não se pronuncia como intelectual, logicamente, tem fundamento e significado crítico para um autor que esteve à margem de alguns lugares ditos 'oficiais' de representação.¹⁵

Tal característica elucidada por André Luis Pereira, de certa forma se coaduna à postura assumida por Solano Trindade no tocante a manter-se firme em suas convicções. Tecendo seus estudos nas questões relativas à raça negra, ele cunha conceitos como o afrocentrismo e o quilombismo, que farão com que sua vasta produção tanto agregue quanto transforme o debate acerca das relações étnico-raciais no Brasil e na América Latina, sendo um *griot* sem fronteiras que amplia suas convicções para além de seu espaço físico.

A voz do morro de Carolina Maria de Jesus

Trazer Carolina Maria de Jesus a como componente no quadro dos *griots* na escrita é, antes de mais nada, mostrar que a performance *griot* não se restringe ao gênero masculino, como também reconhecer a sua força e contribuição na compreensão das mazelas que afligiam e afligem os indivíduos em situação subalterna, ditos favelados, haja vista o espaço favela ser o cenário de sua maior obra intitulada *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960). Mineira, Carolina Maria de Jesus nasceu na cidade de Sacramento, em 14 de março de 1914, afro-brasileira e de família simples, obteve pouca escolaridade. No início de 1923, foi matriculada no colégio Allan Kardec – primeira escola espírita do Brasil –, na qual crianças pobres eram mantidas por pessoas influentes da sociedade, tendo estudado por dois anos, graças a uma das patroas de sua mãe. Mudou-se para São Paulo em 1947, no bojo da modernização e assistiu o surgimento das primeiras favelas, onde morou com seus 3 filhos, tirando seu sustento da reciclagem. Graças ao interesse pela leitura que Carolina começa a

¹⁵ PEREIRA, André Luís. *O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011, p. 87.

escrever, dando início a sua trajetória de memorialista, registrando seu dia a dia em cadernos que encontrava durante a reciclagem e que posteriormente se formariam em sua mais conhecida obra.

A escritora foi descoberta pelo jornalista Audálio Dantas, na década de 1950, que se interessou pelo “fenômeno” que tinha em mãos e se comprometeu em reunir e divulgar o material. A publicação de *Quarto de despejo* ocorreu em 1960, obtendo venda de trinta mil exemplares, na primeira edição, chegando ao total de cem mil exemplares vendidos, na segunda e terceira edições, recebendo traduções para treze idiomas e distribuído em mais de quarenta países. Carolina publicou ainda mais três livros: *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de Fome* (1963) e *Provérbios* (1963). O volume *Diário de Bitita* (1982), publicação póstuma, encontrado também nesses registros diários que ela fazia desde antes de se tornar escritora, contudo nenhuma destas obras conseguiu repercutir tanto quanto *Quarto de despejo*.

Ela faleceu em 13 de fevereiro de 1977, na periferia de São Paulo e em condição de parcial anonimato pela imprensa da época. Seu reconhecimento, não no que tange a venda de livros, mas no âmbito objeto de pesquisa a partir de artigos, dissertações e teses, é bastante recente, chegando a receber duas biografias, ambas feitas por historiadores: a primeira, escrita por Eliana de Moura Castro juntamente com Marília Novais da Mata Machado¹⁶ e a segunda, assinada por Joel Rufino dos Santos e uma homenagem no Museu Afro-Brasil no Parque do Ibirapuera,¹⁷ em São Paulo na década de 2000, a partir da inauguração de uma biblioteca que leva seu nome.¹⁸

Nesse ponto da escrita deste capítulo, já conseguimos construir juntos um novo e dissonante olhar acerca do *griot* clássico que caracterizamos no começo. Analogamente a Solano e Abdias, Carolina, a partir de sua escrita, faz uma denúncia

¹⁶ Cf. CASTRO, Eliana de Moura; MACHADO, Marília Novais da Mata. *Muito bem, Carolina!* Biografia de Carolina Maria de Jesus. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2007.

¹⁷ Cf. SANTOS, Joel Rufino dos. *Carolina Maria de Jesus: uma escritora improvável*. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

¹⁸ CAROLINA Maria de Jesus. *LITERAFRO*, 2021. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus>. Acesso em 9 ago. 2021.

social à condição dos que a cerca, porém com peculiaridades, mas se fossemos equiparar os três *griots* elencados, poderíamos dizer que a escrita e a crítica social de Carolina em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, se aproxima mais da poesia franca de Solano Trindade do que da escrita científica de Abdias. Um ponto que merece ser considerado acerca da denúncia social feita neste livro é a forma como ela se apresenta ao leitor. A impressão causada é de que Carolina não tem a intenção, de fato, em causar comoção ou escrever um manifesto que sirva de base para movimentos sociais. Ela está apenas descrevendo sua realidade rotineira e também a daqueles que vivem à sua volta na favela do Canindé, sendo a carga emocional e o fator crítico oriundo da mente do leitor ao se deparar com a naturalidade em certos momentos descritos pela autora, de adversidades como a fome, por exemplo, de forma simples e banal no seu dia a dia e no de seus filhos. Sobre a autora, Luciana Paiva Coronel alude que:

Carolina Maria de Jesus representa assim o forte contraste existente entre a beleza do mundo e a injustiça nele reinante. O encantamento e a tristeza reunidos compõem um quadro de grande força expressiva, que a autora constrói sobriamente, a partir da mera justaposição dos elementos opositivos, sem pieguice, sem autocomiseração.¹⁹

Outra análise que podemos fazer na leitura de *Quarto de despejo: diário de uma favelada* é o sentimento de desidentificação ao ambiente em que se passa. Ao par que a autora se identifica como favelada e própria da periferia, deixa transparecer em alguns momentos certa ojeriza a este ambiente e também às personagens que ali habitam:

A Sílvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando. E eu estou revoltada com o que as crianças presenciam. Ouvem palavras de baixo calão. Oh! Se eu pudesse mudar daqui para um núcleo mais decente. [...] Tenho pavor destas mulheres da favela. Tudo quer saber! A língua delas é como os pés de galinha. Tudo espalha. [...] A única coisa que não existe na favela é solidariedade.²⁰

19 CORONEL, Luciana Paiva. A censura ao direito de sonhar em *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus. *Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 44, p. 273-274, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/XBQZV7mPBWgsrxGtDz9QgLm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2021.

20 JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 6. ed. São Paulo:

A condição *griot* de Carolina Maria de Jesus no *Quarto de despejo*, encontra-se no aspecto da agregação que ela faz de sua realidade jungida a outras vivências, seja de mulheres que apanham do marido, ou a situação precária das crianças do morro, entre outros. O *griot* em solo africano não era alguém que usava de sua voz para crescimento individual e status, ele tinha um compromisso com a coletividade, postura que ela assume indiretamente após a publicação de seu livro e o conhecimento da sociedade da época, no Brasil e no mundo, do cotidiano nas favelas.

O fato de ela ser mulher, negra e mãe nessa condição de falta de suprimentos, imputa na sua escrita uma carga de representatividade ímpar, ainda mais se levarmos em conta os diversos momentos que demonstra desgosto pela condição subserviente das mulheres da sua comunidade em relação aos seus maridos, sendo justamente o momento em que ocorre sua crítica intencional a partir da lamúria à falta de condições fundamentais de sobrevivência. Carolina é uma mulher que sobreviveu e não renunciou ao controle de sua própria vida, criando seus filhos, sem marido e, apesar dos percalços cotidianos via na escrita e na leitura uma porta de escape, esteve atenta à realidade que a rodeava, e sempre com um olhar de censura frente a problemas que passavam despercebidos aos demais sujeitos que a circundaram. Ela é uma *griot* que não bastando escrever a própria história, também escreveu a dos que padeceram junto com ela.

Considerações Finais

Repensar o *griot* da África para o Brasil, embora gratificante, mostrou-se uma tarefa árdua, uma vez que me foi exigido atenção em saber examinar o perfil dele nas sociedades da África e tentar encontrar nuances no Brasil. O mote deste capítulo foi deixar perceptível o entendimento do leitor de que as personalidades elencadas no campo musical e literário, de forma intencional ou

Francisco Alves, 1960, p. 6-9. Disponível em: https://culturaemarxismo.files.wordpress.com/2019/02/edoc.site_1960-quarto-de-despejo-carolina-maria-de-jesuspdf.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

indireta, adentram à lógica *griot*, dada a sua contribuição aos vários aspectos que perpassam a negritude, tanto por processos de crítica ao racismo, quanto pelo aporte teórico e científico. Amadou Hampâté Bâ diz que o termo *diéle* nome dado ao *griot* em dialeto *bambara* significa sangue a julgar pelo seu circular no corpo da sociedade. Por conseguinte, nessa etapa do texto, é de suma importância que nós, eu e você, leitor, entendamos que tanto o *griot* africano como o brasileiro se confluem a partir do exercício da arte como método de expressão, com os mais variados objetivos: denúncia, conservação de memória, enaltecimento comunitário, etc, seja pela contação de histórias, pela poesia ou pela música, em ambos os continentes.

Ademais, podemos expandir o nosso olhar acerca desse indivíduo em diáspora temporal. O emprego desse termo deve ser compreendido a partir do sentido denotativo de cada palavra, sendo “diáspora” compreendida como dispersão africana ocasionada pelo escravismo dos séculos anteriores e “temporal” se entendermos que essa dispersão dos *griots* no Brasil, não ocorre apenas a partir da condição deles como cativos na América Portuguesa, mas se mantém resistente, assumindo essas novas características elencadas, ao longo dos capítulos, no pós escravidão e no tempo presente, como algo vivo e constante.

Saber é domínio, habilidade, expressão de conhecimento, entre outras definições. O uso de personagens conhecidas pertencentes ao que chamo de performance *griot*, foi feito, partindo do pressuposto da sua contribuição e alcance em larga escala, porém, como negar que patriarcas e matriarcas nas famílias brasileiras também não adentram à lógica *griot*? Pessoas dotadas de saberes de cura e preparos medicinais a partir de ervas, benzimentos, conhecimento da terra para o melhor momento de arar, plantar e colher, conhecedores de histórias e eventos distantes da nossa realidade, apreendidos a partir de vivências pessoais ou transmitidos por gerações e desta feita constituindo o saber coletivo, possuem grande valor e impactam a realidade dos que vivem ao seu redor. “A palavra tem poder” é uma máxima que escutamos desde tenra idade e faz sentido, haja vista a comunicação desde a arte rupestre até a escrita com seus mais

diversos signos em diferentes línguas. Tudo isto constitui diálogo e inter-relação entre indivíduos e sociedades, permitindo vínculos e construindo memórias coletivas.

Referências:

Músicas:

EMICIDA. Ubuntu Fristaili. Intérprete: EMICIDA. In: EMICIDA. *O Glorioso Retorno de Quem Nunca Esteve Aqui*. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2013. 1 CD, faixa 14. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pHNaBmIBQFo>. Acesso em: 11 ago. 2021.

SARGENTO, Nelson. Agoniza mas não morre. Intérprete: Sargento, Nelson. In: SARGENTO, Nelson. *Sonho de um sambista*. São Paulo: Eldorado, 1979. 1 disco sonoro. Lado A, faixa 3. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TZP_XwXOwfs. Acesso em: 11 ago. 2021.

Bibliografia:

SANTOS, Suely Maria Bispo dos. *A importância da obra de Solano Trindade no panorama da literatura brasileira: uma reflexão sobre o processo de seleção e exclusão canônicas*. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

CORONEL, Luciana Paiva. A censura ao direito de sonhar em Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus. *Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 44, p. 271-288, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/XBQZV7mPBWgsrxGtDz9QgLm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2021.

CRUZ, Rafael Almeida. DA PELE AO DIGITAL, DO GRIOT AO MC: Emicida, um griot da contemporaneidade. *Revista do Núcleo Sankofa*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 1-18, set./out. 2019. Disponível em: <https://app.periodikos.com.br/article/5df13dbfoe882552ab5f734/pdf/sankofa-01-03-1.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2021.

DA SILVA, José Carlos Gomes. Arte e educação: A experiência do movimento hip-hop paulistano. In: DE ANDRADE, Elaine Nunes (org.). *Rap e educação. Rap é educação*. São Paulo: Selo Negro, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. Coleção História geral da África. v. 1. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <http://www.ammapsique.org.br/baixe/historia-da-africa-volume-um.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. 6. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1960. Disponível em: https://culturaemarxismo.files.wordpress.com/2019/02/edoc.site_1960-quarto-de-despejo-carolina-maria-de-jesuspdf.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

PEREIRA, André Luís. *O pensamento social e político na obra de Abdias do Nascimento*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RANGEL, Patrícia Luisa Nogueira; FELIX, Idemburgo Pereira Frazão. Martinho da Vila: um griot na pós-modernidade. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 19., 2015, Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*... Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2015. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/01/027.pdf. Acesso em: 11 ago. 2021.

TEIXEIRA, André Ferreira. Abdias do Nascimento: Experiências e escritos para a educação étnio-racial. In: Encontro Estadual de História, 17., 2016, Guarabira. *Anais*... Guarabira: Associação Nacional de História, Seção Paraíba, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/xviiieh/xviiieh/paper/viewFile/3283/2729>. Acesso em: 8 ago. 2021.

TRINDADE, Solano. *Sou Negro*. Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brais/pernambuco/solano_trindade.html. Acesso em: 25 ago. 2021.

CAPÍTULO 6

“O ancião tinha palavras incrustadas em suas rugas, suas mãos tinham se acostumado a tecer histórias, sua voz sabia voar como os pássaros, brilhar como as estrelas e escorrer entre as sombras como os peixes coloridos. Contou ao garoto que queria saber tudo que a única forma de conhecer a África e o mundo era ouvir todos os contos e todas as lendas. As palavras que viajam desde os tempos remotos dentro das histórias dizem mais do que significam. Elas estão escritas com os fios da noite.”

Ernesto Rodrigues Abad. *O velho que assustava o medo*, 2013.

ERA UMA VEZ (...)

ou ao redor do Baobá conta-se uma história

Louyse Rosa Lacerda

Na trama da vida, o ser humano tece narrativas que buscam dar sentido a sua existência. Ele é, essencialmente, um contador de histórias. Foi a partir do compartilhamento do conhecimento, geração a geração, que se possibilitou o desenvolvimento das culturas e tradições que estão no centro de qualquer sociedade. As narrativas míticas, se mostram então, como instrumentos de transmissão e preservação das heranças identitárias e tradicionais. Elas são “caracterizadas pelo movimento peculiar à arte de contar, de traduzir em palavras as reminiscências da memória e a consciência da memória no tempo”.¹

Ao longo deste capítulo pretendo discutir acerca das possibilidades que trabalhar com narrativas míticas podem proporcionar ao ensino de História. Portanto, buscarei discutir como a contação de histórias em sala de aula pode se mostrar como um método interessante ao processo de ensino-aprendizagem. E, para isso, exemplificarei com a experiência que tivemos durante a oficina junto aos alunos do 6º ano do ensino fundamental em uma escola da rede municipal de Vitória.

O objetivo do capítulo consiste em compreender como o uso dessa prática possibilita não apenas um entendimento teórico dos

¹ DELGADO, Lucilia de Almeida N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, v. 6, p. 22, 2003

conteúdos da disciplina História, mais especificamente a história da África, mas uma conexão emocional e simbólica, que também é relevante ao ensino. Para isso, partirei do pressuposto de que mito e realidade não são conceitos antagônicos, mas se complementam, onde os mitos capturam aspectos internos dos indivíduos e os externalizam. Portanto, conhecer os mitos que abarcam a cultura da qual se faz parte, seria também conhecer a si mesmo.

HÁ MUITO TEMPO ATRÁS (...) ou quando as histórias fizeram morada nos lábios dos velhos

A palavra tem poder. Não é à toa que nos deparamos com uma infinidade de mitos onde o ato de nomear as coisas é quase um ritual mágico, divino. No poema babilônico da criação, *Enuma Elish*, um dos textos mais antigos que se tem acesso, diz-se que:

quando no alto o céu ainda não havia sido nomeado e embaixo a terra firme não havia sido mencionada por seu nome [...] quando os deuses não haviam sido criados, nem nenhum nome havia sido pronunciado, nem nenhum destino havia sido fixado.²

Ou seja, a existência de algo estaria diretamente relacionada a sua nomeação. É a partir da fala que o mundo é criado na mitologia judaico-cristã, onde “no princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus e o Verbo era Deus”.³

Na mitologia Iorubá, foi ouvindo as histórias sobre os dramas vividos pelos homens, divindades, animais e outras criaturas da Terra, que Exu foi capaz de reunir diante de si todo o conhecimento necessário para que se fossem desvendados os mistérios sobre a origem do mundo, dos homens e da natureza, tal como o desenrolar do destino e dos caminhos de cada um nas batalhas travadas contra os infortúnios que nos ameaçam.⁴

2 FARIA, Hamilton; GARCIA, Pedro; FONTELES, Bene; BARON, Dan. *Arte e cultura para o reencantamento do mundo*. São Paulo: Instituto Pólis, 2009, p. 22.

3 A citação se encontra no livro de João, cap. 1, vers. 1. Cf. BÍBLIA, N. T. João. Português. *Bíblia Sagrada*. Reed. versão de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Casa Publicadora Paulista, 2017, p. 1026.

4 PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 16.

Não há como negar a relevância que essas narrativas têm na nossa formação individual e coletiva. Foi contando e ouvindo histórias que formamos o repertório de conhecimento e sensações que nos define. Houve, no entanto, por parte do pensamento ocidental, uma procura por distanciamento de tudo que não estivesse intrinsecamente vinculado ao pensamento científico e racional. A busca por um desencantamento do mundo.

Segundo Max Weber, seria a partir do pensamento racional que todas as coisas poderiam ser dominadas pelo Cálculo. A partir deste desencanto, já não haveria a necessidade de buscar por meios mágicos o controle dos espíritos, pois isso seria possível a partir da técnica.⁵ O desencantamento do mundo então, pode ser definido como um processo que favoreceu a desmagificação do social. Ou seja, tudo que era encantado, mítico ou mágico, deixando o centro da vida humana.

Esse processo que relega os saberes tradicionais e populares a um lugar de inferioridade é também responsável por um descaso no que se refere ao campo das sensibilidades. Enquanto por um lado, o conhecimento científico do corpo possibilitou um alongamento da vida humana, por outro, a separação do corpo e do espírito/mente, comprometeu a sua qualidade emocional. Segundo Morris Berman, um dos principais problemas deste mundo desencantado estaria na desassociação do sujeito e objeto, a natureza do ser humano, observado e observador e, portanto, se faz necessário um paradigma onde não ocorra essa separação. O desencantamento cria então a necessidade de se reencantar o mundo.⁶

É importante frisar que a tradição também abarca uma série de saberes acerca de um coletivo e está preocupada com o bem estar emocional de um grupo. O Folclore não é caracterizado apenas por histórias populares, mas também por festas, canções, jogos, alimentos, vestimentas e etc. A eficiência simbólica que diferentes

⁵ WEBER, Max. *Três tipos de poder e outros escritos*. Lisboa: Tribuna da História, 2005, p. 13-14.

⁶ BERMAN, Morris *apud* MOCELLIM, Alan D. *Ciência, Técnica e Reencantamento do Mundo*. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p. 39.

crenças possuem se relacionam à compreensão de um determinado evento que interfere no sujeito e se dá no campo metafórico e não no racional.⁷

Apesar dessa busca da ciência moderna, mecanicista, por um racionalismo extremo e afastamento das subjetividades, o homem ocidental nunca se livrou realmente do misticismo e tem alimentado seu subconsciente de imagens repletas de sacralidade. As narrativas mitológicas que estiveram no bojo da criação das sociedades não desapareceram com o advento da modernidade e, apesar de haver de fato uma subvalorização da relevância dessas histórias, principalmente no que tange a educação formal, elas nunca se desligaram da vida cotidiana das pessoas. Muito pelo contrário, Mircea Eliade, aponta como comportamentos míticos ainda estariam sobrevivendo aos nossos olhos, o que ele denomina de “mitos modernos”.⁸ Os símbolos, as imagens e os mitos “[...] pertencem à substância da vida espiritual, que se pode camuflá-los, mutilá-los, degradá-los, mas que nunca se pode extirpá-los”.⁹ O que é o dinheiro senão uma divindade venerada nos dias de hoje?

Já se viu que os mitos se degradam e os símbolos se secularizam, mas eles nunca desaparecem, nem na mais positivista das civilizações, a do século XIX. Os símbolos e os mitos vêm de muito longe: fazem parte do ser humano e é impossível não os encontrar em alguma situação existencial do ‘homem no Cosmos’.¹⁰

Roger Bastide¹¹ traça em três etapas o caminho que a mitologia moderna toma: *i)* primeiramente a partir da ciência, onde a matéria e as leis físicas se mostram como suficientes para a explicação da realidade; *ii)* então se tem a técnica, onde as máquinas são, literalmente, fabricantes de mitos. Tudo é passível de manipulação em prol do desenvolvimento e do progresso, que não deixam de ser

7 ASSUNÇÃO, Luiza M; QUERINO, Rosimár A; RODRIGUES, Leiner R. A benzedura nos territórios da Estratégia Saúde da Família: percepções de trabalhadores, usuários e benzedores. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 126, p. 763, jul./set. 2020.

8 ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Editora Perspectiva S. A., 1972, p. 127.

9 *Idem*, *Imagens e Símbolos*. Lisboa: Editora Arcádia, 1979, p. 12

10 *Ibidem*, p. 26.

11 BASTIDE, Roger. *O sagrado selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 97.

mitos dessa modernidade; *iii*) e por fim, a ordem sociológica, que se trata de uma “fabricação de utopias”.

Segundo Eliade, os mitos não são criados pela psique de forma irresponsável, mas correspondem a uma função: que é destrinchar as mais secretas moralidades do ser e, por consequência, permite-nos um maior conhecimento do homem despido das suas amarras e a compreensão de seus desejos e medos mais profundos.¹²

Cabe ressaltar que a forma como estou abordando o conceito de “mito” não é da maneira utilizada na linguagem contemporânea, sendo algo semelhante a uma mentira ou ilusão, mas sim um mito “vivo”, onde ele se mostra como o que fornece os modelos de conduta e confere significação e valor à existência.¹³

O mito é considerado uma história sagrada e, portanto, uma ‘história verdadeira’, porque sempre se refere a realidades. O mito cosmogônico é ‘verdadeiro’ porque a existência do Mundo aí está para prová-lo; o mito da origem da morte é igualmente ‘verdadeiro’ porque é provado pela mortalidade do homem, e assim por diante.¹⁴

O mito deve ser contextualizado de acordo com o valor que ele adquire em uma comunidade específica. Ele é fruto da expressão humana da percepção de sua existência, cumpre uma importante função social ao participar da dimensão sagrada da vida, “[...] promove e mantém um estado psíquico e social, muitas vezes necessário a um estar no mundo harmonioso”, e por fim, legaliza, ou legitima, a realidade.¹⁵

A verdade concreta de um acontecimento mitológico ou lendário não é o ponto mais importante quanto a relevância dessas narrativas. Na obra *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, o que importa não é a veracidade das histórias contadas por Chicó, mas o seu caráter simbólico em abordar os sentimentos e a forma de vida do sertanejo pernambucano, o relevante não é saber se uma mulher pariu um cavalo no Ceará, mas sim como a seca afeta a estabilidade familiar

¹² ELIADE, Mircea. *Imagens e símbolos...* Op cit., p. 13.

¹³ *Ibidem*. *Mito e realidade...* Op cit., p. 6.

¹⁴ *Ibidem*, p. 9.

¹⁵ BRUTUS, Abel. Mircea Eliade e o Mito. *Kalópe*, São Paulo, a. 1, n. 1, p. 69, 2005.

e ter filhos em uma realidade de fome é uma situação tão terrível que se justificaria mais parir um cavalo: “Isso é coisa da seca. Acaba nisso, essa fome: não pode ter menino e haja cavalo nesse mundo. A comida é barata, é coisa que se pode vender”.¹⁶

A contação de histórias já é um método de ensino aplicado na educação básica há algum tempo, principalmente, no que tange à educação infantil. Ela vai muito além da função de distrair as crianças, como comumente é associada, mas possui grande eficácia em despertar o interesse pelo conhecimento, na alfabetização e na experimentação do mundo físico e simbólico. Porém, não apenas a educação das séries iniciais pode se aproveitar dos muitos benefícios que essa prática proporciona.

A contação de histórias é atividade própria de incentivo à imaginação e o trânsito entre o fictício e o real. [...] Os fatos, as cenas e os contextos são do plano do imaginário, mas os sentimentos e as emoções transcendem a ficção e se materializam na vida real.¹⁷

Compreendendo o ambiente escolar como um local que contribui para a formação dos sujeitos, não apenas no âmbito da educação formal das disciplinas, mas em todos os aspectos do experienciar o mundo. A escola é um lugar privilegiado para que os alunos aprendam a viver coletivamente, identificar as diferenças, se ver como sujeitos históricos e formar suas identidades.

No contexto escolar, as identidades devem ser tratadas como sendo realizadas em diversos espaços sociais, midiáticos, familiares e organizacionais, entre outros, onde novos sentidos e narrativas, por vezes contraditórios, podem afetar comportamentos e provocar novas interrelações sociais. Ao se levar essa discussão para o interior da escola, tornar-se-ão ainda maiores as dificuldades para compreender a sua dinâmica, as suas gradações e as suas oscilações em sujeitos no pleno processo de transformação biopsicossocial.¹⁸

¹⁶ SUASSUNA, Ariano. *Auto da Compadecida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018, p. 74.

¹⁷ RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. *Cultura, arte e contação de histórias*. Goiânia: Gwaya, 2005, p. 4.

¹⁸ CARVALHO, Mauro. A construção das identidades no espaço escolar. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 1, p. 211, jan./jun. 2012.

Além disso, considerando que os alunos carregam dentro de si conhecimentos diversos que se materializam desde além dos muros da escola, mediante a relação com suas comunidades, fazer uso desses saberes em sala de aula possibilita formas de criar uma conexão emocional entre o estudante e o que está sendo ensinado. O processo de ensino-aprendizagem se torna prazeroso e, portanto, flui melhor.

No que tange ao ensino de história da África, a contação de histórias pode se mostrar uma ótima ferramenta para exemplificar aos alunos uma das características primordiais desta área de estudo: a história oral. Trabalhar a sua relevância e os mecanismos que se pode utilizar para extrair destas as características importantes ao estudo de história, questionando assim a afirmativa ultrapassada que defende que não se usando a escrita, não se faz história.

Não há como negar que boa parte do que fundamentou o ensino de História no Brasil vem de um lugar eurocêntrico e que, apesar de haver uma busca nas últimas décadas por repensar a História e o ensino visando uma aproximação das realidades vividas pelo aluno, ainda há um longo caminho a percorrer. Em um país onde mais da metade da população se identifica como pretos ou pardos, continua carecendo de uma série de representações positivas no dia a dia das crianças e adolescentes que não se veem como parte relevante do mundo em que vivem.

Dessa forma, se mostra muito importante pensar o continente africano, não como um lugar de fome e miséria, mas como um espaço complexo e diverso. Um local que se mostra belo, com uma herança cultural passível de identificação e admiração. Trabalhar com histórias lendárias, retornar com o “mundo do maravilhoso”, é também uma forma de alcançar as subjetividades.

Contar é ritualizar. É dar voz ao ancestral. É abrir o corpo para o sagrado. É compactuar com a visão mágica. Palavra lapidada na boca do velho griô é palavra fulgurante. [...] O mundo começa na sua palavra. Dançar o céu, o mar, o rio, a nuvem, a sombra. Cantar os velhos ensinamentos. Narrar a natureza, o clã, a aldeia, os símbolos, a floresta, a savana, o deserto. Seu itinerário

é reforçar laços. Ordenar o mundo. Perfumar a memória. Virar história.¹⁹

OUTRORA (...) ou quando as histórias dançavam com as folhas no vento

Um dos pontos centrais na elaboração da oficina foi a construção do Baobá feita de forma coletiva e mediante a contação de uma história mitológica. Ao lado dos estudantes, nos sentamos em círculo, ao centro crescia o Baobá. Seu tronco ia se enchendo das narrativas que criamos, regamos a árvore com histórias, até vê-la florescer.

A lenda escolhida para trabalhar com os alunos na oficina foi a *História das Histórias*. Conta-se como a aranha Ananse se tornou possuidora de todas as histórias do mundo e, portanto, o primeiro *griot*. No território de Gana, há uma diversidade de histórias protagonizadas pela aranha Ananse, onde ela se mostra sempre muito inteligente e engenhosa, além de possuírem o mesmo protagonista, geralmente, essas lendas buscam compartilhar algum ensinamento. Esse tipo de história protagonizada por animais e que carrega um certo cunho moral, é o que se chama de fábula. No Folclore brasileiro podemos identificar várias histórias do tipo, com influências indígena, portuguesa e africana, apontando para uma espécie de universalidade deste tipo de narrativa.²⁰

Iniciada a narrativa, partimos de um momento em que não existiam histórias na terra: “À noite, as crianças sentavam-se em torno das fogueiras, chegavam para os velhos e pediam: - Contem-nos uma História. Mas eles não podiam contar”.²¹ É a partir deste ponto que uma pequena aranha chamada Ananse resolve construir

19 SILVA, Celso Sisto. Do griô ao vovô: o contador de estórias tradicional africano e suas representações na literatura infantil. *NAU LITERÁRIA*, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p.1, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/43352/27859>. Acesso em: 20 ag. 2021.

20 Cf. SOUZA, Marina de Mello. *Guia de leitura de histórias de ananse para o professor*. 2006. Disponível em: <http://observatorioedhemfoco.com.br/observatorio/?s=Hist%C3%B3rias+de+Ananse>. Acesso em: 9 jun. 21.

21 PRESTES, Andréia Baia (org.). *Contos Africanos: assim vivem os homens*. Curitiba: Ed. UFPB, 2013. v. 3, p. 3.

uma longa teia de ouro para subir aos céus e barganhar as histórias guardadas por Nyame, o deus dos Céus.

É importante frisar que a figura da aranha no imaginário de diversas histórias lendárias tem como uma das maiores características a engenhosidade e a perseverança, muito provavelmente por causa da sua capacidade de tecer. A aranha é tecelã de mundos, do destino e das histórias. Apesar da lenda de Ananse a aranha se mostrar num aspecto masculino, afinal é fácil encontrar leituras que o definem como um ancião que recebe a alcunha de homem-aranha, na maior parte dos mitos a aranha carrega um aspecto feminino e tem a conexão direta com a morte. Sua teia é sua casa, seu mundo e o produto de seu trabalho minucioso, mas também a armadilha que leva o outro a se tornar seu alimento.

Apesar da sua grande fragilidade, nas mitologias antigas, a sua teia é associada ao cosmos e a aranha é assim uma criadora do Mundo e tecelã do destino em muitas tradições. Para algumas culturas, ela é responsável por tecer a realidade; para outras, é ela que tece a aparência ilusória dessa mesma realidade.²²

A aranha é tecelã de histórias. Na mitologia grega Aracne não tecia apenas tapetes, ela tecia também as histórias de amor entre deuses e mortais, como um desafio direto à Atena. As histórias, assim, podem ser vistas como uma forma de rebeldia e de revolta. No desfecho desse mito, Aracne é transformada em aranha e condenada a tecer para existir.²³ Para Ananse, as histórias estavam guardadas dentro de um baú no céu e longe de seu alcance, representando que elas eram um tesouro e apenas a partir de um esforço minucioso seria possível se aproximar. É necessário pagar um preço para possuí-las, assim dissera Nyame.

As minhas histórias são muito caras! Ninguém jamais pode pagar o preço por elas. Eu as guardo no meu baú dourado, ao lado do meu trono de ouro, e nem os meus ministros se aproximam delas. O que você tem, pequena aranha, para me oferecer em troca das minhas histórias?²⁴

22 SANTOS, Deuzélia R. G. *Literatura, imaginário e efeito estético: em a História da Aranha Leopoldina e a Moça Tecelã*. Dissertação (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016, p. 48.

23 *Ibidem*, p. 58-59.

24 PRESTES, Andréia Baia. *Contos Africanos... Op. cit.*, p. 3.

Para pagar o preço, Ananse precisou fazer uso de toda sua inteligência e lúbia. Assim conseguiu capturar, sem machucá-los: os marimbondos que picavam como fogo, o leopardo com dentes terríveis, a fada que jamais foi vista pelo homem e a grande serpente píton. Não apenas o preço estipulado por Nyame, Ananse lhe ofereceu também sua mãe, ou seja, sua ancestralidade.

A tradição se mostra essencial na perpetuação dessas histórias. Foi repassando de geração a geração, que elas se mantiveram no imaginário das culturas às quais fazem parte. Pensar em tradição e ancestralidade no que tange ao ensino de história, em particular à história da África, é essencial para a construção da identidade do aluno. Se perceber enquanto sujeito histórico possuidor de uma herança riquíssima, não apenas genética, mas também de noções de mundo.

É a partir da discussão a respeito das tarefas desempenhadas por Ananse para enfim receber o direito de possuir as histórias, que é possível levantar uma série de conceitos interessantes ao ensino de História. Além das noções de tradição e ancestralidade, o professor pode discutir acerca do antropomorfismo dos animais presente em diversas religiões da antiguidade; a relação do homem com a natureza e a sustentabilidade.

A educação ambiental, vem se mostrando cada vez mais relevante nos últimos anos para o ensino de história, por se tratar, como apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de um tema transversal²⁵, pois permeia toda a prática educacional e se mostra fundamental ao educador que considere não apenas os aspectos físicos e biológicos, mas principalmente, as formas de interação entre os seres humanos e a natureza “[...] por meio de suas relações sociais, do trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia”.²⁶

²⁵ Apesar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ter se tornado referência para a formação e prática docente, os PCNs foram fundamentais para diversas inovações no ensino de história, situando-se como um marco histórico para a reconstrução da disciplina no Brasil, como destaca Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt, no texto *História do Ensino de História: Uma proposta de periodização* (2012).

²⁶ BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde*. Brasília, 1997, p. 15.

Ananse deveria capturar as criaturas da floresta, mas não deveria machucá-las. A história demonstra um grande temor para com os animais, mas também forte respeito por eles. A floresta está viva e faz parte da história como um personagem relevante e, tal como nos contos de Ernesto Rodrigues Abad, ela transborda sabedoria.

As árvores estão cheias de murmúrios, de palavras que balançam de galho em galho e de folha em folha. As selvas e os bosques nos sussurram histórias. Só temos que nos sentar embaixo das árvores e esperar que a brisa faça uma palavra saltar em busca de outra; depois, a empurrá-la até outro galho onde a seguinte espera; assim, as palavras se unem na selva, movidas pela brisa; assim, as árvores nos contam os segredos.²⁷

É pensando o ser humano e a terra como dois lados de uma mesma moeda, não como coisas separadas; é ao construir uma história que não se produza em uma linha reta e evolutiva de destruição constante, onde o meio ambiente se mostra apenas como ferramenta para o desenvolvimento da humanidade, que podemos trabalhar, de fato, a sustentabilidade como temática fundamental no ensino de história.

A conexão do homem com a terra é praticamente instintiva, não é à toa que a relação da terra com a maternidade esteja presente no imaginário de diversas culturas espalhadas pelo globo. A percepção de que o homem foi parido pela terra espalhou-se quase universalmente. Em muitas línguas o homem é designado como nascido da terra e, assim como seu surgimento é a partir dela, “ao morrer deseja se reencontrar à Terra Mãe”.²⁸ Esse vínculo com a terra se desdobra em uma relação profunda e de afeto, entre uma comunidade e a localidade em que habita. Sentimentos de pertencimento, não apenas a um grupo específico, mas também ao espaço em que se insere, é essencial para uma educação que se mostra preocupada com o bem estar emocional do aluno.

O forte elo criado entre o homem e o lugar em que vive também pode ser observado nos variados mitos e lendas presentes

27 ABAD, Ernesto Rodrigues. Ong'ondi e a selva negra. In: ABAD, Ernesto Rodrigues. *Contos Africanos*. São Paulo: Instituto Callis, 2013, p. 19.

28 ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 70.

no folclore brasileiro. As criaturas fantásticas muitas vezes estão relacionadas à mata, como se ela fosse uma extensão de si. Elas são pertencentes àquela localidade e, por vezes, desempenham um papel de protetores que têm a função de afugentar aqueles que desejam destruí-la. Como no caso do Curupira, que vagava pelas florestas disposto a fazer os terríveis caçadores se perderem e assim, proteger a mata da qual fazia parte.

Após cumprir com o combinado, Ananse recebeu sua recompensa. As histórias agora eram suas, mas ele não guardou apenas para si, guardadas elas não tinham valor algum, o conhecimento se constrói em comunidade.

Ananse desceu levando o baú. Quando chegou à aldeia, abriu, e tirou uma história. E contou para alguém. Depois tirou outra história, e contou também. Mas à medida que ele contava as histórias, e dava as histórias, elas continuavam com ele, e iam com o outro também. Porque as histórias são assim: quando eu entrego uma história para alguém, essa pessoa tem uma história, mas ela continua sendo minha também!²⁹

Assim são as histórias, sozinhas não se pode notar seu valor. Um *griot* tem valor em sua comunidade, mas ele necessita de um ouvinte e vice e versa. Apenas na coletividade que as histórias podem se ver livres. E assim elas se constroem, se mantêm, se transformam, se destroem e se reconstróem. Porque assim são as histórias.

Conclusão

A partir da compreensão de que existe uma relação quase simbiótica entre a cultura da qual se pertence e as narrativas que compõem o imaginário de uma comunidade, concluo que o uso de contos e lendas míticas em sala de aula se mostra bastante pertinente, pois eles possuem a capacidade de alcançar as sensibilidades dos indivíduos e, assim, criar uma relação mais afetiva, mais agradável, dos alunos no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, trabalhar com essas narrativas fantásticas, auxilia no desenvolvimento da criatividade e, por fim,

²⁹ PRESTES, Andréia Baia. *Contos Africanos... Op. cit.*, p. 12.

se mostram como instrumentos interessantes na construção de identificação e sentimentos de pertencimento.

A experiência de contação de histórias, aliada à construção do baobá durante a oficina, trouxe resultados significativos. Pudemos perceber o interesse dos alunos durante a narração e a conexão emocional que eles criaram com a árvore de papelão. E como tenho afirmado ao longo do texto, é importante pensar em maneiras de fazer com que o estudante se veja como parte relevante no processo de construção do conhecimento. O Baobá era deles também, pois o ajudaram a crescer e o enfeitaram. E por ser deles, eram de suas responsabilidades. E, assim como estiveram envolvidos em sua criação, ao final, foram eles que decidiram zelar por ele.

Referências:

- ABAD, Ernesto Rodrigues. Ong'ondi e a selva negra. In: ABAD, Ernesto Rodrigues. *CONTOS AFRICANOS* [Recurso eletrônico]. São Paulo: Instituto Callis, 2013.
- ABAD, Ernesto Rodrigues. O velho que assustava o medo. In: ABAD, Ernesto Rodrigues. *CONTOS AFRICANOS* [Recurso eletrônico]. São Paulo: Instituto Callis, 2013.
- ASSUNÇÃO, Luiza M; QUERINO, Rosimár A; RODRIGUES, Leiner R. A Benzedura nos Territórios da Estratégia Saúde da Família: Percepções de trabalhadores, usuários e benzedores. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. 126, p. 762-773, jul./set. 2020.
- BÍBLIA, N.T. João. Português. In: Bíblia sagrada. Reed. Versão de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Casa Publicadora Paulista, 2017.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente, saúde*. Brasília, DF, 1997.
- BRUTUS, Abel. Mircea Eliade e o Mito. *Kalópe*, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 66-79, 2005.
- CARVALHO, Mauro. A construção das identidades no espaço escolar. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 20, n.1, p. 209-227, jan./jun. 2012.
- DELGADO, Lucilia de Almeida N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, v. 6, p. 9-25, 2003.
- ELIADE, Mircea. *Imagens e Símbolos*. Lisboa: Editora Arcádia, 1979.

- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Editora Perspectiva S. A, 1972.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FARIA, Hamilton; GARCIA, Pedro; FONTELES, Bene; BARON, Dan. *Arte e cultura para o reencantamento do mundo*. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.
- BERMAN, Morris *apud* MOCELLIM, Alan D. *Ciência, Técnica e Reencantamento do Mundo*. 2014. 234 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- PRESTES, Andréia Baia (org). *CONTOS AFRICANOS: Assim vivem os homens*. Curitiba: Ed. UFPB, 2013. v. 2.
- RODRIGUES, Edvânia Braz Teixeira. *Cultura, arte e contação de histórias*. Goiânia: Gwaya, 2005.
- BASTIDE, Roger. *O sagrado selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- SANTOS, Deuzélia R. G. *LITERATURA, IMAGINÁRIO E EFEITO ESTÉTICO: Em a História da Aranha Leopoldina e a Moça Tecelã*. 2016. 99 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.
- SCHMIDT, Maria A. M. S. História do Ensino de História: Uma proposta de periodização. *Revista História da Educação*, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 73-91, maio./ago. 2012.
- SILVA, Celso Sisto. Do griô ao vovô: o contador de estórias tradicional africano e suas representações na literatura infantil. *NAU LITERÁRIA*, Porto Alegre, vol. 9, n. 2, jan/jun. 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/43352/27859>>. Acesso em: 20 ag. 2021.
- SOUZA, Marina de Mello. *Guia de leitura de histórias de ananse para o professor*. Disponível em: <<http://observatorioedhemfoco.com.br/observatorio/?s=Hist%C3%B3rias+de+Anans>>. Acesso em: 20 ago. 2021.
- WEBER, Max. *Três tipos de poder e outros escritos*. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

AUTORES

Letícia Martins Calheiros

Professora de História da rede municipal de ensino da Serra, no Espírito Santo. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Especialista em Ensino Religioso pela Unifatecie. Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela UFES.

Louyse Rosa Lacerda

Graduada no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Luiz Fernando Soares Pereira

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bolsista de Mestrado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graduado em Licenciatura e Bacharelado em História pela UFES. Membro do Laboratório de Teoria da História e História da Historiografia (LETHIS/UFES).

Miriã Lúcia Luiz

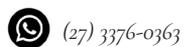
Professora do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atua nas áreas de História da Educação, Ensino de História e Formação e Prática de Professores. Coordena o grupo de estudos Memórias, Narrativas e Histórias das/nas Escolas Capixabas: diálogos na formação de professores. É membro do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (NUCAPHE).

Thaynan Bandeira

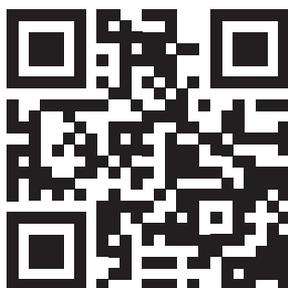
Professor de História da rede municipal de ensino no município de Serra, no Espírito Santo. Graduado em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Thiago Santana N. Alberto

Graduado em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisador voluntário em História do Brasil Império e História do Direito pela UFES no ano de 2017.



Conheça mais sobre a Editora Milfontes.
Acesse nosso site e descubra as novidades que preparamos para Você.
Editora Milfontes, a cada livro uma nova descoberta!



Este impresso foi composto utilizando-se as famílias tipográficas
Cormorant Garamond e Fonarto.

É permitida a reprodução parcial desta obra, desde que citada
a fonte e que não seja para qualquer fim comercial.



MILFONTES